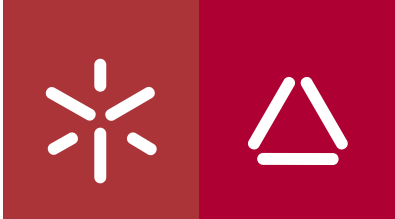


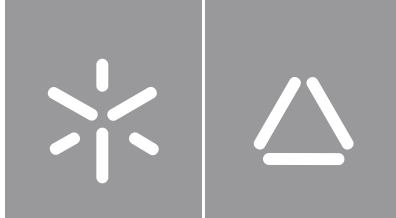


Isabel Maria Cunha Marques

A (in)dependência da TSF Rádio Notícias
relativamente à agência Lusa

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais





Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Isabel Maria Cunha Marques

A (in)dependência da TSF Rádio Notícias
relativamente à agência Lusa

Relatório de Estágio
Mestrado em Ciências da Comunicação
Informação e Jornalismo

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Madalena Oliveira

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do Repositório UM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição

CC BY

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Agradecimentos

Ao jornalista e orientador de estágio, Artur Carvalho, por toda a paciência e compreensão ao longo desta aventura;

A toda a equipa da TSF, do turno da Manhã 2, do Porto, pelos ensinamentos, companheirismo e boa integração que me proporcionaram;

Aos meus colegas e companheiros para uma vida que a Universidade do Minho me deu e que nunca me deixaram desistir;

Às minhas amigas de infância e do secundário por estarem sempre lá;

Aos meus pais por todo o apoio incansável que sempre me deram ao longo de todo o meu percurso académico;

À minha orientadora de estágio da Universidade do Minho, Prof^a. Doutora Madalena Oliveira por toda a ajuda prestada ao longo da redação deste relatório.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Título

A (in)dependência da TSF Rádio Notícias relativamente à agência Lusa

Resumo

O presente relatório de estágio visa refletir sobre a relação de dependência da TSF-Rádio Notícias relativamente à agência Lusa. No ponto de partida desta observação está um estágio curricular de três meses, realizado na redação da TSF, no Porto, entre 13 de outubro de 2021 e 13 de janeiro de 2022, no turno da Manhã 2, no âmbito do Mestrado em Ciências da Comunicação, com especialização em Informação e Jornalismo, e de cuja experiência emergiram algumas das questões que inspiram a abordagem ao tema da relação da rádio com a agência de notícias.

Não é novidade que a constante evolução tecnológica tem vindo a alterar o paradigma jornalístico ao longo dos últimos tempos. Tome-se o exemplo do aparecimento da televisão por cabo, com canais dedicados a noticiários 24 horas por dia, e do jornalismo digital. De forma a atender aos desejos dos consumidores, os jornalistas viram-se obrigados a alterar as suas rotinas e a produzir cada vez mais informação num curto espaço de tempo. A TSF- Rádio Notícias não foi exceção.

Devido ao carácter imediato do digital, a redação recorre, diariamente, às agências de notícias, entre elas, a Lusa, para informar o ouvinte dos acontecimentos. A imagem do jornalista como “herói” armado de mochila e gravador a vaguear sem rumo em busca de uma grande reportagem ou notícia praticamente desapareceu para dar lugar a um “jornalismo de secretária”.

Tendo em conta que a agência de notícias Lusa, atualmente, é utilizada na maioria dos órgãos de comunicação portugueses, até que ponto a dependência da rádio TSF relativamente a esta agência não conduz à uniformização do que é notícia? Esta aposta põe em risco valores como o rigor, a objetividade ou o carácter reflexivo? Poderemos estar a aproximarmo-nos do fim do jornalismo tradicional? Estas são apenas três das questões que se procura problematizar ao longo deste documento.

Partindo de uma base teórica para uma análise prática, este relatório pretende, acima de tudo, ser uma reflexão sobre a progressiva sedentarização do jornalismo radiofónico, bem como sobre as suas possíveis vantagens e consequências para os jornalistas da TSF.

Palavras-chave

agência de notícias; Lusa; TSF-Rádio Notícias; jornalismo; informação

Title

The (in)dependence of TSF Rádio Notícias on Lusa news agency

Abstract

This internship report aims to reflect on the relationship of dependence of TSF-Rádio Notícias in relation to Lusa news agency. At the starting point of this observation is a three-month curricular internship, carried out at TSF newsroom, in Porto, between October 13, 2021, and January 13, 2022, in the morning shift 2, under the scope of the Master's in Communication Sciences, with specialization in Information and Journalism, and from whose experience emerged some of the questions that inspire the approach to the theme of the radio's relationship with the news agency.

It is no news that the constant technological evolution has been changing the journalistic paradigm in recent times. Take for example the emergence of cable television, with channels dedicated to news 24 hours a day, and digital journalism. To meet consumers' desires, journalists had to change their routines and produce more and more information in a short period of time. TSF- Rádio Notícias was no exception.

Due to the immediate nature of digital, the newsroom resorts daily to news agencies, among them Lusa, to inform the listener of the events. The image of the journalist as a "hero" armed with backpack and tape recorder wandering aimlessly in search of a great report or news has practically disappeared to give way to a "desk journalism".

Considering that the Lusa news agency is currently used in most of the Portuguese media, to what extent does the dependence of TSF radio in relation to this agency lead to the standardization of what is news? Does this bet put at risk values such as rigor, objectivity, or reflexive character? Could we be approaching the end of traditional journalism? These are only three of the questions we seek to problematize throughout this document.

Starting from a theoretical basis to a practical analysis, this report intends, above all, to be a reflection on the progressive decentralization of radio journalism, as well as on its possible advantages and consequences for TSF journalists.

Keywords

news agency; Lusa; TSF- Rádio Notícias; journalism; information

Sumário

Introdução	1
<i>Agência Lusa: uma fonte privilegiada no jornalismo?</i>	1
1	3
<i>Uma análise crítica sobre o estágio na TSF-Rádio Notícias</i>	<i>3</i>
1.1 Estagiar na rádio e na TSF.... Porquê?.....	3
1.2 Breve história da TSF-Rádio Notícias	4
1.3 Da sala de aula para a redação	6
1.4 O estágio na TSF: As histórias e as aprendizagens que se prolongam no tempo	8
1.4.1 Escrever para o ouvido.....	8
1.4.2 A construção de notícia para rádio	9
1.4.3 A importância do som	10
1.4.4 Aprender a falar em rádio.....	12
1.4.5 A saída para o campo	14
1.5 Tudo o que é bom, acaba depressa	16
2	19
<i>Reflexões sobre um jornalismo feito à base da secretária.....</i>	<i>19</i>
2.1 O conceito de agência de notícias.....	20
2.2 O surgimento pelo mundo	21
2.2.1 A chegada das agências noticiosas a Portugal: Do silenciamento à conquista da liberdade ..	22
2.2.2 A agência Lusa de Informação: De Lisboa para o online.....	25
2.2.3 O papel e o poder da Lusa em Portugal	28
2.3 A influência das agências de notícias na era da informação instantânea.....	30
2.4 Os dois lados do uso das agências noticiosas	33
2.5 O jornalismo sentado: Uma nova forma de informar através da secretária	37
2.6 O fim do jornalismo tradicional?.....	41
3	43
<i>Os efeitos da Lusa na produção informativa da TSF.....</i>	<i>43</i>
3.1 Objetivos.....	43
3.2 Metodologia	44
3.3 As duas faces da aplicação da entrevista	47
3.4 A análise dos dados	48
3.4.1 A transformação da notícia de agência para a TSF: um processo linear?	48

3.4.2 A utilização da agência Lusa: vantagens e desvantagens	50
3.4.3 A (in) dependência da TSF na escolha dos conteúdos editoriais	53
3.4.4 A criatividade dos sons ambiente: uma realidade ameaçada?	54
3.4.5 A rádio sem as agências de notícias	55
3.5 Considerações gerais	56
4	59
<i>Conclusões finais do estágio na TSF</i>	<i>59</i>
4.1 O estágio na TSF: um culminar de aprendizagens	59
Referências bibliográficas.....	62
Anexos	67
Anexo I – Exemplos de breves ou notícias produzidas durante o estágio	67
Anexo II – Exemplos de notícias com RM produzidas durante o estágio	68
Anexo III – Exemplo de reportagem produzida durante o estágio	70
Anexo IV – Guião da entrevista aplicada aos jornalistas da TSF	71
Anexo V – Consentimento informado.....	73
Anexo VI – Entrevistas aos jornalistas da TSF transcritas	78

Este relatório foi redigido em conformidade com o estilo APA, 7ª edição.

Introdução

Agência Lusa: uma fonte privilegiada no jornalismo?

A galopante evolução tecnológica, alavancada e proporcionada pela chegada da internet trouxe consigo novas formas de se estar e de se fazer informação na maioria das redações portuguesas. O mesmo fenómeno regista-se na TSF.

Mais do que nunca, de forma a atender aos intentos constantes dos ouvintes, ávidos de informação ao segundo, os jornalistas assistem e trabalham com uma mudança de paradigma pela qual norteiam o seu trabalho. Desta feita, na TSF, estes profissionais acedem diariamente à agência de informação Lusa, através do Dalet Team News, e realizam rondas constantes pelos outros órgãos de comunicação, para acompanhar também o que fazem as empresas concorrentes.

Se anteriormente tínhamos a imagem do jornalista “herói” armado de mochila e gravador a viajar até ao fim do mundo em busca de uma grande reportagem ou de uma notícia em primeira-mão, esse papel parece ter sido, praticamente, substituído por um “herói” armado de um computador e de uma ligação à internet. Ao contrário do imaginário habitual da profissão, os jornalistas parecem ter cada vez menos oportunidade (ou necessidade) de fazer trabalho fora das redações.

Tendo em conta que a agência de notícias Lusa, atualmente, é usada na maioria dos órgãos de comunicação portugueses, que efeitos tem a dependência da rádio relativamente à agência Lusa na produção informativa? É esta a questão que orienta a reflexão que se pretende desenvolver ao longo deste relatório.

É certo que a temática em apreço não será analisada pela primeira vez, muito pelo contrário, dado que o setor e a comunidade académica reconhecem o seu relevo. No entanto, será atual e

necessário atentar ao caso concreto da TSF cuja dependência face à agência Lusa resultou mais evidente do que seria a expectativa no início do estágio relatado neste documento.

Por outro lado, o tema é também pertinente uma vez que se pretende igualmente questionar as limitações ou vantagens do uso deste recurso, por parte dos jornalistas, nos noticiários da rádio. Do mesmo modo, busca-se compreender os condicionalismos valorativos e qualitativos no âmbito da sua profissão e execução prática.

Este relatório de estágio estará então dividido em quatro partes. Num primeiro momento, será feita uma apresentação genérica do estágio, bem como a explicação do tema de fundo desencadeado pela experiência da redação. Ainda neste ponto, através de uma perspetiva autocrítica, pretende-se fazer um balanço das aprendizagens, assim como dos pontos fortes e fracos do estágio.

Numa segunda parte, com base na revisão de literatura, através de diferentes autores, procura-se conhecer a origem das agências de notícias em Portugal, assim como entender os fatores que têm levado a uma mudança da profissão de jornalista. Num momento posterior, pretende-se ainda analisar se poderemos estar a aproximarmo-nos de um efeito de standardização do jornalismo.

Evidenciada a parte teórica, partimos para uma vertente mais empírica, numa terceira parte, que terá em conta as perceções dos jornalistas que acompanharam a experiência de estágio. Dar-se-á então conta dos resultados de um conjunto de entrevistas, a partir das quais se procurará fazer uma leitura crítica das práticas e rotinas dos jornalistas que asseguram o dia a dia da informação na rádio.

Numa quarta parte será ainda feito um balanço final do estágio e da investigação desenvolvida, seguindo-se uma reflexão acerca dos limites e das sugestões de pesquisa para o desenvolvimento futuro do tema em análise.

1

Uma análise crítica sobre o estágio na TSF-Rádio Notícias

Mais do que um estágio curricular, a oportunidade de integrar a equipa da Manhã 2 da TSF- Rádio Notícias, no Porto, ao longo de três meses, tornou-se um desafio repleto de aprendizagens, histórias e ensinamentos. Assim, por intermédio deste primeiro momento de análise procurar-se-á fazer uma reflexão acerca da experiência vivencial obtida, interpolando a mesma com o conhecimento previamente apreendido, ao longo da formação académica em Ciências da Comunicação.

1.1 Estagiar na rádio e na TSF.... Porquê?

A escolha da rádio para estágio ou para profissão nunca foi entendida como difícil ou improvável, muito pelo contrário. A área do jornalismo radiofónico era há muito um campo de interesse particular, que acompanhou toda a minha formação desde o primeiro ciclo de estudos universitários. Na verdade, foi sempre perspetivada como uma carreira a seguir, aliada à vocação que sempre senti que teria para este meio de comunicação.

Recordo com nostalgia a apetência e fascínio pelos pequenos aparelhos que facilmente despertaram e deslumbraram os meus sentidos. Carrego com a memória mais recente, lembranças anteriores nas quais imitava os locutores da rádio, na hora do trânsito. Foram tantas as vezes em que

ouvi a rádio no carro, fazendo gravações com o mp4, para depois a poder escutar, com mais atenção, no meu espaço, apreendendo e admirando.

A verdade é que, ainda nos dias de hoje, vivencio toda a minha rotina sempre acompanhada da informação e da música, que através de uma transmissão radiofónica envolvem o ouvinte de formas que outros meios não conseguem atingir. A mudança de estação, o acertar da posição da antena para apanhar a frequência certa e o galanteio vocal, unicamente através da sonoridade da voz, são todos estímulos que me fazem prosseguir e lutar por esta via profissional.

O percurso académico que me fez concluir a Licenciatura em Ciências da Comunicação e a frequência, no presente, do Mestrado em Ciências da Comunicação – área de especialização em Informação e Jornalismo, na Universidade do Minho, aprimoraram a vontade de querer saber mais acerca do meio. A pedra de toque na minha decisão em aguçar o conhecimento técnico e teórico sobre a área, advieram do facto de o âmbito de estudo do presente curso ser demasiado genérico. Daí que tenha optado por alargar o meu campo de conhecimento e especializar-me no jornalismo radiofónico.

Porquê a TSF? Em primeiro lugar, por sentir que esta rádio em particular tem uma vertente informativa muito próspera e abrangente capaz de se dedicar a um tratamento local e regional da informação, sempre com um pendor sóbrio e atento. Em simultâneo, a admiração que tenho em saber que ainda existem meios de comunicação capazes e exímios no combate à desinformação e sensacionalismo facilmente desencadeados por vontades menos éticas, em informar com apenas celeridade. Em terceiro lugar, e fazendo referência ao antigo slogan desta rádio, porque “tudo o que se passa, passa na TSF”.

1.2 Breve história da TSF-Rádio Notícias

Quando a TSF (Telefonia Sem Fios) nasceu, em março de 1981, a rádio contava “pouco para quem tinha sede de notícias” (Meneses, 2003, p. 5). Na altura, a TSF - Cooperativa de Profissionais de Rádio foi criada por um grupo de pessoas vindas de outras rádios “que procuravam profissionalizar a rádio e compatibilizar a ideia de rádio privada com a de serviço público” (Cordeiro, 2005, p. 3). Falamos de profissionais como Adelino Gomes, Albertino Antunes, António Jorge Branco, António Rego, Armando Pires, David Borges, Duarte Soares, Emídio Rangel, Fernando Alves, Jaime Fernandes, Joaquim Furtado, João Canedo, José Videira, Mário Pereira e Teresa Moutinho. Assim, começavam a ser dados os primeiros passos de uma rádio que se destacaria, na altura, essencialmente, com as notícias do país.

Já a 17 de junho de 1984 estreava a primeira emissão “pirata”¹ da TSF. Durante quatro horas, através de dois pequenos emissores, “ouviram-se mensagens de apoio ao movimento das rádios livres, incluindo do Presidente da República” (Meneses, 2003, p. 22).

Passaram-se mais quatro anos até que a TSF- Rádio Jornal arrancou, com emissões regulares, mas ainda como rádio pirata. A primeira notícia do noticiário fazia-se ouvir, a 29 de fevereiro de 1988, em 102.7 FM, quando o relógio marcava as 7 horas da manhã. Nesse tempo, lida por Francisco Sena Santos: “Paz no fisco durante três meses”. Em Portugal viviam-se ainda tempos em que “os jornais diários despachavam-se rapidamente, a televisão esgotava-se nos dois canais públicos e os seminários permitiam aliviar securas” (Meneses, 2003, p. 5).

A 25 de agosto desse mesmo ano, um infortúnio destruiu o “coração de Lisboa”, uma zona absolutamente central desde o século XIX, o Chiado. A TSF fez então aquela que seria a primeira cobertura histórica jornalística. Trabalho esse que lhe valeu um prémio entregue pelo Clube de Jornalistas (Gazeta), em 1988.

Passou-se apenas mais um mês quando a 8 de setembro, após negociações com o governo, a TSF tomou a decisão de encerrar as emissões piratas. Segue-se a abertura de um concurso para a atribuição de alvarás e, “em 1989 foram retomadas as emissões regulares da TSF, já legalizada na frequência de 89.5 FM em Lisboa” (Cordeiro, 2005, p. 4).

O curso do tempo fez-se sentir e em agosto de 1990 a TSF voltou a conquistar mais um prémio decorrente de outra cobertura histórica: a “Guerra do Golfo”. Esta rádio foi um dos primeiros órgãos de comunicação social a conseguir entrar no Kuwait libertado.

Mais tarde, em 1993, a empresa Lusomundo, que detinha a Rádio Press², criou com a cooperativa uma nova sociedade (Rádio Notícias) e passou a liderar a TSF. A estação começou assim a emitir também frequências da Press, alargando a sua cobertura à região norte.

Num outro seguimento temporal, seis anos mais tarde, a TSF voltou a ser premiada, desta vez, a propósito da violência em Timor. Durante 10 dias a estação de radiofusão acompanhou a situação através de uma emissão que lhe valeu uma medalha dos Direitos Humanos da Assembleia da República. Já no ano de 2000, ainda fazendo parte do grupo Lusomundo, a TSF liderou “o ranking JN” das “empresas mais rentáveis de Portugal” (Meneses, 2003, p. 25). Em abril desse ano, a estação acabou por ser adquirida pela PT Multimédia (grupo Portugal Telecom).

¹ Não era legalizada.

² Rádio que detém a rede regional de frequências a norte e centro.

Hoje, é gerida pela Global Media Group, “um dos grupos multimédia mais importantes com atividade no campo do entretenimento e da comunicação social” (Cordeiro, 2005, p.4). Curiosamente, na atualidade, a TSF é a única rádio de um conjunto de jornais, revistas, edição de livros e impressão gráfica, que integram esse mesmo grupo.

Ainda sobre particularidades, Paula Cordeiro (2005) recorda mais um aspeto desta estação:

A TSF é a principal estação temática de informação com emissão em cadeia e frequências ao nível nacional, mas que ainda não implementou uma conceção estreita de informação. A estrutura das suas emissões combina música e informação, numa relação nem sempre equilibrada, ou seja, mesmo que na maior parte das horas não exista música e, independentemente do significado próprio que cada música possa ter, nos momentos em que esta estação intercala a palavra com a música, esta surge quase que como um complemento que preenche espaços vazios de palavra. (Cordeiro, 2005, p. 4)

A TSF foi também a rádio que criou a antena aberta pelo país, com uma imagem de “marca emblemática em torno das frases, “tudo o que se passa, passa na TSF” e “se está a acontecer você precisa de saber” (Cordeiro, 2005, p. 5). Estas expressões resumem a importância do imediatismo da informação que nesta estação soma já 34 anos.

1.3 Da sala de aula para a redação

Iniciei o estágio curricular na TSF- Rádio Notícias a 13 de outubro de 2021. Apesar de não haver diferenciação nos jornalistas, bem como nas suas tarefas, atualmente, a redação está distribuída entre dois polos: Porto e Lisboa. Esta é assim uma das formas de a rádio conseguir estar “presente” de norte a sul do país, bem como de economizar recursos financeiros e humanos. Neste caso, o estágio decorreu no Porto.

Ainda que, num primeiro momento, me tenha sido atribuído um orientador de estágio da redação de Lisboa, nomeadamente o jornalista Ricardo Alexandre, tendo em conta a distância e a impossibilidade de acompanhar o meu desempenho, bem como o trabalho desenvolvido, acabei por ser orientada por um outro jornalista, do Porto, o Artur Carvalho.

Outro aspeto que se torna relevante de evidenciar, antes de partirmos para as aprendizagens, é que, atualmente, a TSF está organizada por cinco turnos. O turno da Manhã 1, da Manhã 2, da Tarde, da Noite e da Madrugada. Dentro destes turnos, há sempre um editor, que “assina as responsabilidades dos noticiários” – seleção, construção e leitura – e que “coordena a equipa de turno” (Meneses, 2003,

p. 293); um produtor, que apoia de forma direta o editor, e os repórteres. Durante o estágio acabei por integrar a equipa da Manhã 2 com um horário das 9h00 às 15h30.

O primeiro dia serviu sobretudo para conhecer os cantos à “casa”, que iria integrar durante três meses, bem como a equipa envolvida (tanto os jornalistas como os sonoplastas). No fundo, foi um dia de observação.

Um dos aspetos amplamente destacados foi a necessidade de pautar todas as minhas ações com proatividade e espírito de iniciativa, mas também o caos organizado, sempre com interajuda, vivenciado na redação. Isto tendo em conta que a TSF se pauta pela constante atualização da informação de hora em hora ou de meia em meia hora.

Nesse dia tive também já a oportunidade de integrar a reunião prévia que marca o início de cada turno de informação. Normalmente, no caso da equipa da Manhã 2, essa reunião é feita pelo editor, por volta das 9h00, e serve sobretudo para perceber quais são os temas do dia, os conteúdos que vão para o ar³, o que é notícia, as peças que vão transitar de um turno para o seguinte e as funções por que cada jornalista ficará responsável durante esse período. Ao mesmo tempo, este é ainda um espaço de partilha de sugestões e de discussão em que, acima de tudo, se discutem os valores-notícia da TSF.

Sobre esse momento foi-me ainda explicado, de uma forma breve, que as minhas funções passariam por dar apoio à equipa na produção de breves e de notícias⁴ e ainda pela realização de trabalho exterior, através de entrevistas ou reportagens. No entanto, sempre com uma particularidade: o trabalho de um estagiário nunca vai parar ao ar, já que se depreende que este é o “momento ideal” para o aprendiz errar e aprender.

Ainda assim, um dos aspetos que me marcou de uma forma particular, nesse dia, foi o facto de ter tido a oportunidade de entrar num estúdio de gravação e de assistir a um noticiário em direto. Foi nesse momento que me apercebi, ainda mais, da magia, da simplicidade e, acima de tudo, da responsabilidade que era “ligar o microfone” e informar os ouvintes com a atualidade.

Afinal de contas, e tendo em conta a opinião do autor brasileiro Eduardo Meditsch (2001), a rádio ainda continua a ser encarada como um “patinho feio” para aqueles que a desconhecem.

É um meio invisível em plena era da imagem; um meio aparentado com a oralidade numa cultura onde o que vale é o escrito; um meio absolutamente fugaz numa civilização que prestigia a posteridade; e sobretudo um meio descentralizado, na contramão de um sistema económico e político baseado na acumulação.⁵

³ Que vão para antena.

⁴ Notícias curtas.

⁵ Ver: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/a-nova-era-do-rdio/>

Este é apenas um dia de três meses de aprendizagens, erros, medos, histórias, mas também de descobertas. É sobre estes aspetos que vamos refletir no seguinte ponto.

1.4 O estágio na TSF: As histórias e as aprendizagens que se prolongam no tempo

1.4.1 Escrever para o ouvido

Uma das primeiras indicações que me foram transmitidas, perentoriamente, foi a de que não é possível redigir uma notícia sem pensar na possibilidade de o ouvinte a poder ouvir já a partir de metade da mesma. Por esta razão, a escrita radiofónica deve ser a mais simples e clara possível, de forma que o ouvinte não fique com dúvidas. Isto porque a rádio é um meio “volúvel, etéreo e sensorial” (Meneses, 2003, p. 26) que depende apenas de um sentido, a audição. Por outras palavras, quando escrevemos e quando falamos em rádio temos de ter em mente que há cuidados a ter em conta, nomeadamente, através de uma escrita pensada para a oralidade. Nesta linha de raciocínio, e inspirada por Ana Cabello (1995), a linguagem radiofónica deve procurar criar, constantemente, imagens mentais para quem a escuta.

Assim, e tendo em consideração o livro *La radio por dentro y por fuera*, de Jimmy Camargo (1980), durante a redação devemos procurar utilizar uma linguagem que seja comum a todos. Em resumo, que tanto seja perceptível a uma criança como a um adulto, em que não seja necessário recorrer ao uso do dicionário para interpretá-la e que, simultaneamente, desperte o interesse do ouvinte. Esta era uma das preocupações determinantes na fase de aprendizagem.

Tal como referi acima, ao longo do estágio, um dos trabalhos em que fui colocada à prova, ao longo do primeiro mês, recaía, precisamente, sobre a escrita de breves ou notícias sobre diversas temáticas como economia, cultura, desporto, etc. Para a sua redação contava com o apoio da agência Lusa e da Reuters, as agências de notícias utilizadas pela TSF, através do software Dalet Team News (Anexo I).

O empreendimento da sua escrita tinha por base pelo menos cinco aspetos: simplicidade e clareza, através da escolha das palavras certas, afirmação direta e com o mínimo de orações; rigor, através da precisão e da dispensa de adjetivos que distorçam a mensagem; concisão, tendo em conta que a gestão do tempo é um dos grandes desafios de quem trabalha em rádio, sobretudo na informação,

“muito por culpa daquilo que está convencionada ser a diminuta capacidade de retenção da atenção do ouvinte⁶” (Meneses, 2003, p. 36) e, por fim, variedade, de forma a evitar a repetição de palavras.

Inspirado em Rosemary Hortsmann (1991), João Paulo Menezes (2003) recorda-nos a importância de cumprir com estes requisitos.

(...) O ouvinte é praticamente cego. A mensagem do ouvinte chega-lhe apenas através de um sentido, a audição. Não se quer dizer com isto que os contributos para uma experiência completa, proporcionada pelos quatro sentidos, devam ser ignorados. Pelo contrário, o redator deve incorporar com argúcia esses contributos para o seu trabalho. A escolha das palavras certas vai permitir ao ouvinte ver, tocar, cheirar e até provar- imaginando. É esta a capacidade de estimular a imaginação que faz a diferença na arte de escrever para rádio. (Hortsmann, 1991, citado em Meneses, p. 47)

No fundo, escrever para rádio é estar numa luta incessante diária baseada em duas perguntas estruturais: “eu diria isto no meu dia-a-dia?” ou “falaria assim com alguém?”. Claro que esta não era uma realidade desconhecida por mim dado que tanto na licenciatura em Ciências da Comunicação, como nas unidades curriculares de Jornalismo no segundo ciclo, nos diferentes ateliers de rádio, desde cedo, nos foi transmitida a necessidade de síntese, concisão e de uma linguagem o mais clara possível. Aliás, costuma-se dizer que menos é mais na rádio. Por essa razão, a escrita radiofónica não foi propriamente uma descoberta, mas antes uma forma de pôr em prática o já apreendido.

Cito a este propósito uma frase do jornalista da TSF Fernando Alves⁷ - “se a palavra perde brilho, estamos a matar aquilo que nos levou à rádio” -, já que o brilho representa a “liberdade que o jornalista tem sempre de sentir, para escolher aquilo que de melhor vai servir a comunicação com o ouvinte” (Meneses, 2003, p. 45).

1.4.2 A construção de notícia para rádio

Se até agora falávamos acerca da importância de escrever de uma forma clara e simples para a rádio, torna-se agora pertinente perceber o processo de construção da mesma. Foi esse o seguinte desafio proposto pela rádio TSF para o estágio curricular.

Para tal, em primeiro lugar, devemos ter em mente que, atualmente, existem quatro elementos que constituem o texto de uma peça⁸ radiofónica, nomeadamente, o *lead*, o corpo, os lançamentos dos sons e o último parágrafo ou rodapé.

⁶ Para reter a atenção do ouvinte, o jornalista de rádio deve seguir duas prioridades: ter em atenção o tempo de abordagem de cada assunto. Um minuto é uma boa referência para peça de rádio.

⁸ Texto mais som

Se, num momento anterior, referia a necessidade de, desde o início, prender a atenção dos ouvintes, torna-se agora fulcral introduzir um novo conceito a esta reflexão. O de “pirâmide invertida”, ou seja, o texto [em rádio] deve ser construído a partir da premissa de que a informação mais importante deve surgir sempre em primeiro lugar e a menos relevante numa etapa seguinte. Um aspeto de grande curiosidade prende-se com o facto de a informação fundamental dever ter como ponto de partida o editor e não a peça do repórter.

De acordo com João Paulo Menezes (2003, p. 49), isto acontece porque “suporta mais dados em menos tempo”, “permite à rádio bater-se na luta concorrencial com os canais de informação da internet pelo mais rápido de noticiar”, “enquadra a necessidade de noticiar um facto sobre o qual não se conhecem ainda todos os detalhes” e “respeita a urgência do relato oral”.

Precisamente, e inspirada pelo artigo “Construção do Texto Radiofónico: O Estilo Oral-Auditivo” (Cabello, 1985), a elaboração de uma notícia para rádio requer o uso de um estilo “oral-auditivo”, conseguido através de características como os sons ambientes, o tempo, a voz, a linguagem, a dinâmica, entre outros.

Uma das ideias base que me foi sempre transmitida, durante o processo de estágio, foi a de que os elementos que compõem a notícia devem funcionar como um todo e nunca individualmente, pelo que a repetição de ideias não é de todo desejável e a peça deve ser construída como se estivessemos a contar uma “história” a alguém.

Em síntese, é como Chantler e Harris (1998) sustentam: a rádio não deve procurar cometer o erro de contar toda a história na primeira linha, já que se pressupõe que este meio é simples, direto e curto. Assim, ao longo da notícia, o ouvinte deve ser conduzido através do correto encadeamento dos parágrafos.

Reitero, mais uma vez, que esta vertente não se evidenciou como uma descoberta, mas antes uma consolidação do que já tinha sido aprendido durante as diferentes aulas de jornalismo, tanto em imprensa escrita como em rádio. No entanto, com a exceção de que em rádio a síntese e a simplicidade na escrita são as palavras de ordem e valem ouro.

1.4.3 A importância do som

“Na rádio tudo é som” (Menezes, 2003, p. 82). Aqui, quando falamos de som referimo-nos à informação que é produzida por quem trabalha na rádio. Neste caso, estamos a falar dos jornalistas, dos animadores e dos operadores-sonorizadores.

No ponto anterior recordava a importância de saber compor uma peça para rádio, no que toca à escrita. Porém, como já fui dando a conhecer, a rádio é muito mais do que apetência escrita. A rádio é aquilo que chega até nós através da escuta, e nada substitui a credibilidade da mensagem transmitida. Neste espaço, o som assume esse papel preponderante.

Assim como descrevi acima existem quatro elementos que, atualmente, compõem uma peça de rádio: o lead, o corpo, os lançamentos dos sons e o último parágrafo ou rodapé. Os lançamentos dos sons ou RM⁹ nada mais são do que os depoimentos gravados, pelos jornalistas, para informar, credibilizar e introduzir ritmo e emotividade à peça. Em suma, o som assume a responsabilidade de responder a pelo menos duas das perguntas que se pretende ouvir ao longo de uma peça: a do “como?” e a do “porquê?”.

Tendo ainda como orientação o *Manual de Reportagem* do REC (Bonixe, Reis & Coelho, 2021), nos dias de hoje, o som é ainda responsável por estabelecer relações, por desvendar o espaço, por criar imagens e por atribuir dimensão a lugares vazios.

É costume ouvir-se no dia a dia na TSF expressões como “o que é que diz esse som?”, “cortar um som” ou mesmo “lançar um som”, já que a edição deste elemento é outra das marcas distintivas desta rádio.

Desde o início do estágio que me foi dito que a tarefa de edição nunca seria exclusiva do jornalista, nem do estagiário, mas sim um trabalho conjunto entre o profissional de informação e o operador-sonorizador. Ressalte-se que a TSF norteia a sua ação pela regra de que uma “rádio com as características de informação em regime de intensidade não pode dispensar o trabalho dos operadores-sonorizadores” (Meneses, 2003, p. 300).

Assim sendo, nesta terceira etapa de aprendizagem, durante várias semanas, o orientador ia-me atribuindo diferentes sons gravados, em estúdio, por outros jornalistas, sobre diferentes temas da atualidade. Posteriormente, tinha como tarefas a construção de peças a partir desses RM, bem como a anotação do tempo de recorte dos mesmos (Anexo II).

Todavia, é nesta fase da escolha dos sons certos, e do recorte, que está a maior dificuldade. Tal como se recorda no livro de estilo da RTP, “as declarações curtas são aquelas que mais prendem a atenção dos telespectadores. Quanto maior for uma declaração, mais facilmente o telespectador se desconcentra e distrai”.

⁹ “Registos Magnéticos” – gíria jornalística, para referir os sons de declarações gravados que são emitidos em peças informativas ou durante os noticiários.

Na redação da TSF aceita-se que o tempo ideal de um som deva permanecer entre os 30 e os 45 segundos e que a partir de um minuto comece a ser excessivo, isto tendo em conta a capacidade de retenção do ouvinte. O produto final¹⁰ deverá ter entre um minuto e um minuto e meio, no máximo.

Concluída esta “gestão” restava-me imprimir o texto da peça e dirigir-me aos estúdios do sonorizador para proceder ao recorte final dos sons, à sua gravação e à montagem definitiva da notícia. Tal como já fui referindo ao longo dos outros tópicos, mais uma vez, esta importância do som não me era desconhecida já que ao longo do curso esta vertente foi sendo sempre explorada. Porém, tornou-se novidade a partir do momento em que existiam profissionais responsáveis pela sua edição.

Desde o início do ciclo de estudos, até pela crescente precariedade que se vive na área, que nos foi transmitida a ideia de que, mais do que nunca, este é o tempo em que um jornalista deve estar preparado para assumir qualquer trabalho jornalístico: fotografia, vídeo ou som. A edição sonora não é exceção.

O facto de me ter cruzado, na TSF, com profissionais especializados do ramo, fez com que eu acreditasse que ainda existem pessoas que podem exercer as funções que a área exige, nomeadamente, na mais-valia de um operador-sonorizador. Ainda na esteira do vantajoso, não poderia deixar de mencionar a bagagem de aprendizagem extra no âmbito da edição que o trabalho em conjunto com estes técnicos me ofereceu.

1.4.4 Aprender a falar em rádio

Dialogar é-nos apresentado como uma tarefa simples no nosso dia a dia. Ainda assim, quando circunscrevemos a linguagem à rádio, é possível intuir que este recurso é bem mais complexo do que possa parecer.

Neste caso, optei por denominar este ponto de aprendizagem de como “falar em rádio”, mas a verdade é que até poderia ter como título “a leitura em rádio”. Isto porque são mais as vezes em que lemos do que aquelas em que verdadeiramente falamos, à base do improviso, na rádio.

Dito isto devemos agora fazer sobressair que dentro do meio sonoro existem dois registos: o lido e o falado. O segundo é o desejável, o primeiro o praticado. Foi com base nesta ideia que decorreu a quarta etapa do estágio na TSF. Apreendida a parte da escrita e do som, dar-se-ia como notória a ausência da menção da oratória na rádio, o mais conhecido como, prosear. Como mencionava antes, à medida em que ia escrevendo as diferentes peças e fazendo o recorte dos sons, dirigia-me aos estúdios, para

¹⁰ Peça final de rádio

que me fosse dado auxílio, por parte de um técnico de som, com a finalidade de gravação e montagem do mesmo.

Ao longo desta fase tive a oportunidade de aprender técnicas de como disfarçar a leitura, de refletir acerca da forma como a escrita influencia o jeito de falar, a postura que devemos assumir no momento no qual estamos a falar para um microfone, nomeadamente, de segurança para oferecermos credibilidade ao ouvinte, a importância de uma boa dicção, entoação, respiração e ritmo, e claro a questão da pronúncia.

Como sabemos, a prolação continua a ser um dos temas mais sensíveis e polémicos ao longo dos tempos. Sendo eu natural do Norte de Portugal, com queda para confundir os “vês” pelos “bês”, desde logo, me foi dito que a questão do sotaque não seria uma das prioridades da TSF. Apesar de a rádio assumir, nos dias de hoje, uma cobertura a nível nacional, paira a ideia de que o sotaque das diferentes regiões do país apresenta-se como um elemento distintivo da cultura portuguesa, sendo apenas a má dicção ou o mau português de rejeitar.

Em resumo, pode dizer-se que só em situações de procura do português correto se deve, de facto, alterar a maneira de falar. Na TSF tanto o lisboês como o transmontano têm a mesma validade desde que se respeite as regras do português e da dicção. No entanto, tal como João Paulo Menezes (2003) alerta, há cada vez uma maior tendência para se padronizar a pronúncia:

É perfeitamente normal que quem trabalha em rádio e na televisão se preocupe com a forma de falar. O que já não é normal é que apenas os jornalistas/animadores fora de Lisboa (ou será “L’ sboa?” Como “coelho” em vez de “coelho” ou “joelho” para “joelho”) sintam a necessidade de controlar o sotaque ... (Menezes, 2003, p. 118)

Todas estas reflexões, atinentes à forma de falar em rádio, não eram, novamente, descobertas absolutamente surpreendentes, dado que ao longo do trajeto académico esta vertente foi sendo, constantemente, explorada. A título de exemplo, na cadeira prática de jornalismo radiofónico sempre nos foi inculcada, nesta parte da gravação, a necessidade de se falar de uma forma correta e articulada de forma a não causar ruído¹¹ no ouvinte.

Ainda assim, um dos aspetos que me tocou, de uma forma particular, foi o facto de ver que a rádio continua a dar valor aos diferentes sotaques que há pelo país e a não apostar na padronização. Afinal, ainda são estas as particularidades que nos definem. O sotaque faz parte da nossa história. O sotaque conta a nossa história.

¹¹ Tudo aquilo que pode fazer com que o ouvinte interrompa a escuta da rádio.

1.4.5 A saída para o campo

Se até agora refletíamos acerca de um trabalho, maioritariamente, construído à base da redação e da secretária, na última etapa do estágio tive a oportunidade de acompanhar a equipa da TSF na saída para o campo. Neste cenário, tanto em reportagens como em diretos. No caso da reportagem, o desafio passava em, posteriormente, com o material recolhido pelos jornalistas, construir a minha própria peça sonora. Ou seja, nesta etapa, o trabalho do estagiário era essencialmente de observação.

Apesar de nos dias de hoje, as saídas para o exterior, se realizarem com menor frequência, é comum ainda se ouvir pela redação, tanto pelos jornalistas como pelos estagiários profissionais, expressões como “sair em reportagem” ou “fazer uma reportagem”.

Mas afinal o que é isto de sair em reportagem? É tudo aquilo que não pode ser feito em estúdio, “fazendo justiça à etimologia da palavra em latim que significa transportar, levar... aos ouvintes as informações apuradas pelo repórter” (Meneses, 2003, p. 189). Uma reportagem tanto pode recair sobre uma conferência de imprensa como um trabalho de um enviado especial no estrangeiro.

Nesta linha de pensamento e partindo do livro *Manual de Reportagem* (Bonixe, Reis & Coelho, 2021), torna-se ainda fulcral referir que a reportagem radiofónica só existe no caso de haver captação de sons ambiente. Assim, atinge o seu ideal quando “o fio afetivo da narração consegue reproduzir a atmosfera sonora que transporta quem a escuta para esse lugar do acontecimento” (Oliveira, Santos & Kellen, 2021, p.152).

Na TSF há uma frase que resume o que está em causa: “vamos ao fim da rua, vamos ao fim do mundo” (Meneses, 2003, p. 190). Em síntese, é ir em vez de telefonar. É estar no local onde acontecem as coisas e não depender de intermediários.

Reportando-me novamente, ao estágio curricular, o acompanhamento das reportagens aconteceu em três momentos distintos: nos 90 anos de Germano Silva, na Casa do Infante, no Porto, na visita guiada ao Coliseu do Porto e na abertura do Museu do Vitral (Anexo III).

Um aspeto que ficou desde logo claro foi a necessidade de agir de acordo com um espírito imbuído de pré-preparação, antes da ida para o local, nomeadamente, através da pesquisa de informações, e a atenção redobrada na gravação de sons e de sons ambiente. Neste caso, a gravação de áudio, no exterior, era feita através do quantum lite¹². Ainda assim, um dos aspetos mais desafiantes, mais do que a saída para o exterior, era a chegada à redação com todo o material capturado. Muitas vezes com áudios que ultrapassavam uma hora.

¹² Gravador de som exterior.

Como já tive a oportunidade de explicar, a TSF pauta-se pelas peças sonoras, de preferência, curtas e concisas. No género reportagem não é exceção. Independentemente do material que o jornalista reúna, cabe a este profissional fazer a sua devida seleção, recorte e, posteriormente, a escrita do texto. O tempo limite, do produto final, não deve exceder os dois minutos.

Nesta linha de pensamento, outra das grandes questões que se impunha na hora da “montagem” final passava pelo seu início. Com o tempo limite reduzido e o longo material reunido, muitas vezes existia a inquietação de como começar a peça. Lembro-me de uma jornalista daquele turno referir que uma boa técnica para contornar essa dúvida passava por pensar sempre o que nos transportou àquele lugar, a fazer aquela reportagem.

No que toca ao acompanhamento de diretos, ou seja, o informar do ouvinte no local em que tudo está a acontecer estes realizaram-se em dois momentos distintos: na requalificação da Igreja de Santa Clara e no 116º aniversário da livraria Lello.

Ao longo dos diretos, um dos conceitos interiorizados é o de que não pode existir um direto sem um mínimo de planeamento prévio, seja ao nível das questões para os entrevistados, seja ao nível do teste-voz¹³ com os técnicos de som da TSF. Como Meneses (2003) recorda, durante um direto tudo pode acontecer, nomeadamente, coisas boas, mas também coisas más: “instrumentalização/manipulação da informação, calúnias/ difamação, alteração de prioridades jornalísticas (aquilo que no jargão chamamos de “palha”), incapacidade, muitas vezes, de ouvir a outra parte”.

Outra observação importante de referenciar passa pela importância das sensações visuais, para contextualizar o ouvinte do espaço onde nos encontramos, e pela capacidade de síntese. Tal como já fui mencionando, a questão do tempo prolonga-se em qualquer um dos formatos em rádio. Neste caso, um direto na TSF não deve exceder os cinco minutos. Aliás, ainda sobre esta questão temporal, recordo-me que, de forma a auxiliar o jornalista, era-me pedido que controlasse o tempo e que o avisasse antes do minuto final. Assim, restariam ainda alguns segundos para “fechar” o direto com as últimas considerações.

Ainda que estes formatos sejam familiares, pela bagagem de ensinamentos dados pela universidade, não existe qualquer dúvida de que um dos aspetos que se tornou mais desafiante, ao longo da presente etapa, foi a questão do tempo aliado a prazos. Apesar de ao longo do curso em Ciências da Comunicação nos ter sido solicitado, frequentemente, para desenvolvermos reportagens ou diretos, em contexto de aula, a verdade é que os docentes acabavam por ser mais flexíveis em termos de datas de entregas. Por exemplo, na maioria das vezes tínhamos um mês para as desenvolver. Na TSF isso nunca

¹³ Teste prévio antes da emissão em direto.

poderia acontecer até porque a rádio precisa constantemente de conteúdos para a enriquecer. Ainda mais uma rádio feita à base da informação. Uma reportagem na TSF significa sair da redação às 10h00 e às 12h00 ter a peça pronta para o ar.

Ainda que nunca me tenha sido exigido por parte do orientador ou por parte de outro jornalista da TSF a apresentação da reportagem final, num período de tempo específico, por ser uma estagiária curricular, sempre senti a necessidade de me instigar e de comprovar a mim própria que também era capaz. Antes que não seja para ter uma perceção completa do que é trabalhar em rádio e do que é ser uma jornalista na TSF.

1.5 Tudo o que é bom, acaba depressa

Mais do que um estágio curricular, a oportunidade de integrar a rádio TSF representou uma das formas de pôr em prática o conhecimento a que tive acesso ao longo dos cinco anos de formação em Ciências da Comunicação. Simultaneamente, esta experiência permitiu-me verificar e confirmar uma das minhas maiores convicções: a vontade de ser jornalista de rádio e de fazer rádio.

Ao longo de 13 semanas, tive a oportunidade de acompanhar e trabalhar com uma equipa de profissionais, de participar e dar sugestões de conteúdos nas reuniões diárias, mas, mais que isso, de partilhar histórias e memórias com aqueles jornalistas que via, anteriormente, como referências. Um dos aspetos que ficou, desde logo, em evidência é o espírito de interajuda que paira pela redação. Durante aquele turno, mais do que um conjunto de pessoas individuais encontramos uma equipa, sempre disposta a ajudar e a ouvir o outro. Além disso, uma das ideias que me foi, desde o início, transmitida é a que não devemos ter medo de perguntar e que na rádio não existem perguntas parvas, mas sim uma partilha de opiniões.

Outra das particularidades prende-se com o facto de a TSF, atualmente, não fazer uma distinção direta “nem no tratamento”, nem nas tarefas, entre um jornalista e um estagiário. Confesso que, ao início, este era um dos meus maiores receios até pela responsabilidade que a TSF representa a nível nacional no que toca à área da informação. Lembro-me que foram várias as pessoas que me alertaram para o facto de não me poder vir a ser dada a atenção devida, já que ainda existe um preconceito de que as principais empresas, incluindo, os órgãos de comunicação social, em Portugal, tendem a desvalorizar o estagiário e a colocá-lo em tarefas diminutas ou extintas. Claramente, no meu caso, esta ideia foi completamente desconstruída.

Apesar de, atualmente, a rádio se pautar pelo critério de que nenhuma peça de um estagiário curricular deve integrar o noticiário, opção essa justificada nos tópicos acima, sempre me foi dada a oportunidade de experienciar, de acompanhar os jornalistas até ao exterior, de sugerir ideias e de gravar as minhas próprias peças. Ainda sobre esta vertente, de forma a reunir um portfólio de som, conforme ia gravando foram-me sempre, posteriormente, disponibilizados todos os ficheiros por email. Esta partilha foi também um mecanismo de autocorreção e de verificação do evoluir do meu trabalho semana após semana.

Ainda sobre aspetos positivos não poderia deixar de referir a paciência por parte dos profissionais que me acompanharam ao longo dos três meses. Fosse na hora da gravação, por parte dos sonoplastas, que me foram sempre corrigindo e dando sugestões de como melhorar, por exemplo, na dicção, fosse por parte do orientador de estágio que sempre fez questão de “corrigir” todo o trabalho que ia desenvolvendo, bem como de explicar e dar-me dicas para o futuro. No entanto, um dos aspetos que se tornou mais inquietante e questionável, ao longo do estágio, foi o número reduzido de vezes da saída para o campo.

Tal como já constatei, o dia a dia de um jornalista na rádio TSF é quase todo ele feito por intermédio de um telefone, de um computador e da internet. Se anteriormente tinha em mente a figura do jornalista como alguém que saía à rua à procura de uma grande história ou à procura da confirmação de uma notícia, isso já não acontece. O que se verifica é uma atualização constante das agências de notícias, nomeadamente a Lusa, e dos restantes sites dos órgãos de comunicação para que nenhuma informação seja esquecida. Neste caso, só em situações muito particulares é que se justifica a saída para o exterior.

Claro que esta opção pode ser explicada pela chegada dos canais dedicados a noticiários 24 horas por dia, pelo aparecimento do jornalismo digital e pela precariedade, financeira e humana, que habita nos dias de hoje nas redações. Por exemplo, especificando no caso da TSF, caso alguém vá em reportagem, essa saída significa, por vezes, uma sobrecarga do trabalho para os restantes jornalistas daquele turno.

Mas até que ponto, com esta escolha, não estamos a pôr em causa o papel do “jornalista tradicional”, se não a contribuir para o seu fim? Até que ponto não estamos a pôr em risco valores como o rigor, a objetividade, mas, principalmente, o carácter reflexivo que um profissional de informação deve assumir na hora de redigir uma peça? Ainda nesta linha de questões e partindo do pressuposto de que a maioria dos órgãos de comunicação social recorre, diariamente, às agências de notícias, até que ponto não estamos a promover a uniformização do que é notícia?

Foi com base nestas observações que me comecei a questionar quanto à dependência da TSF relativamente à agência Lusa, sobre as implicações que o seu uso representa para o ouvinte, bem como os efeitos que a utilização apresenta na produção informativa.

É sobre esta problemática que incidirão as próximas páginas.

2

Reflexões sobre um jornalismo feito à base da secretária

Face a um mundo pautado pela constante aceleração tecnológica em que a informação nos chega cada vez mais em tempo real, os jornalistas enfrentam hoje sérios problemas na hora de produzir e cobrir notícias.

De forma a atender aos desejos dos consumidores e à ânsia de acompanhar essa instantaneidade, o jornalismo viu-se obrigado a alterar as suas rotinas e a recorrer diariamente às agências de notícias como fonte de informação privilegiada.

Se anteriormente, no jornalismo tradicional, tínhamos a conceção do jornalista como alguém que percorria as diferentes ruas do mundo à procura de uma grande história, esse trabalho passou agora a ser feito, maioritariamente, na redação por intermédio de um computador e da internet. Neste sentido, nos dias de hoje, poderíamos até dizer que o jornalismo tradicional deu lugar ao que se poderia denominar de jornalismo de secretária.

Ao longo desta segunda parte, através de uma revisão de literatura, irei procurar refletir acerca do papel que as agências de notícias desempenham nos diferentes órgãos de comunicação, assim como as motivações e as consequências do seu uso para o jornalismo. Poderemos realmente estar a aproximar-nos do fim do jornalismo tradicional? É com base nesta pergunta que procurarei encerrar esta reflexão.

2.1 O conceito de agência de notícias

Como já tive oportunidade de referenciar, mais do que nunca, este é o tempo em que o jornalismo se pauta pelos valores da instantaneidade e da velocidade, muito por força também do fenómeno da internet. Durante este processo e como Moreira (2011) defende, as agências de notícias tornaram-se fundamentais neste processo de informação.

Mas o que engloba o termo de agências de notícias ou de informação? De acordo com Wolf (2006), a agência de notícias “é a fonte mais notável de materiais noticiáveis”. Aliás, cada vez mais a informação quotidiana encontrada nos diferentes órgãos de comunicação é um produto das agências.

Afonso (2014), inspirada por Boyd-Barrett (2002), por seu turno, define as agências de notícias como “grossistas de informação”, dado que, atualmente, a sua função consiste em recolher informação e distribuí-la, posteriormente, por um conjunto de subscritores. Assim sendo, e com base na mesma autora, pode dizer-se que as agências são parte integrante da relação entre as notícias e os órgãos de comunicação social.

Nesta linha de pensamento, Aguiar (2009) compara as agências de notícias ao corpo humano.

Se os média são a pele, as agências são as veias. Assim como o tecido epidérmico não é capaz de se manter vivo sem a irrigação proporcionada pelos vasos sanguíneos que conduzem até ele os nutrientes e agentes imunológicos para garantir a sua permanente renovação e proteção, também os média não são capazes de se manter ativos e ricos em conteúdo sem as cargas permanentes de informação que lhes são fornecidos pelas agências de notícias. (Aguiar, 2009, p. 4)

A isto, Nascimento (2008) acrescenta que as agências são uma espécie de “central jornalística” em que o “núcleo local” redistribui informações para um conjunto de clientes: jornais, revistas, rádios, televisões, websites, instituições financeiras, entre outros. Considerando as ideias de Afonso (2014), nos dias de hoje, é ainda comum entre os investigadores fazer-se uma distinção entre agências mundiais, internacionais e nacionais.

As agências mundiais ocupam-se de uma cobertura a nível global, ao invés das internacionais que incidem sobre uma determinada área geográfica. Já quando falamos das agências nacionais, referimo-nos à cobertura de um único país, embora muitos também aproveitem para retransmitir as notícias da outra parte do mundo aos seus subscritores. Isto acontece porque o custo dos correspondentes no estrangeiro é mais alto do que uma simples assinatura numa agência, principalmente, para os órgãos de comunicação com menor poder económico.

Nas palavras de Wolf (2006), tendo como referência Golding-Elliott (1979), as agências noticiosas chegam, em muitos casos, a ser a única fonte disponível de notícias vindas do estrangeiro.

Mas afinal como é que se justifica a relevância e a urgência das agências de informação nos diferentes meios de comunicação? Para Nascimento (2008), a necessidade advém da estrutura e organização, das mesmas, ao possibilitarem uma maior flexibilização e uma maior cobertura dos acontecimentos, de todo o mundo, em tempo real.

Já para Wolf (2006), as agências são imprescindíveis para os jornalistas, por motivos económicos, mas em contrapartida acabam por gerar uma “forte homogeneidade” do que se constitui notícia. Nabarro e Silva (2008) acreditam ainda que as agências de notícias mundiais foram as responsáveis pelo processo de globalização, tornando assim possível a transmissão de notícias a grandes distâncias.

2.2 O surgimento pelo mundo

O nascimento das agências noticiosas, como “grossistas de informação”, remonta ao período em que se dá uma transformação da imprensa de opinião em imprensa informativa. No século XIX, estas empresas surgiram fruto dos crescentes progressos técnicos e científicos ao nível das técnicas de impressão. Nesta vertente, destaque para a invenção da máquina rotativa e do linótipo. Ainda nesta altura assiste-se a um desenvolvimento a nível dos meios de transporte de informação com a invenção do telégrafo.

Com estas conquistas, a imprensa garantia o seu lugar enquanto meio de comunicação social de grande alcance. Simultaneamente, a noção de distância esbateu-se e os termos de rapidez e de urgência tornaram-se para sempre essenciais e inseparáveis no processo de circulação da informação. Essa época, nas palavras de Nuno Crato (1983), citado por Silva (2002), ficou ainda marcada por uma melhoria nos transportes, pelo alargamento da vida escolar e pelas grandes tiragens. Assim, surgiam as primeiras agências noticiosas, com o objetivo de se implementar uma imprensa barata, destinada a um grande público. Os jornais deixaram de se limitar a escrever sobre certos assuntos para passarem a redigir notícias que fossem ao encontro dos gostos e interesses da sociedade em geral.

Ainda assim, o seu verdadeiro nascimento estaria associado ao nome de Charles-Louis Havas, em Paris, um perspicaz ex-banqueiro que partiu do pressuposto de que nenhum jornal possui a capacidade financeira necessária para deter correspondentes em todos os pontos estrategicamente relevantes do ponto de vista informativo.

Com base nessa crença, aposta na criação de um serviço de difusão de informações, a Agence des feuilles politiques – Correspondence générale, mais conhecida por Agência Havas. É assim que, com a ideia visionária de um homem, Charles Havas, e a criação de um pequeno negócio de venda de notícias, que mais tarde se daria origem a uma das principais agências de notícias internacionais, a France Presse. Com isto, começava a história das agências noticiosas.

A Portugal, os primeiros despachos da agência só chegariam em 1866.

De acordo com Silva (2002), terá sido a 10 de março desse ano que o *Diário de Notícias* iniciou a publicação de “participações telegráficas” da agência Havas. Numa nota publicada na primeira página do jornal, a empresa dava conta de que acabava de fazer “um novo sacrifício organizando um serviço de telegramas diretos do estrangeiro” (Silva, 2002, p. 6). Assim, conseguiria dar destaque a um maior número de acontecimentos que atraíam também a atenção do povo português.

Por esta altura, Portugal era dos poucos países que não possuía uma agência noticiosa. Realidade essa justificada por força do golpe militar de 28 de maio de 1926 e pelo período de ditadura que perdurou cinco décadas.

De acordo com o *World Communication Report* (1997), no final do século XX, as agências globais eram dominadas pela Reuters, AP e AFP, que processavam e distribuíam mais de 80 por cento da informação internacional por todo o mundo.

2.2.1 A chegada das agências noticiosas a Portugal: Do silenciamento à conquista da liberdade

É em 1944 que os primeiros passos na criação de uma agência noticiosa começam a ser dados em Portugal. Na altura, com a fundação da agência Lusitânia, por Luís Caldeira Lupi. Um jornalista, correspondente no país da Associated Press e da Reuter descontente com as notícias, que eram publicadas nas agências internacionais, sobre Portugal.

A verdade é que a medida não foi desde logo bem aceite pelo Governo, mas a 30 de dezembro de 1944, Luís Lupi consegue que a agência Lusitânia inicie o seu serviço noticioso.

Partindo da ideia de Silva (2002), a aprovação é “discutível”, já que a escolha do período, do Estado Novo, para o surgimento da primeira agência de notícias portuguesa não foi de todo aleatória. Na altura, o governo de Salazar não possuía qualquer tipo de controlo sobre o noticiário das agências internacionais, pelo que, em plena II Guerra Mundial, “uma agência nacional rigorosamente vigiada serviria de meio eficaz de propaganda à ideologia do Estado, da mesma forma que representava uma

oportunidade para fazer chegar informação junto das colónias portuguesas em África” (Afonso, 2014. p.18).

A missão contraditória desta agência está também saliente no primeiro “Livro de Estilo” elaborado por Lupi, citado por Silva (2002). Logo nos primeiros dois pontos é referido: “1. A Lusitânia não quer, nem pode, fornecer aos seus subscritores senão um serviço noticioso que seja, absolutamente, objetivo, factual e livre de desmentidos; 2. devem ser evitadas notícias que possam merecer controvérsia, provocar confusão no espírito dos leitores” (Silva, 2002, p. 10).

Ora, se ao início se evidencia uma preocupação pela objetividade, rapidamente, esse foco deixa de fazer sentido com a exclusão de certas notícias.

Outro exemplo ilustrativo da propaganda que se vivia é que passado pouco tempo de a agência ter iniciado funções, o administrador-delegado foi chamado ao gabinete de Marcello Caetano, ministro das comunicações interino, por haver uma série de notícias que o mesmo não aprovava. Já para não dizer que a garantia da sobrevivência da Agência Lusitânia estava em boa parte associada ao Governo.

Ao nível dos equipamentos de edição e transmissão, em comparação às agências internacionais, a Lusitânia ainda trabalhava de forma primitiva.

Três anos se passaram, quando em 1947, o redator-chefe do *Diário de Notícias*, Dutra Faria, juntamente com Barradas de Oliveira e Marques Gastão decidem fundar a Agência de Notícias e Informação (ANI). Na opinião de Carlos Veiga Pereira e José Júlio Gonçalves (1963), mencionados por Silva (2002), a agência ANI seria a primeira agência portuguesa na qual seria legítimo aplicar a nomenclatura de agência noticiosa. Ainda assim, tal como a agência Lusitânia, nasceria com o apoio do Governo.

No início da década de 50, a ANI, dispunha de correspondentes “nas províncias portuguesas no Ultramar, nas ilhas da Madeira e dos Açores e no estrangeiro, produzia uma média de 2300 palavras/dia e tinha um orçamento anual que rondava os quatro mil contos” (Silva, 2002, p. 13). Por sua vez, a concorrente direta [Lusitânia] transmitia em média 4.000 palavras, “possuía correspondentes na maioria das grandes cidades das colónias do Ultramar, nas ilhas da Madeira e dos Açores e no estrangeiro, e tinha contratos com diversas agências de notícias internacionais” (Silva, 2002, p. 14).

Desde logo, uma das grandes diferenças entre ambas é que a Lusitânia partilhava interesses com o regime, ao passo que a ANI assumia com o governo uma posição menos comprometedora e meramente contratual. Consequência disso, e obrigada a enfrentar uma situação de concorrência direta, a Lusitânia acabou por perder poder e prestígio em relação à ANI.

A Lusitânia acabou por ser extinta em 18 de novembro de 1974.

Quanto à agência ANI acabaria por não ter um desfecho diferente da sua concorrente. Com a revolução do 25 de abril e, consequentemente, com o fim do regime da ditadura, a instauração desta nova democracia exigia um fim com o passado e a eliminação das agências pautadas pelo antigo regime.

A agência ANI cessou atividade em setembro de 1975.

A solução encontrada pelo Governo do pós-25 de abril para resolver a questão das agências noticiosas culminou na criação de uma nova agência: a Agência Noticiosa Portuguesa (ANOP).

De acordo com Silva (2002), tendo em conta os seus estatutos, a nova agência terá como objetivo:

A prestação do serviço de informação noticiosa através da recolha, tratamento e difusão do material informativo, nomeadamente de notícias e imagens para utilização na imprensa e em outros meios de comunicação social nacionais ou estrangeiros (...)", devendo exercer a sua atividade com rigor e objetividade, por forma a garantir uma informação digna de confiança à escala nacional e internacional, [salvaguardando] a sua independência, nomeadamente perante o Governo e a Administração Pública, e a possibilitar a expressão e o confronto das diversas correntes de opinião, atuando como instrumento ao serviço do interesse coletivo e da democracia. (Silva, 2002, p. 18)

Três anos após a sua criação, a ANOP já tratava cerca de 300 mil palavras/dia e difundia, aproximadamente, 70 mil para os clientes nacionais e estrangeiros e para duas comunidades de emigrantes portugueses, "1500 para as missões diplomáticas do Governo Português, 4000 para Macau, e 2500 para jornais, rádio e televisão em língua portuguesa instalados, principalmente, no continente americano" (Silva, 2002, p. 19).

Contudo, em 1980, a ANOP começa a demonstrar alguns sinais de instabilidade financeira e, simultaneamente, uma certa impotência para confirmar a sua expansão. Nessa época, existiam ainda rumores sobre a extinção daquela agência noticiosa e sobre a criação de uma nova cooperativa composta por empresas públicas e privadas do setor da comunicação social.

O expectável acabou a confirmar-se em 1982 com a extinção da Agência Noticiosa Portuguesa e com o surgimento de uma nova agência privada, de base cooperativista, a Porpress. Entre as vinte e uma empresas de comunicação social e de telecomunicações, que assinaram o contrato, estava a Radiodifusão Portuguesa, a Radiotelevisão Portuguesa, a Empresa Pública dos Jornais Notícias e Capital (EPNC), a Empresa do Diário Popular, o *Jornal de Notícias*, o *Comércio do Porto*, o *Correio da Manhã*, o *Primeiro de Janeiro* e o *Diário de Lisboa*.

A Porpress acabaria por ser a responsável pela difusão de informação a nível nacional e internacional tanto em Portugal como no Mundo. Simultaneamente, incumbir-se-ia, igualmente, a cumprir a isenção de opiniões a nível político, económico ou ideológico.

Ainda assim, como refere Moreira (2011), o futuro da ANOP ainda estava em aberto e especulava-se que “as duas agências pudessem coexistir, ou então, unirem-se em uma só, de maneira a evitar controvérsia pela extinção da empresa”. Nesse sentido, a 11 de agosto do mesmo ano os órgãos de comunicação social que formaram a Porpress juntam-se em reunião e decidem que o projeto passaria agora a denominar-se de Notícias de Portugal (NP).

No entanto, a situação na ANOP continuava a ser de sobrevivência. Em julho de 1983, para fazer frente à instabilidade, surge ainda a iniciativa, por parte do Governo, de fundir as duas agências, porém a NP mostrou-se totalmente contra e, mais uma vez, a situação das duas agências acabaria por ser adiada. Só após três anos, em 1986, é que o governo e as agências chegam a um acordo e decidem extinguir a ANOP e alterar a personalidade jurídica da agência NP. A partir desta decisão seria criada uma única agência de cooperativa de utilidade pública.

Segundo Silva (2002), a futura agência deveria possuir “total autonomia económica e financeira”, através de um capital próprio e de receitas, de forma a não depender do Governo. Nisto, teria ainda de agir sem qualquer influência ou pressão de grupos ideológicos, políticos ou económicos.

Assim, nascia a Agência Lusa de Informação. Fundada pela Resolução de Conselho de Ministros, a 28 de novembro de 1986, esta deveria ter como principais objetivos a recolha de material noticioso com interesse informativo, o seu respetivo tratamento e a difusão mediante pagamento.

Para desempenhar um serviço público de interesse nacional, Silva (2002) chama ainda a atenção para outros fatores que a Lusa deverá ter em consideração.

A agência deverá assegurar a cobertura nacional e regional do País, em particular das regiões autónomas, bem como os acontecimentos relacionados com a Comunidade Económica Europeia, com os países de língua oficial portuguesa e outros espaços de relevante interesse para Portugal, nomeadamente os de forte concentração de comunidades portuguesas. (Silva, 2002, p. 38)

Com cerca de 240 trabalhadores, às zero horas de 1 de janeiro de 1987, a agência Lusa iniciava o seu serviço noticioso.

2.2.2 A agência Lusa de Informação: De Lisboa para o online

O arranque da Lusa não foi pacífico. Como referi, no tópico anterior, aquando do seu surgimento a Lusa possuía cerca de 240 trabalhadores, dos quais 170 jornalistas vinham de agências antecessoras. Por conseguinte, isto implicava por parte dos jornalistas, habituados a concorrer entre si, uma adaptação e uma procura por uma identidade comum.

Assim sendo, e como Silva (2002) recorda, nos primeiros tempos, “o casamento” não é fácil, e, frequentemente, o trabalho informativo da Lusa foi posto em causa por parte dos leitores, que “se queixam de sobreposição de notícias, de despachos informativos contraditórios, de a agência ter herdado os erros e os vícios das suas antecessoras”. Este começo “mal-aventurado” da Lusa manteve-se ao longo de todo o ano de 1987.

Como forma de solucionar, no início de 1988, a agência decide reestruturar a sua estrutura interna de chefias e é nessa altura que se desencadeia uma melhor época para a Lusa. Mais estável, a nova agência começa a demonstrar sinais de desenvolvimento e de expansão internacional. A 18 de janeiro de 1989 é ainda inaugurada a sua própria sede na zona de Benfica, em Lisboa.

Nesta fase inicial, a Lusa possuía delegações no Porto, Coimbra, Faro, Guarda, Évora, Ponta Delgada e Funchal e correspondentes em todos os distritos de Portugal. Em África, a representação da agência era estabelecida através de delegações em Maputo, Luanda, Bissau, Cidade da Praia e uma correspondente em São Tomé e Príncipe. Na África do Norte através de uma delegação na capital marroquina, *Rabat*, e na Ásia por um *Desk Ásia-Pacífico*. Já na Europa, a agência era detentora de uma delegação em Bruxelas e de uma rede de correspondentes em todas as capitais.

No total, a Lusa dispõe de uma rede de correspondentes nacionais e internacionais que comporta mais de centena e meia de jornalistas que, para além das cidades referidas, se distribuem ainda por cidades como Washington, Rio de Janeiro, São Paulo, Buenos Aires, Joanesburgo, Sidney e Telavive. A estes, somam-se ainda os cerca de cem jornalistas que, diariamente, produzem uma média de oitenta mil palavras a partir da sede da agência. (Silva, 2002, p. 40)

No que toca ao serviço informativo prestado pela Lusa, “o mesmo funciona 24 horas por dia, distribui-se por cinco setores – nacional, internacional, economia, comunidades e regiões e desporto – e é difundido para a quase totalidade dos órgãos de comunicação social” (Silva, 2002, p. 41). Como complemento ao serviço noticioso, a agência possuía ainda um centro de documentação e um serviço fotográfico através da agência Reuter e da European Press Agencies.

Resultado disto e do estatuto de “única agência noticiosa de âmbito nacional”, em 1988, através das cerca de 400 notícias diárias que difundia, a Lusa era responsável “por cerca de metade do noticiário nacional e de perto de cem das notícias internacionais utilizadas na comunicação social portuguesa”

(Silva, 2002, p. 41). No que toca ao nível internacional, a Lusa estabelecia-se como pilar na informação sobre Portugal, sobre os países africanos de língua oficial portuguesa e sobre as comunidades portuguesas no estrangeiro.

Após um ano, a Lusa abandonava a rede de distribuição telegráfica como meio de transmissão e receção de notícias e a era do satélite ganhava lugar na agência. Este avanço permitia uma maior rapidez na difusão do serviço noticioso, uma seleção de notícias conforme o interesse do cliente e uma maior credibilidade na informação. A isto, estabeleciam-se também novos serviços através do telefone e videotexto especificados para o público.

É em 1995 que a primeira experiência no ciberespaço acontece pela agência. Na altura, por intermédio da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, durante um mês, a Lusa disponibilizou na internet as notícias produzidas na redação.

Para Baptista (1995), num artigo publicado no jornal *Semanário*, citado por Silva (2002), a principal vantagem deste serviço passava por “informar os emigrantes internautas, já que pode ser acedido de qualquer ponto do mundo onde haja um computador, um *modem* e uma linha telefónica”. A ligação definitiva ao online chegaria em 1996.

Face a isto, a rede passou a disponibilizar um serviço noticioso, gratuito, direcionado para as comunidades estrangeiras e portuguesas, para rádios locais e para a imprensa regional, a um preço inferior ao convencionalmente aplicado. Ainda assim, esta modernização tecnológica e dos serviços provocou um impacto negativo na saúde financeira da agência, em 1997. Como Barrett (2000) explica, “teoricamente, a internet reduz os custos de negócio, contudo, para ser utilizada, necessita de investimento informático para a comunicação”. Financiamento esse que a agência noticiosa não possuía em volume suficiente. Tendo em conta Silva (2002), em apenas “dez anos de funcionamento, a agência Lusa acumulara 850 mil contos de prejuízos, que culminaram numa falência técnica”.

Na altura, a solução encontrada para resolver a questão visou o aumento do financiamento, por parte do governo, e, posteriormente, a transformação da cooperativa de interesse público numa sociedade anónima detida, em grande parte, por capitais públicos. A agência Lusa passar-se-ia assim a designar de LUSA – Agência de Notícias de Portugal, S. A.

De acordo com o artigo 3º dos seus estatutos, citado por Silva (2002), a agência portuguesa passaria agora a desempenhar as seguintes funções por intermédio de uma informação “factual, isenta, rigorosa e digna de confiança”:

A recolha de material noticioso ou de interesse informativo e seu tratamento para difusão; divulgação do material recolhido, mediante remuneração livremente

convencionada, para utilização de órgãos de comunicação social nacionais e estrangeiros ou de quaisquer outros utentes individuais ou coletivos, institucionais ou empresariais que o desejem; prestação ao Estado português, ao abrigo de um contrato específico, plurianual, de serviços da sua especialidade que assegurem o cumprimento das obrigações do Estado no âmbito do serviço de interesse público relativo à informação dos cidadãos. (Silva, 2002, p. 43)

Hoje, durante as 24 horas do dia, com cerca de 280 jornalistas, a Lusa distribui notícias, em tempo real, “aos seus clientes sobre o que de mais significativo ocorre ou vai ocorrer em Portugal e no Mundo nas áreas de política, sociedade, local, ciência, Macau, e Timor-Leste, desporto, economia, internacional e África” (Silva, 2002, p. 43).

Para tal, a agência possui uma rede de delegações e de correspondentes por todos os distritos de Portugal, pelos países africanos de língua oficial portuguesa, Timor e Macau, e por Pequim, Madrid e Bruxelas. A este leque de cidades, com correspondentes, juntam-se ainda Berlim, Londres, Paris, Roma, Moscovo, Washington, Brasília, Joanesburgo, Rabat e Jacarta.

Através das vantagens do satélite e da internet, a Lusa utiliza o primeiro para propagar o serviço noticioso até, por exemplo, aos jornais e às rádios nacionais. No que toca ao online, os serviços têm em vista “clientes especiais”, com interesses particulares. Tomemos o exemplo das embaixadas portuguesas, da imprensa regional e dos municípios.

Assim, a Lusa atinge o “estatuto de principal produtor de notícias para jornais, rádios e televisões de língua portuguesa, com a valência de maior fornecedor de conteúdos informativos atualizados para a NET portuguesa” (Silva, 2002, p. 44).

2.2.3 O papel e o poder da Lusa em Portugal

Segundo Sousa (1997), atualmente, a Lusa “não tem, em Portugal, concorrentes dignos de registo”. Esta realidade pode ser justificada pela informação rápida, factual, isenta e rigorosa que a agência noticiosa produz diariamente e que é, posteriormente, distribuída por “um milhar de clientes permanentes” (Praça, 2013, p. 24).

De acordo com o livro de estilo da Lusa (2019) fazem parte desses utilizadores:

Os órgãos de comunicação social de expansão nacional, regional e local em Portugal, as agências noticiosas internacionais, os organismos da administração pública, as embaixadas e os consulados portugueses no estrangeiro, as autarquias, as empresas públicas e privadas, os principais órgãos de comunicação social das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, as associações de emigrantes e os média dos

países africanos de língua oficial portuguesa, além de particulares, que necessitam de uma informação rápida e concisa. (Lusa, 2019, p. 4)

Consciente da responsabilidade acrescida que representa, nos dias de hoje, há um conjunto de regras a que a Lusa deve procurar obedecer e aplicar, de acordo com o seu livro de estilo. Medidas essas que contribuirão também, de certa forma, para o seu reconhecimento nacional e internacional.

Em primeiro lugar, a Lusa deve procurar ser uma referência na escrita para os órgãos de comunicação. Em segundo lugar, deve-se pautar pelos princípios do rigor e da rapidez, sem pôr em causa a precisão e a exatidão. A isto, somam-se as questões da clareza, da imparcialidade, da escrita rigorosa, da isenção de pressão de terceiros, da pluralidade da informação, da qualidade e do trabalho em equipa.

Por esta razão, todas as notícias da Lusa deverão traduzir o cumprimento do artigo 1 do Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses: “O jornalista deve relatar os factos com rigor e exatidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso. A distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público” (Lusa, 2019, p. 8). Ademais, todas as fontes e protagonistas citados “devem ser identificados pelos nomes por que são conhecidos, pelos cargos ou funções exercidas, pela profissão, pelo partido a que pertencem, pela nacionalidade (...) e, quando for razão disso, pela idade” (Lusa, 2019, p. 10).

A agência compromete-se, igualmente, a não divulgar desmentidos, nem a consentir o plágio. No entanto, há desmentidos que podem constituir notícia. “Por exemplo: se um jornal anuncia a demissão de um político e se este declara ao jornalista da agência que não tem intenções de se demitir, a Lusa deve noticiar” (Lusa, 2019, p. 19).

Relativamente à informação proveniente da internet a recolha deve ter em conta “cuidados adicionais”, dada a impossibilidade de controlo total do conteúdo que lá circula. Quando o interesse noticioso se revelar elevado a Lusa pode ainda fazer notícia a partir de informações de outros órgãos de comunicação. Neste caso, a fonte deve estar sempre referenciada no texto.

Ainda tendo em conta o “Contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público”, disponibilizado pela mesma agência, responsabiliza-se a “ajustar qualitativamente e quantitativamente os seus serviços e a sua presença no território nacional e no espaço internacional, com particular relevância no espaço lusófono” (Lusa, 2007, p. 1).

Além do mais, enquanto serviço público, apresenta a obrigação de redigir notícias sobre acontecimentos que sejam relevantes para Portugal e para os portugueses. Essa distribuição é realizada, num momento seguinte, através de texto, fotografia, áudio e vídeo, nos setores da política, da economia,

da cultura, entre outros. Assim, a Lusa “compromete-se a diversificar os seus produtos tendo em conta as novas tecnologias, as exigências dos mercados e as expectativas dos seus diferentes clientes quanto à prestação do serviço público” (Lusa, 2007, p. 3).

A agência trata ainda a informação noticiosa, assim como a sua adaptação, segundo critérios da sua responsabilidade, respeitando a Lei de Imprensa.

Em termos de organização, como referi anteriormente, a Lusa deve ser encarada como “plataforma de influência” através da cobertura de Portugal Continental e Ilhas, dos países de língua oficial portuguesa e de “parcerias e sinergias com entidades governamentais e não governamentais, agências de notícias internacional e órgãos de comunicação social nacionais e internacionais” (Lusa, 2007, p. 3). O objetivo é atingir um número médio de notícias que respeite os seguintes parâmetros: “Texto- entre 400 e 500 notícias/dia; fotografia – entre 100 e 150 fotos/dia; áudio – entre 30 e 40 registos/dia; vídeo – entre 15 e 30 registos/dia” (Lusa, 2007, p. 7). Posteriormente, estas serão adequadas e distribuídas a alguns destinatários. Entre os exemplos estão os jornais portugueses de âmbito regional, com uma média diária de 100 e 150 notícias de texto e entre as 10 e 20 fotografias e as estações de rádio portuguesas locais com uma média diária de 80 e 100 notícias de texto e os 5 e 10 registos áudio.

2.3 A influência das agências de notícias na era da informação instantânea

Conceitos como a “objetividade, imparcialidade, apuração, transparência, credibilidade, isenção, busca pela verdade, ouvir todos os lados (fontes), investigar” (Lima, 2010, p. 2), entre outros, são termos que acompanham e sustentam os primórdios do bom jornalismo. Se antes os jornalistas cumpriam parte destes critérios através dos diferentes suportes físicos, como a carta ou o telefone, ou, até mesmo, presencialmente, a maioria destas etapas passou a desenvolver-se por intermédio de um computador.

Conectados pela internet, os jornalistas passaram agora a ter acesso gratuito às principais agências de notícias, bem como aos jornais online nacionais e internacionais. “À primeira vista essa facilidade ampliou o olhar sobre os acontecimentos diante da multiplicidade de assuntos disponíveis para seleção” (Bianco, 2004, p. 7).

Aliás, para Praça (2013), inspirado em Quintero (1996), a idade de ouro do jornalismo deveu-se, em boa medida, à emergência das agências noticiosas, que possibilitaram aos órgãos de comunicação aceder a uma informação cada vez mais pormenorizada e instantânea.

De acordo com Wolf (2006), a informação quotidiana é, nos dias de hoje, maioritariamente uma informação de agência constituída por fontes anónimas, que raramente aparecem devidamente identificadas.

Para Gradim (2005), como fonte, as agências são fundamentais para a sobrevivência das redações, já que prestam auxílio na construção de uma agenda diária “rica e equilibrada”. Ainda nesta linha de pensamento, Wolf (2006), inspirado em Golding e Elliot (1979), recorda que os despachos das agências funcionam como um primeiro botão de alarme para as redações.

Assim, confirmar a informação é uma tarefa cada vez mais rara, “confundida, muitas vezes, com a comparação de telexes de agências diferentes” (Soares, 2012, p.20). No entanto, com o passar dos anos esta técnica acabou também por cair em desuso.

Tendo como exemplo o órgão britânico da BBC, mencionado por Wolf (2006), com base no artigo “Putting 'Reality' Together” de Schlesinger (1978), se anteriormente, neste meio, se entendia que nenhuma informação podia ser confirmada se não tivesse sido referida em despachos de duas agências, agora as notícias são difundidas através de uma fórmula do tipo fontes não confirmadas.

Como realça o texto “The quality and independence of British journalism” mais do que nunca, estamos a produzir histórias, já que quase tudo é reciclado de outras fontes. A comprovar está um estudo de Lewis, Williams e Franklin (2008) tendo em conta a análise de 2.207 histórias de quatro jornais do Reino Unido. No final do relatório, os autores chegaram à conclusão de que cerca de 80% dos artigos tinham sido construídos com base nos despachos das relações-públicas e das agências noticiosas. Dos restantes 20% apenas 12% não apresentava qualquer tipo de informação das agências e em 8% a presença das relações-públicas não era clara.

Contudo, como recorda Moreira (2011), o papel das agências de notícias ainda é desconhecido para uma grande parte dos consumidores, sendo apenas notória a sua existência quando existe de facto referência às mesmas, como é o caso de: “de acordo com a agência”; “informação avançada pelo correspondente da agência”; ou até mesmo peças assinadas deste modo: “Com Lusa”, “Sol e Lusa”, entre outras” (Praça, 2013, p. 26). A confirmá-lo está também Magalhães (2011) com um testemunho de David Pontes, que enumera vários casos de uma notícia, da autoria da Lusa, avançada por vários jornais, no mesmo dia e assinada por diferentes pessoas.

Tendo em conta a opinião de Bianco (2004), a vantagem da utilização da internet deve assim ser encarada com precaução. “Na verdade, tem-se acesso ao conteúdo parcial de jornais online, portais e agências de notícias, portanto, nem sempre é o material jornalístico integral disponível apenas para os assinantes” (Bianco, 2004, p. 7).

Com isto, alerta que muitas vezes o material disponível já advém de “segunda ou terceira mão”, já tendo passado, previamente, por critérios prévios de seleção inerentes àquela publicação.

Em igual posição está Silva (2002) que acredita que, ao assumirem a tarefa de seleção, recolha, filtragem e de difusão das notícias, acabam por desempenhar um papel de *gatekeepers*, como “decisores primários”, dos conteúdos que poderão ou não ascender a notícia, e, consequentemente, como “definidores da agenda jornalística”.

Ainda assim, como se refere num relatório da Obercom (2020), ao respeitarem os pilares essenciais do jornalismo como a “precisão, objetividade e credibilidade”, as agências acabam por se tornar uma “fonte confiável de notícias”, necessária para o funcionamento das redações e para a sua credibilidade. A este propósito, evocam ainda que “as agências são um referencial de boas-práticas para os restantes autores e, mais do que entregar informação, distribuem *know-how*, tendo um importante papel na forma como os média lidam com a sobrecarga (*overflow*) de informação” (Obercom, 2020, p. 9).

Na base da utilização das agências de notícias estão, segundo Golding e Elliott (1979), as razões económicas.

O custo dos correspondentes no estrangeiro é infinitamente mais elevado do que a assinatura numa agência [...]; para os órgãos de informação menos poderosos, as despesas com os correspondentes estrangeiros ultrapassam as suas possibilidades económicas. Para eles, os serviços regionais das agências [...] são a única fonte possível de notícias vindas do estrangeiro. (Golding & Elliot, 1979, citado em Wolf, p. 102)

Aliás, já em 1984 que a ideia era, igualmente, sustentada por Haskovec e First, e lembrada agora por Praça (2013). Segundo os autores para um órgão de comunicação cobrir toda a informação a nível mundial deveria possuir recursos financeiros para um “custoso” e “formidável” conjunto de correspondentes e repórteres. Requisitos esses a que poucos, antigamente, e nos dias de hoje, conseguem aceder. Um exemplo dramático desta realidade, recordado por Barrett (2000) é o do *Washington Post* que, em novembro de 2009 anunciou o encerramento de escritórios em Nova York, Los Angeles e Chicago. Só entre 2002 e 2006 “o número de correspondentes internacionais com base nos Estados Unidos encolheu 25%, de 188 para 141”.

Já de acordo com o Obercom (2020), outra das razões da aposta nas agências noticiosas prende-se com o acesso imediato a notícias fidedignas e, simultaneamente, com a libertação do tempo e dos recursos para os órgãos de comunicação social produzirem os seus próprios conteúdos. “Assim os jornalistas nas redações dos jornais, rádio e televisão, mas também nos meios online, podem realizar

trabalho mais profundo de investigação e reportagem, marcando a identidade e diferenciando a oferta noticiosa, tornando-a pluralista” (Obercom, 2020, p. 9). A isto, acrescenta que na era atual da desinformação, mais do que nunca, o valor social da informação verdadeira, baseada em factos, torna-se fulcral e por isso “a centralidade das agências de notícias” também aumenta.

No fundo, o acesso dos jornalistas às agências de notícias é, como sintetiza Fidalgo (2002), “o mesmo homem que vê, ouve e sente o mundo, sem a mediação de meios instrumentais, é o mesmo que sente através de meios técnicos digitais. O que mudou foram os horizontes desse mundo e os paradigmas da sua experiência”.

2.4 Os dois lados do uso das agências noticiosas

Partindo de Bastos (2012), quando um jornalista passa a trabalhar numa redação à base do digital, as suas funções passam automaticamente a ser “mais de carácter técnico do que propriamente jornalístico”. Tarefas como a recolha de informação, seleção, redação, pelos seus próprios meios, passam para segundo plano.

No entanto, tendo em conta Zelizer (1993), parte-se do princípio de que o exercício jornalístico advém da sua presença nos acontecimentos. Assim, metáforas como “testemunhar”, “cães de guarda”, “ter estado lá”, práticas de descoberta, ou “estar no momento certo na hora certa”, constituem marcadores aos jornalistas que não só estabelecem a sua presença como dão credibilidade à sua atividade.

Para Patterson (2000), referenciado por Gomes (2012), a presença do jornalista num determinado acontecimento ganha ainda mais relevância a partir do momento em que este profissional desempenha a função de transportar uma imagem do mundo até ao leitor/espectador. Ainda assim, como alertam Fortunati et al. (2009), numa perspetiva mais pessimista, com a internet introduziu-se uma nova geração de profissionais dedicados, exclusivamente, a preparar edições online, muitas vezes com jovens em situação de precariedade. Com prazos de entrega cada vez mais apertados tendem a basear o seu trabalho em tarefas de copiar e colar ao invés de escrever as suas próprias peças.

De acordo com Ramonet (2002), se, “etimologicamente, o termo jornalista significa analista de um dia. (...) hoje, com a transmissão direta, e em tempo real, é o instante que é preciso analisar (...)”. Assim, para este autor, face aos tempos atuais, um jornalista não passa de um instantaneísta ou imediatista. Como consequência, “o cultivo de fontes próprias, um processo que exige disponibilidade, tempo e contactos pessoais regulares, vê-se também relegado para segundo plano, quando não esvaziado por completo, face às múltiplas urgências do imediato” (Bastos, 2012, p. 286). Neste sentido,

trabalhos como uma reportagem de investigação, bem como um furo jornalístico, tornaram-se uma “miragem” para o profissional de informação.

A situação leva assim a questionar, Bianco (2004), se a observação e a presença do jornalista no local do acontecimento já não são mais necessárias, sendo preciso recorrer à tecnologia, nomeadamente, às agências de notícias para apreender o real. Nelson Traquina (1993) caracteriza o jornalismo atual de “cronometralidade”, tendo em conta a avalanche de informação, de que é alvo, e a falta de tempo que se impõe na profissão de jornalista.

Controlado pelo relógio, dedicado ao conceito de atualidade, obcecado pela pergunta «o que há de novo?», o jornalista e as empresas jornalísticas para as quais trabalham dão, sobretudo, importância ao objetivo de produzir as notícias sobre os acontecimentos mais recentes. E na resposta aos seis «servidores» habituais do lead noticioso, os dois (como? porquê?) que mais carecem de explicação são precisamente aqueles que o leitor quer da notícia e menos encontra. Exigir isso é talvez pedir demasiado a estes profissionais inundados pela cheia de acontecimentos e assediados pela hora do fecho. (Traquina, 1993, p. 176)

Por isso, Ramonet (2002) acredita que o jornalista é cada vez mais um “vínculo”, que permite conhecer o acontecimento e fazer a sua respetiva difusão. Atualmente, este profissional não “tem tempo de filtrar, de verificar, de comparar” porque, se perder demasiado tempo a fazer isso, haverá outros colegas e outros órgãos de comunicação social a tratar do caso antes dele e, conseqüentemente, a dar a notícia primeiro. Afonso (2014), com base em Graça (2007), caracteriza os dias de hoje como uma “ditadura de última hora” em que só interessa difundir com rapidez, sendo os jornalistas “escravos” de um produto cópia e de uma seleção-noticiosa. Lopes (2016) qualifica assim o jornalismo atual de uma “caixa de ressonância do poder dominante”, em que os jornalistas se resignam às versões dos que se instalaram no poder. Isto impede que o jornalista reflita verdadeiramente sobre o que escreve no dia – a – dia.

Moretzsohn (2000) compara ainda a velocidade da informação a um *status* de fetiche. Isso significa que, em uma sociedade capitalista, as organizações jornalísticas acabam por considerar mais importante a “precipitação” e a aposta em “prognósticos”, como valor da atualidade, em detrimento da apuração rigorosa da notícia com informações claras, precisas e corretas.

Face a isto, tendo como base a mesma autora, nos dias de hoje, é mais importante “chegar na frente” do que “dizer a verdade”. Neste sentido, Vieira (2014) questiona-se: “A quem interessa a pressa na divulgação de uma notícia senão ao próprio veículo, visando estar à frente da concorrência? Parece-nos claro que a velocidade não pode se tornar um valor acima da precisão”. Além do mais, alerta que a

própria prática pode levar o jornalista e os próprios meios de informação a cometerem erros de imprecisão.

A mesma ideia é sublinhada por Johnston e Forde (2011) ao entenderem que a dependência por jornais, rádios, televisões e sites em relação às agências pode levar a problemas de inexatidão.

Por esta razão é que em todos os assuntos “que envolvam questões sociais, desacordos ou controvérsia o jornalista não se pode limitar aos dados fornecidos por uma única fonte” (Gradim, 2005, p. 84).

Neste seguimento, Gradim (2005) explora que, pelo contrário, o jornalista deve procurar ouvir o maior número de fontes, de forma a relativizar os primeiros dados recebidos. Nisto, exemplifica: “Um motorista de táxi atropelou uma criança de seis anos porque seguia em excesso de velocidade, diz um vizinho? Essa informação precisa necessariamente de ser confirmada, falando com mais testemunhas” (Gradim, 2005, p.84).

Assim sendo, o rigor na verificação foi um dos pilares diluídos no jornalismo com o passar dos anos.

Parece que, em nome da velocidade, o repórter primeiro publica e depois revisa, comprometendo assim a qualidade da informação. A inexistência de uma revisão acurada (...) contribuem para o aumento dos pequenos erros. É como se houvesse uma ‘edição fina’, mas ela só é feita após a publicação da notícia. Diante disso, como mensurar quantos leitores tiveram acesso à versão da notícia com esses erros? (Vieira, 2014, p.130)

Johnston e Forde (2011) chamam ainda a atenção para outro dos problemas da utilização das agências noticiosas. Apesar de, atualmente, a maioria dos órgãos de comunicação social utilizar e abusar do material proveniente das agências noticiosas a verdade é que quando o fazem, muitas vezes, é sem qualquer tipo de atribuição, como se o material jornalístico fosse, na íntegra, do próprio meio.

Ainda assim, na opinião de Friend e Singer (2007), este “relativo esvaziamento” não eliminou o papel do jornalista, antes o modificou. De acordo com estes autores os profissionais de informação passaram a reafirmar uma competência que pertencia já ao jornalismo tradicional. O da seleção da informação fidedigna.

A obrigação ética dos jornalistas torna-se ajudar os cidadãos a encontrar e a compreender a informação em que podem confiar. Os jornalistas, em tal ambiente, tornam-se não guardiões, mas fazedores de sentido. A ênfase passa de regular a quantidade de informação que entra no discurso público para garantir a qualidade de pelo menos alguma dessa informação. (Singer, 2007, p. 45)

Assim, segundo o Obercom (2020), as agências de notícias propiciam o pluralismo dos média, ao garantirem um acesso contínuo a notícias fidedignas e ao libertarem tempo para os jornalistas se dedicarem a produzir as suas próprias peças. Além do mais, nas palavras de Bianco (2004), as agências noticiosas oferecem ao jornalista uma orientação sobre a atualidade, já que quem chega à tarde para trabalhar, por exemplo, consegue saber rapidamente quais foram as notícias em destaque, ao longo da manhã, numa pesquisa aos sites de jornais e agências de notícias online.

Mencionado por Marques (2020), quem se mostra igualmente com uma perspectiva positiva são Johansson e Odén (2017) que defendem que os jornalistas, nos dias de hoje, exercem uma influência significativa na forma como a sociedade encara os problemas. Mas, por outro lado, como alerta Bianco (2004), o uso das agências noticiosas traz, conseqüentemente, a padronização do conteúdo, já que é comum o uso frequente da mesma fonte.

Todos bebem da mesma fonte na hora de compor seu noticiário, reproduzindo as mesmas fontes e o mesmo discurso. Muito da tendência à homogeneização deve-se ao comportamento dos jornalistas de atribuírem maior grau de credibilidade às agências de notícias oriundas da mídia tradicional. A concentração da informação nas mãos de poucos persiste até mesmo num campo de informação e comunicação por natureza livre e plural. (Bianco, 2004, p. 10)

Em igual posição mostra-se Wolf (2006) que defende que de entre todos os acontecimentos, só acabam a ser noticiados aqueles que as agências noticiam. Mencionados pelo mesmo autor, Golding e Elliott (1979) sublinham assim que a seleção acaba a ser feita, unicamente, tendo em conta aquele material.

A uniformidade é inevitável desde o momento em que três ou quatro agências fornecem a base para cobertura das notícias externas em quaisquer redações espalhadas por todo o mundo. Em nenhum outro local a tirania do "reabastecimento" é tão nítida como nesta dependência. (Golding & Elliott, 1979, citados em Wolf, p. 103)

Bianco (2014) acrescenta ainda que a sua utilização modifica a percepção dos jornalistas quanto à noção de liberdade de ação sobre a informação. “Quando os despachos das agências aparecem na rede como se fosse um produto de livre circulação que qualquer um pode ter acesso. E quem os utiliza, apropria-se desses textos como sendo seu e não de outro” (Bianco, 2014, p. 161). Posteriormente, deixa uma reflexão sobre a realidade que se vive no radiojornalismo. “É interessante observar que a uniformização dos enfoques das notícias não gera questionamento na redação do radiojornalismo. Ao

contrário, o esforço é no sentido de seguir a onda e nela “surfear” em companhia dos demais” (Bianco, 2014, p. 14).

Nesta linha de raciocínio, Júlia (2010) acredita que o material informativo disponibilizado pela internet deve ser visto com precaução, já que, previamente, passou por critérios de seleção da política interna dessas empresas. Assim sendo, Marques (2020), inspirado por Gandy (1982), completa que essas fontes externas podem, de uma forma indireta, exercer influência e propagar os seus próprios interesses nas agendas dos órgãos de comunicação social.

No seguimento, pode-se ainda lançar uma última reflexão quanto à formação e preparação devida dos jornalistas para a utilização dos recursos online.

É que, de facto, mudaram as formas de trabalhar e o mundo dos jornalistas, mas a sua introdução nas redações ainda não suscitou, como seria de esperar, uma reorganização, em profundidade, das estruturas de produção noticiosa. Os hábitos de trabalho modificaram-se pouco, com apenas uma minoria ativa dos jornalistas (em especial os mais jovens e diplomados) a empenharem-se, efetivamente, na mudança. (Graça, 2007, citado por Afonso, p. 55)

Como forma de solução, face aos aspetos negativos da utilização da rede e das agências de notícias, Aroso (2003), inspirado em Doug Millison (1999), defende a existência de jornalistas que ajudem a fazer uma distinção clara entre as notícias de confiança das notícias redigidas tendo por base rumores ou propaganda que circulam na internet.

Ainda, tendo em conta todas as características mencionadas, ao longo deste tópico, nomeadamente, a velocidade e o imediatismo, Soares (2012) sugere que se pense na aplicabilidade da revisão de textos jornalísticos antes da sua publicação.

De facto, o que se observa é que em boa parte dos portais não há a figura do profissional capacitado para realizar a revisão, e muitas vezes a segunda leitura das notícias por outro jornalista que não o repórter que a produziu só acontece após a publicação do texto. (Soares, 2012, p. 216)

Praça (2013) conclui assim que a internet não só está a mudar a forma como os utilizadores acedem à informação como o perfil do jornalista.

2.5 O jornalismo sentado: Uma nova forma de informar através da secretária

A necessidade de informar de forma instantânea e constante conduz-nos ao conceito de “jornalismo sentado”. Segundo Tulha (2012), inspirado em Erik Neveu (2001), o termo, adaptado do

francês *journalisme assis*, surge para designar um jornalismo que não tem na sua base informação recolhida pelo próprio jornalista. Nesse sentido, a designação opõe-se à expressão “*journaliste debout*” ou “jornalista de pé”, cuja tarefa passa pela recolha de informações através do contacto direto com as fontes, no local do acontecimento. Pereira (2004) caracteriza-o ainda como um profissional que não procura mais informações, mas que se limita a compilar a partir de um número incalculável de fontes. Aqui, a sua função como árbitro torna-se essencial. Além do mais, “a produção de informações de dentro da redação entra em conflito com a imagem do repórter como o “*the leg man*” que sempre esteve associada à profissão” (Pereira, 2004, p. 104).

Para Filho (2000) mais do que uma atividade que se preza pela investigação, o jornalismo tornou-se uma “disciplina técnica”. Isto acontece, naturalmente, com o introduzir da internet e das novas tecnologias de informação e com a chegada de um jornalismo, sentado, feito à base da secretária.

Assim, ao longo dos anos, foram-se registando a perda de algumas das características que acompanharam a origem do jornalismo dito tradicional. Por exemplo, “o palpite em relação às fontes em que investir”, já que deixou de ser necessário, na maioria dos casos, estabelecer algum tipo de contacto pessoal, “a gestão ativa dos projetos ou mesmo a capacidade de saber ler e interpretar pessoas ou reter informações ditadas antes de se ter um gravador sempre à mão” (Marques, 2020, p. 35).

Nos dias de hoje, de acordo com Filho (2000) o bom jornalista passou a ser aquele que, em tempo hábil, consegue produzir notícias ao invés do que aquele melhor sabe redigir. Nesta linha de pensamento, torna-se ainda interessante observar que o trabalho do jornalista sentado é “solitário” e “independente”, já que praticamente “não há interferência externa de editores ou da chefia na produção do jornalista” (Pereira, 2004, p. 97).

Pereira (2004) refere ainda que se essa maior autonomia, em prática, deveria causar um discurso mais reflexivo, o mesmo não se tem vindo a aplicar. “O resultado é a publicação de notícias a conta-gotas, de informações ainda sem confirmação e de notas praticamente irrelevantes do ponto de vista do internauta” (Pereira, 2004, p. 97).

Indo ao encontro da opinião de Kovach e Rosentiel (2004), Tulha (2012) argumenta ainda que à medida que os jornalistas passam mais tempo a tentar sintetizar informação do que a recolher informação, pelos próprios meios, tornam-se cada vez mais passivos ou recetores.

Numa posição mais crítica, a mesma ideia é defendida por Ramonet (2002):

Pergunta-se pelo futuro dos jornalistas. Eles estão em vias de extinção. O sistema não quer mais saber deles. Poderia funcionar sem eles, ou digamos que ele consente em trabalhar com eles, confiando-lhes, porém, um papel secundário: o de funcionários na rede, como Charlot em *Les temps modernes*... Em outras palavras,

rebaixando-os ao nível de retocadores de transmissões de agência. (Ramonet, 2002, p. 24)

Atualmente, o papel do jornalista sentado resume-se, na maioria das vezes, “a copiar o despacho” e a “colar no banco de dados que alimenta o site” (Pereira, 2004, p. 99), mesmo tendo em conta que as agências são produtoras de um discurso estratégico. Neste sentido, Pereira (2004), com base em Mouillaud (1997), alerta que, na realidade, nesta “cadeia de mediações”, o jornal acaba por ser o último operador. Face a isto, no dia-a-dia, a maior parte das peças jornalísticas acaba a ser redigida sem se verificar qualquer tipo de contacto direto com as fontes a não ser com as assessorias de imprensa ou as agências institucionais.

O mesmo pensamento é sublinhado por Rogério Santos (1997) e lembrado por Tulha (2012). Apesar da consciência das vantagens da criação das agências noticiosas, não esconde as consequências nefastas que as mesmas trouxeram para a maioria dos órgãos de comunicação. Entre elas, está a forte dependência pela informação divulgada pelas agências.

Ainda assim, para Patino (2001) a simples transformação de informações externas em informação não deixa de ser um trabalho jornalístico.

Entre o copidesque da notícia da agência (criação leve) e a reportagem (criação pesada), ser jornalista é também inserir-se num processo de produção que leva à transformação de dados em notícia. Tudo isso num mecanismo de inteligência coletiva organizada. (Patino, 2001, citado por Pereira, p. 104)

De entre os motivos da mudança, Pereira (2004) acredita que a internet não foi a única responsável pela introdução do jornalismo sentado, tendo apenas radicalizado esse tipo de produção, ao dar prioridade à publicação de notícias com base em fontes externas.

Para Ana Tulha (2012), outro dos fatores são a diminuição do número de jornalistas, dos orçamentos e a facilidade de acesso a fontes de informação.

Este processo de afastamento dos papéis tradicionais do jornalismo trouxe também, na opinião de Bastos (2012), a diluição da identidade profissional do jornalista e uma questão lançada pelos próprios e pelas vozes exteriores às redações: “O que fazem no dia-a-dia (alimentação de fluxos contínuos de última hora, adaptação de conteúdos, copy/paste, moderação de comentários, edição multimédia, gestão de redes sociais, etc.) é jornalismo?” (Bastos, 2012, p. 294).

Para Adghirni (2004) “o verdadeiro jornalismo é aquele que investiga e denuncia, que aponta os males da sociedade, que cobra justiça”, estando esse profissional em extinção. Neste seguimento,

Pereira (2004) adianta também que o jornalismo sentado enfatiza a lógica do “custo-benefício e da dupla conveniência”, ao invés de se pautar por critérios de veracidade e de compromisso público.

Perante esta nova realidade profissional, Perez (2000) defende que as competências exigidas ao jornalista também se alteraram e que a formação destes profissionais deve agora começar pela capacidade multimídia. “Todos os meios serão multimeios, a verdadeira especialidade dos futuros profissionais da informação será a capacidade de trabalho em todos eles, selecionando e interpretando informação com a suficiente criatividade para dispor agradavelmente essa informação” (Perez, 2000, p. 5).

Millison (2004) acrescenta que os jornalistas online devem começar a aprender algumas ferramentas básicas da web. Entre elas, o pesquisar da informação e o adicionar de elementos multimídia à peça jornalística.

Tendo por base o trabalho de Furio Colombo (1998), Aroso (2003) confirma ainda que, mais do que nunca, este é o tempo em que o novo jornalista se deve pautar por princípios morais, aliados a um conhecimento técnico cada vez mais aprofundado. Já como refere Filho (2000), os futuros jornalistas debater-se-ão com uma profissão incerta e imprevisível.

A juventude que ingressa na profissão encontra hoje uma situação de dupla perplexidade. De um lado, um campo profissional extremamente mutante, incerto, movediço, tanto do ponto de vista da própria identidade do jornalismo quanto das possibilidades futuras de uma “profissão que não existe”. [...] Acresce-se o fato de ser esse “cemitério de carreiras abortadas” um território onde reina o frenesi da comunicação com o mundo, a instabilidade permanente de quem trata com as notícias, a eterna falta de tempo e, não raro, de competência, o que torna jornalistas frequentemente superficiais e incapazes de um tratamento mais denso das matérias cotidianas. (Filho, 2000, p. 55)

É face a esta instabilidade que Bastos (2012) levanta uma reflexão final:

Que restará do jornalismo da era pré-internet? Terá passado em definitivo à história? (...) Terá então o jornalismo clássico sido diluído por completo nos paradigmas em construção do ciberjornalismo? Investigar, cultivar fontes próprias, dar notícias em primeira mão, dar voz a grupos sociais, contextualizar, reportar, vigiar os poderes instituídos. (Bastos, 2012, p. 296)

No final de contas é como Veríssimo (1999) defende: “Vivemos num tempo maluco em que a informação é tão rápida que exige explicação instantânea e tão superficial que qualquer explicação serve”.

2.6 O fim do jornalismo tradicional?

Conforme nos recorda Bastos (2012), o jornalismo vive hoje uma “encruzilhada importante na sua história”, em que “a via da velocidade e da superficialidade (...) conquista terreno todos os dias”. Face a esta realidade, já há quem equacione o fim do jornalista como o conhecemos, pois, como revela Lasica (1997), a internet tem o poder de alterar os pilares do jornalismo. Ainda assim, na opinião de Bastos (2000), o jornalismo terá todas as condições de se reinventar, em vez de, ser, progressivamente, eliminado.

Neste sentido, Millison (2004) acredita que, face aos tempos atuais, o jornalista é o único profissional que desempenha o papel de edição e filtragem de informação com qualidade e confiança. Aroso (2003), inspirada em Herbert (2000), acrescenta ainda que a tarefa deste profissional não passa mais por encontrar ou descobrir informação, como no jornalismo tradicional, mas sim por selecionar, na vasta gama informativa, a informação mais pertinente. Sem ditar também a sua possível extinção ou continuação, aparece-nos Pinto e Sousa (1998) que reconhecem que o “jornalista perdeu o monopólio do jogo informativo”, mas reconquistou a função do *gatekeeper*. Para os autores, o filtrar da informação no online poderá tornar-se uma das tarefas do jornalista no futuro.

Bastos (2000) considera ainda que este é o tempo em que as aptidões do jornalista se tornam essenciais, nomeadamente, através da “capacidade de seleção, síntese, hierarquização, enquadramento e mesmo de personalização da notícia” face à “sobre informação” de que a sociedade é alvo diariamente. Pois, tal como refere Zamora (2001), atualmente, o cidadão não dispõe de tempo, nem de formação, para interpretar devidamente a informação.

Aroso (2003) vai ao encontro da opinião de Katherine Fulton (2000) e defende que o jornalismo não vai desaparecer, mas sim passar a desempenhar novas funções, entre elas: a reestruturação da informação recolhida, a organização e agregação de arquivos e a facilitação de conversações no online. Nesta linha de pensamento, Moretzsohn (2000) fala de uma “revalorização da mediação”, em que jamais serão retomados os conceitos originais que definem o jornalismo, mas é “inevitável” sublinhar o papel decisivo que este exerce “como prática de mediação discursiva”. Assim sendo, a mesma entende que o ponto de partida passa pela recuperação do papel do jornalista enquanto mediador.

Gradim (2005) complementa ainda que todas estas formas de aceder à informação irão naturalmente coexistir, estando longe de ameaçar os jornalistas ou as suas publicações. Para a autora, “um motor de busca ou uma base de dados não podem substituir este serviço inestimável que um jornal presta aos leitores. Podem, e muito bem, complementá-lo” (Gradim, 2005, p.159).

Neste seguimento, Perez (2000) compara os meios de comunicação aos restaurantes: “a diferença entre eles não radica na decoração nem sequer no serviço, mas sim nos cozinheiros – há redações que servem a informação crua e há redações que dominam a arte de elaborar a informação”. Assim, para o mesmo autor, a vantagem competitiva estará na capacidade de “refinar informação” a partir de uma fonte que é comum a praticamente todos.

Aroso (2003), partindo do ponto de vista de Colombo (1998), deixa também uma analogia à profissão de jornalista em que o profissional de informação se transformará num voluntário “de um patrulhamento ideal”, baseando-se o seu trabalho na denúncia e na identificação da desinformação face à vasta informação disponível. No entanto, resta por descobrir, num futuro próximo, “se o jornalismo e os jornalistas conscientes do seu importante papel social estão interessados em reafirmar os seus valores de sempre, ou vão, por falta de força, vontade ou alternativas, assistir à crescente diluição da sua razão de ser” (Bastos, 2012, p. 297).

3

Os efeitos da Lusa na produção informativa da TSF

Partindo do pressuposto de que existe uma relação de dependência da TSF relativamente à agência Lusa, e que esta é usada na maioria dos órgãos de comunicação portugueses procura-se, nesta terceira parte, perceber os constrangimentos desta opção no interior da redação e a forma como o acesso à agência de notícias Lusa condiciona a escolha da informação que integra os noticiários.

Neste sentido, numa tentativa de apreciação aplicada ao contexto do estágio, nesta etapa do relatório parte-se da seguinte pergunta: Que efeitos tem a dependência da rádio relativamente à agência Lusa na produção informativa?

3.1 Objetivos

Sem a pretensão de apresentar uma investigação empírica no verdadeiro sentido do termo, o estudo que se apresenta nesta secção teve por finalidade proporcionar uma melhor compreensão do impacto que o fenómeno referido anteriormente terá nas rotinas de produção jornalística da rádio. Assim, com um olhar empírico sobre as práticas, pretendeu-se:

- Compreender de que modo se processa a transformação da notícia de agência para rádio e o tipo de tratamento que lhe é atribuído;

- Investigar se existe ou não referência à fonte durante a elaboração da peça jornalística;
- Discutir o risco de uniformização informativa decorrente do uso das agências de notícias;
- Percecionar as limitações ou vantagens da dependência da agência Lusa por parte da TSF;
- Aferir se existe uma dependência ou uma independência da TSF relativamente às agências;
- Observar o impacto da agência Lusa na escolha dos conteúdos editoriais da rádio;
- Averiguar em que medida o uso das agências influencia nas atuais dificuldades que o setor enfrenta. Por exemplo, na precarização dos profissionais, no emagrecimento das redações ou no menor trabalho exterior.
- Compreender se a criatividade dos sons ambiente está condicionada pelo uso das agências;
- Percecionar como seria a rádio se houvesse uma menor utilização ou uma extinção das agências;
- Clarificar se as funções dos jornalistas se alteraram, ao longo do tempo, com o uso da Lusa.

3.2 Metodologia

Como sugere Coutinho (2011), investigar é uma atividade que pressupõe algo que é investigado, uma intencionalidade de quem investiga e um conjunto de metodologias, métodos e técnicas apropriadas aos objetivos da investigação. Centrando estes princípios relativamente à questão de partida que se pretende levar a cabo, neste relatório, optou-se pela abordagem qualitativa como a estratégia metodológica mais adequada.

Apesar das conceções prévias do investigador, toda a investigação procura ir além de intuições e encontrar novo conhecimento e novas perspetivas que possam completar o estudo. Assim é também quando se opta pela pesquisa de tipo qualitativo. No fundo, como se sugere no artigo “Transcrever entrevistas: questões conceptuais, orientações práticas e desafios” (Azevedo et al., 2017), pretende-se conhecer, “em profundidade”, um determinado fenómeno tendo como ponto de referência as perspetivas dos principais envolvidos na problemática.

Inspirado em Calil e Arruda (2004), Batista, Matos e Nascimento (2017) referem também que na investigação qualitativa se averigua os “dados descritivos” de uma determinada situação, envolvendo sempre o contacto direto do investigador com a “situação estudada”. Neste caso, os dados recolhidos

serão ricos em pormenores descritivos no que toca a percepções e a opiniões para responder a alguns dos objetivos deste trabalho. Dentro desta metodologia optou-se ainda pela entrevista como técnica de “qualidade” para a coleta de dados.

Minayo (2014) defende que esta é a estratégia “mais usada” no trabalho de campo, consistindo, acima de tudo, numa conversa entre dois ou mais interlocutores com o objetivo de se explorar uma determinada abordagem com uma maior profundidade.

Júnior e Júnior (2011) reconhecem ainda que a entrevista deve ser utilizada sempre que haja uma necessidade de se obter dados que não possam ser encontrados a não ser por intermédio de pessoas.

Ribeiro (2008) caracteriza também a entrevista como:

A técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores. (Ribeiro, 2008, p.141)

De forma a obter respostas espontâneas e concretas, torna-se ainda essencial sublinhar que, dentro desta técnica, se procurou utilizar a modalidade da entrevista semi-estruturada através de um “roteiro” que foi preparado e utilizado na hora da conversa com base no “contexto externo, cultural e histórico” dos sujeitos.

Minayo (2014) refere que este tipo de entrevista se pode posicionar como um apoio “claro” na sequência das questões, já que “facilita a abordagem e assegura, sobretudo aos investigadores menos experientes, que as suas hipóteses ou os seus pressupostos serão cobertos na conversa”.

Ribeiro (2008) acrescenta também que nesta modalidade o questionamento é mais “profundo e subjetivo”, levando ambos “a um relacionamento recíproco, muitas vezes, de confiabilidade”. Aliás, a questão da confiabilidade é um dos aspetos mais importantes de se assegurar durante a entrevista de forma a garantir a validação dos dados.

Assim, e tendo em conta que a questão de partida decorreu da experiência do estágio curricular na TSF, optou-se por dirigir a investigação, unicamente, aos cinco jornalistas e estagiários profissionais, do turno da Manhã 2, da redação do Porto, uma vez que foram os principais envolvidos do tema em investigação.

Ao longo da conversa, o objetivo passava por colher destes profissionais o maior esclarecimento e comprovação possível de algumas das perguntas e respostas que me foram interpelando ao longo da

experiência de estágio, nomeadamente, no que toca aos efeitos negativos e positivos da utilização da agência Lusa por parte da rádio.

Neste caso, as entrevistas foram realizadas online, por questões de agenda, através da plataforma Zoom, de forma a não se perder, totalmente, a interatividade entre o entrevistador e o entrevistado, bem como alguns aspetos corporais e de voz que podem ser, igualmente, ricos em informação extra.

Os envolvidos foram ainda contactados por via de telefone ou email, entre 4 e 19 de agosto de 2022, sendo apenas solicitada a gravação do áudio aos entrevistados por uma questão de facilitação da transcrição e do tratamento das respostas. De salientar que nenhuma gravação de imagem ou vídeo esteve prevista neste estudo.

Relativamente à privacidade dos participantes, caso assim o desejassem, esteve ainda salvaguardada a possibilidade de anonimato através de um nome fictício e da não utilização de dados pessoais que pudessem identificar os próprios. Nenhum entrevistado, porém, solicitou a reserva da identidade.

De sublinhar também que todos os registos sonoros foram guardados por mim, sendo a única pessoa com acesso às gravações, arquivadas em computador pessoal e disco externo. Aos envolvidos foi ainda solicitada a assinatura de um termo de consentimento informado para o uso da entrevista com finalidade académica (Anexo V).

Neste sentido, foram elaboradas 14 questões, distribuídas, essencialmente, por quatro grandes grupos, em que se pretendia, acima de tudo, conhecer a perceção dos jornalistas relativamente aos efeitos da utilização de agências de notícias por parte da TSF (Anexo IV).

Assim, num primeiro momento, pretendeu-se compreender de que forma se processa a transformação da notícia de agência para rádio. Num segundo grupo de questões, abordou-se as principais vantagens e limitações deste recurso, posteriormente, explorou-se o impacto da utilização das agências de notícias, nomeadamente, na escolha dos conteúdos editoriais. Por fim, concretizou-se a abordagem em termos de impacto no meio sonoro.

Antes da sua concretização foram ainda explicitados os objetivos e a natureza do trabalho aos entrevistados, bem como esclarecidas eventuais dúvidas. Na conversa, foi ainda realçada a necessidade de responder às questões com base na formação, opinião pessoal e experiência profissional. Feita a pré-apresentação, solicitou-se também a autorização aos sujeitos para a gravação da entrevista, esclarecendo o motivo da gravação. Posteriormente, as entrevistas gravadas foram transcritas, para facilitar o processo de análise das respostas recolhidas (Anexo VI).

3.3 As duas faces da aplicação da entrevista

Justificada pelo tipo de abordagem pretendido, isto é, pela intenção de aprofundar ideias sobre as perceções dos jornalistas, a entrevista tem, para este efeito, pontos fortes e fracos.

Partindo do livro *A entrevista na pesquisa qualitativa* (Rosa & Arnoldi, 2017, p.129), o recurso à entrevista apresenta várias vantagens quando comparada com outras técnicas disponíveis. Entre elas estão a obtenção de um maior número de informação – “intensiva, holística e contextualizada” – ao se adotar um tipo de entrevista, nomeadamente, a semi-estruturada mais aberta à discussão e à partilha de opinião. Por outro lado, o facto de proporcionar ao entrevistador “uma oportunidade de esclarecimentos”, juntamente, com os envolvidos das perguntas e respostas que lhe surgiram ao longo da pesquisa, possibilitando também a “inclusão de roteiros não previstos”. A entrevista permite ainda o cumprimento de um “papel estratégico na previsão de erros”, já que prevê, anteriormente, “os enfoques, as hipóteses e outras circunstâncias úteis para a investigação” e ainda o estabelecimento de uma relação entre o pesquisador e o participante com maior “intimidade e relação de reciprocidade”.

Ribeiro (2008, p.140) ressalta também, entre os pontos fortes, a “flexibilidade na aplicação” e a “taxa de resposta elevada”, já que é mais fácil um sujeito negar-se a responder a um questionário do que a ser entrevistado. Há também o benefício de poder ser aplicado a pessoas não aptas à leitura.

Ainda assim, esta técnica não apaga limitações que a podem tornar, em certas situações, menos viável. Tendo como base, novamente, a obra de Rosa e Arnoldi (2017), uma das grandes desvantagens da entrevista passa pelo “fator tempo”, já que implica uma maior disponibilidade do entrevistado e do pesquisador, seja no processo de realização seja no devido tratamento. Por exemplo, a transcrição para o papel pode despende muitas horas e no final o investigador ainda omitir algumas informações. Outra das limitações sucede ainda pela dependência da “informação”, que se estabelece, unicamente, através da relação entrevistador, entrevistado, sendo que qualquer “deslize” pode condicionar a validade dos dados.

Nesta linha de pensamento, surge ainda a questão da “confiança”, sendo que, se não existirem os valores da espontaneidade e da confiança, a validação dos resultados poderá não se concretizar. Surge também a questão da “observação”, dado que a entrevista apresenta como limitação a “falta de observação direta” e a “sinergia” ao não produzir tanta informação como a que a investigação em grupo poderia fornecer.

Simultaneamente, podem ainda ocorrer circunstâncias em que a pergunta seja incompreendida, em que haja respostas falsas ou que a influência do entrevistador nas respostas fornecidas seja notória.

Ribeiro (2008, p.140) alerta também para o “custo elevado”, para a “polarização do entrevistador”, para a “não garantia do anonimato”, para a “sensibilidade aos efeitos no entrevistado”, para o “treinamento especializado que requer” e para as “questões que direcionam a resposta”.

No entanto, como se sugere no artigo “A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos”, facilmente, estes constrangimentos poderão ser ultrapassados, já que o sucesso desta técnica depende, em boa parte, do discurso compartilhado e da relação de “confiança” estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado.

3.4 A análise dos dados

Concluído o processo de transcrição das entrevistas, que foram realizadas entre 21 e 31 de agosto de 2022 e estando reunidas as devidas autorizações dos cinco jornalistas e estagiários profissionais, para a utilização de excertos, em nome próprio, ao longo do relatório, procedeu-se a uma leitura crítica dos dados, neste caso, organizados por cinco grandes grupos com base nas respostas reunidas: a) a transformação da notícia de agência para a TSF: um processo linear; b) a utilização da agência Lusa: vantagens e desvantagens; c) a (in) dependência da TSF na escolha dos conteúdos editoriais; d) a criatividade dos sons ambiente: uma realidade ameaçada? e, por fim, e) a rádio sem as agências de notícias.

Um dos aspetos em evidência, numa primeira análise, é que é notória uma discrepância de opiniões, de uma forma geral, entre os jovens jornalistas estagiários, Cátia Barbosa e Rui Araújo, relativamente, aos efetivos, Artur Carvalho, Leonor Ferreira e Sónia Santos, no que toca aos efeitos da utilização da agência Lusa por parte da rádio.

Os seguintes pontos incidirão sobre uma análise pormenorizada das cinco entrevistas realizadas, pelos grupos, anteriormente, descritos seguindo-se, por final, as considerações gerais.

3.4.1 A transformação da notícia de agência para a TSF: um processo linear?

Curiosamente, dentro deste processo de transformação da notícia de agência para rádio não houve grande divergência de opiniões entre os jornalistas da TSF. De uma forma geral, foi explicitado que o uso diário da plataforma Dalet Team News para aceder aos *takes* da Lusa decorre partindo do

princípio de que esta é uma “plataforma aberta”, “paga”, pela TSF, que inclui notícias de todo o país e do mundo. Para além disso, apresenta ainda a vantagem de estar dividida em várias categorias, entre elas, economia, sociedade, desporto e internacional, pelo que, posteriormente, torna-se apenas necessário que cada meio de comunicação social selecione as notícias que correspondem à sua matriz informativa.

A agência Lusa como é um serviço público, tem a obrigação de cobrir praticamente tudo. Coisa que nos privados é impossível. Quando a notícia é feita e nos surge no ecrã da Lusa, o que nós fazemos é uma seleção do que nos interessa... Isso tem a ver com o perfil de cada rádio. (Leonor Ferreira, 2022)

Entre os principais motivos para a sua utilização massiva, a maioria dos profissionais da TSF atribuiu a falta de “recursos humanos” na redação, bem como a “falta de correspondentes em todos os distritos”. Nesta linha de pensamento, Sónia Silva comparou a Lusa a um “polvo” em que através dos vários “tentáculos” que o constituem consegue chegar a todo o lado e às “formigas que andam no terreno” e que, facilmente, conseguem encontrar notícias devido à “rede de contactos e de correspondentes muito vasta que, atualmente, possuem”.

Apesar desta utilização “frequente”, outro dos aspetos evidenciados, por todos os profissionais da TSF, é que existe “sempre”, um “trabalho de transformação da notícia” para a tornar “pequena”, “clara” e com uma linguagem própria da oralidade que a própria rádio exige. De acordo com o jornalista Artur Carvalho só assim se consegue atingir “o topo da pirâmide da rádio bem feita”:

As notícias da Lusa são escritas e a rádio implica uma transformação numa linguagem de oralidade. Portanto, nós temos de transformar um texto que poderia ser de imprensa numa coisa falada. Esse é que é o topo da pirâmide da rádio bem feita. (Artur Carvalho, 2022)

Leonor Ferreira completou ainda que este acaba por ser, simultaneamente, um trabalho de “simplificação”.

Esse trabalho obriga o jornalista da TSF a olhar para a notícia da Lusa, ver nela onde está a notícia e depois resumir, ao máximo, de forma clara o que lá está. Depois, temos também cuidados quanto aos termos utilizados, não usamos estrangeirismos, ou seja, o nosso trabalho até acaba por ser muito de simplificação. (Leonor Ferreira, 2022)

Rui Araújo admitiu, por seu lado, que, aquando do início do estágio, este foi um dos “grandes” desafios que enfrentou:

Lembro-me que quando comecei a estagiar na TSF essa era uma das minhas grandes dificuldades porque estava demasiado colado àquilo que eles escreviam e tinha de ser uma coisa completamente diferente. A escrita de rádio tem de ser muito mais direta, com uma linguagem mais perceptível, enquanto a Lusa, como tem de cumprir determinados parâmetros, às vezes, vai por caminhos que não podemos seguir. (Rui Araújo, 2022)

Apesar de reconhecerem o “mérito à notícia da Lusa”, os jornalistas realçaram ainda, na maioria das vezes, sentir a necessidade de explorar novos ângulos além dos retratados pelos jornalistas da agência, uma vez que não existe uma “regra fixa para tratar todas as notícias” selecionadas. Neste âmbito, a decisão varia “de caso para caso e do editor”.

Reconhecendo mérito à notícia da Lusa esse é o ponto de partida. Depois, a regra e a essência do ofício é tentar desenvolver e tentar acrescentar outras reações, contrapontos porque a Lusa pode ainda não o ter feito. Nós não podemos ficar à espera de que a Lusa o faça senão éramos uns meros transformadores das notícias da Lusa. (Artur Carvalho, 2022)

Neste sentido, Leonor Ferreira acredita que a rádio não está “totalmente dependente” da agência Lusa.

O facto de uma notícia ser veiculada pela agência Lusa não significa que a TSF está totalmente dependente, porque a Lusa também se engana. Por exemplo, se surge, de repente, uma notícia com a morte de alguém, mas ainda há dúvidas se é ou não oficial, a TSF ainda se dá ao trabalho de confirmar. (Leonor Ferreira, 2022)

Além disso, na maioria dos casos, quando as notícias são trabalhadas a partir da agência Lusa, existe a “obrigatoriedade” de identificar a fonte de origem por “uma questão de respeito do trabalho”. Tendo em conta a opinião de Sónia Silva, “em jornalismo, não é por acaso que não existem nomes iguais registados na carteira profissional, porque nós somos responsáveis por aquilo que escrevemos e dizemos”.

No entanto, também existem exceções. Caso uma informação possa ser obtida por um outro órgão de comunicação social, normalmente, não existe esse hábito pela TSF. Artur Carvalho acrescentou ainda que, “a partir do momento em que eu contrato o serviço da Lusa e pago, não tenho de estar a todo o tempo a citá-la”.

3.4.2 A utilização da agência Lusa: vantagens e desvantagens

Chegados ao ponto de refletir acerca das vantagens e das desvantagens da utilização da agência Lusa, a maioria dos profissionais comentava já não se conseguir imaginar a trabalhar sem este recurso,

muito menos a conseguir identificar-lhe “limitações”. Sónia Silva esclarecia que até podia “chegar ao final do dia e nem sequer ter utilizado uma notícia de lá”, mas que a TSF não podia dispensar deste serviço informativo.

Por exemplo, eu quando entrei na TSF, lembro-me de o João Paulo Menezes, que era o meu coordenador, na altura, me dizer que nunca se deixa o presidente e o primeiro-ministro sozinhos na rua e que nunca devíamos vir embora de um trabalho sem que eles fossem também... Agora, já não temos meios para isso e, muitas vezes, tiramos sons da televisão ou da Lusa. (Sónia Silva, 2022)

Esta realidade acontece já que os profissionais veem a Lusa como um “porto seguro” ao saberem que o serviço oferece “uma fonte inesgotável de notícias”. Ao mesmo tempo, conscientes da falta de recursos humanos, admitem ainda a vantagem de “não precisarem de ter jornalistas em todos os pontos do país”. Assim, conseguem, igualmente, cobrir notícias tanto “do estrangeiro como de Portugal”.

Ainda assim, numa perspetiva mais crítica, Cátia Barbosa acredita que a agência acaba por ter impacto na dinamização da redação ao tornar o jornalista “preguiçoso” e ao contribuir para a “uniformização” do que é notícia nos vários órgãos de comunicação social.

O facto de usarmos a Lusa torna-te um bocado preguiçoso, no sentido em que, como já leste o trabalho do outro profissional, julgas-te no direito de já não fazer mais além disso. Isto acaba por causar uma uniformização do que é notícia... (Cátia Barbosa, 2022)

Para a estagiária profissional, o impacto é ainda maior quando se tem pouca experiência profissional.

Por exemplo, eu quando entrei para a TSF ainda não tinha muita experiência profissional, e às vezes até pode acontecer o jornalista tornar-se mesmo preguiçoso. Estás no início, habituas-te de tal forma àquilo que depois não consegues sair dali ou ter ideias para fazer reportagens e notícias próprias, porque a Lusa te dá tudo (...) Ao mesmo tempo, o teu trabalho acaba por ficar limitado pela pressa da rádio (...) Da experiência que tenho tu produzes para um editor e, portanto, todo o resto da redação é uma equipa que deveria funcionar como tal. Mas o que, muitas vezes, acontece é que a única informação que trocas com os teus colegas é a de que saiu um *take* na Lusa (...). (Cátia Barbosa, 2022)

Neste seguimento, a jovem realçou ainda que este foi um dos aspetos que mais a “desiludiu”, fazendo-a refletir acerca do “sentido do seu trabalho”.

Quando tu vais para este curso por gosto, por curiosidade, por querer descobrir coisas novas e por querer trabalhar em assuntos diferentes, acabas por te desiludir com a

realidade.... Chegas a uma redação e explicam-te que tens ali a Lusa onde vão surgindo notícias e que te podes guiar por ali.... Facilmente, acabas a refletir sobre o sentido do teu trabalho. É quase como se tivéssemos um trabalho simples da escola em que te dão um texto e tinhas de tentar diminuí-lo. Às vezes parece que é muito isso. Tens aqui um *take* com três ou quatro parágrafos e agora tens de transformá-lo em três ou quatro linhas porque para a rádio tem de ser uma coisa muito curta. Às vezes o que acontece também é que, mesmo que queiras ir além daquele tema, é-te explicado que não há tempo e, portanto, ficas muito por ali. É difícil fazeres um trabalho de uma reportagem mais alargada ou então se o fazes é sempre para fora dos noticiários. (Cátia Barbosa, 2022)

Numa posição mais aligeirada, Artur Carvalho também vai ao encontro desta opinião, realçando que, como as “redações estão despidas”, atualmente, a rádio corre “o risco de não ter tempo para fazer as suas próprias notícias”. Assim, para este profissional existe “uniformização” a partir do momento em que apenas “a Lusa detém correspondentes em todas as capitais de distrito”.

Rui Araújo acrescentou ainda que, com a presença da agência, “por vezes”, as suas funções jornalísticas são “postas de lado”, transformando-se num mero “operário de notícias”.

Como a TSF tem noticiários de 30 em 30 minutos, nós, às vezes, temos de estar a produzir tipo fábrica. Como caem notícias com muita frequência, nós temos de olhar para o que está na Lusa e escrever quase de forma automática. Por isso, por vezes, as funções jornalísticas de entrevistar, de fazer reportagem, de fazer diretos, são postas de lado porque somos poucos, temos muita coisa para fazer e como temos a Lusa ali ao lado para nos ajudar, muitas vezes, transformámo-nos em operários de notícias ao invés de jornalistas. É muito difícil de se fazer esse trabalho quando somos tão poucos em redação e temos muitos noticiários por dia. (Rui Araújo, 2022)

Assim, o jovem defende que, talvez se não existisse o serviço da Lusa, se discutisse mais os temas, em equipa. “Às vezes, a solução é tão simples de se ir ver à Lusa que nos facilita e limita-nos e talvez isso não nos permita ter criatividade para fazer coisas diferentes”, sublinhou. Todavia, Sónia Silva refere que as agências apenas são “o pré-anúncio”, pelo que não sente que tenham impacto na dinamização da redação, bem como nas suas funções.

A função da agência Lusa é dar notícias, transmitir informações e depois cada redação trabalha os temas que correspondem à sua linha editorial, adaptando a linguagem ao seu meio. No fundo, são quase como uma sementinha que nós plantamos, cada um à sua maneira, e que depois nós jornalistas as questionamos (...) Aquilo é o ponto de partida. Não é a papinha feita. Nós temos de ter sempre um espírito crítico sobre aquilo que nos é apresentado. É a nossa obrigação senão não éramos jornalistas, mas sim secretários. (Sónia Silva, 2022)

Leonor Ferreira completou ainda que a tendência dos órgãos de “irem atrás uns dos outros” em nada tem a ver com a Lusa, mas sim com os próprios meios de comunicação.

A Lusa, como tem uma rede de correspondentes, em todo o país, é normal que consiga estar em muitos mais locais do que os jornalistas do setor privado que atravessam uma grave crise.... Claro que isto tem um grande problema, porque retira ao jornalista a capacidade dele se questionar. (Leonor Ferreira, 2022)

3.4.3 A (in) dependência da TSF na escolha dos conteúdos editoriais

No que toca à escolha dos conteúdos editoriais, a maioria dos entrevistados explicou que a Lusa pouco ou nada influencia a agenda da TSF, realçando que a ferramenta apenas se torna “auxiliar” durante este processo, sendo a maior responsabilidade dos editores e dos diretores.

Sónia Silva comparou a agência a um “banquete” onde cabe a cada um ir lá e servir-se com o que quer. “A agência Lusa não nos impõe uma agenda, porque, apesar de caírem centenas de notícias, nós não pegamos em tudo”, explicou.

Ainda assim, Cátia Barbosa acredita que tem “bastante” influência a partir do momento que muito do seu trabalho acontece com base na atualização, constante, da Lusa, contribuindo, de certa forma, para aumentar as atuais dificuldades que o jornalismo enfrenta. Entre os exemplos, a precarização dos profissionais, o emagrecimento das redações e no menor trabalho exterior.

Antigamente, se calhar tinhas uma redação mais completa, porque também havia mais trabalho no terreno... Agora, claro que a responsabilidade não é inteiramente da Lusa... Os editores e os jornalistas também têm responsabilidade sobre isso ao estarem à espera de que as coisas aconteçam... Há muito o pensamento de que eu não tenho jornalistas suficientes para ir lá, mas daqui a pouco sai um *take* da Lusa com as declarações do Rui Moreira, por exemplo. Acaba por influenciar nesse sentido. A redação já é pequena, mas depois os poucos jornalistas que tens não os mandas ao terreno, porque a Lusa como já lá está... aquilo vai sair na agência, ou seja, acabas por dar a entender que se calhar não precisas de mais jornalistas porque tu fazes na mesma esse trabalho. Se as agências não fizessem tanto esse trabalho, de quase ter a papinha feita, tu eras obrigado a ter jornalistas na redação para irem lá. (Cátia Barbosa, 2022)

Neste sentido, a jovem referiu que, para si “não é discutível” a importância de ir ao terreno, tendo em conta que o que demarca cada órgão são os trabalhos diferentes que produz. Assim sendo, por enquanto, admite que a Lusa acaba por condicionar a “independência” da TSF.

Para mim, um órgão independente é um meio que produz uma história e que te dá algo de novo. Das opiniões que tenho mesmo trabalhando na área, por parte das pessoas, é que sentem que leem tudo igual em todos os lados e já detetam essa cópia das agências. Isso é um bocado mal porque acaba por denegrir a nossa profissão. (Cátia Barbosa, 2022)

Já em opinião contrária, Leonor Ferreira comentava não conseguir pôr em causa a “independência da TSF pelo recurso à agência Lusa”, uma vez que esta ferramenta até acaba por “ajudar um pouco face à crise e à falta de gente”, realçando que “são outras razões que estão nesta base”.

Não é pelo recurso à agência Lusa que [a rádio] é mais ou menos dependente. Considero que a TSF é uma rádio que faz tudo para ser independente. Ouve todas as partes, a esquerda e a direita, o preto e o branco, o alto e o baixo, ou seja, tentamos sempre fazer esse confronto que, em termos deontológicos, é fundamental para a nossa profissão. Por exemplo, quantas vezes, não sai na agência Lusa um incêndio, numa fábrica no Porto, e nós dizemos ao repórter para ir fazer o trabalho de reportagem. Portanto, não é a esse nível que a agência Lusa nos torna mais dependentes. (Leonor Ferreira, 2022)

Todavia, a jornalista reconheceu que gostava de ter mais “manobra” para ir para o terreno. No entanto, devido à diminuta “capacidade humana” que possuem, nem sempre tal opção acaba por ser possibilitada. “Fazemos o que podemos e quando não podemos telefonamos às pessoas, gravamos para fazermos sempre um valor acrescentado da notícia”, destacou Leonor Ferreira.

Artur Carvalho defendeu ainda que a “precarização” em nada se deve às agências, mas sim ao facto de o “meio se ter transformado numa selva” em que todos os órgãos de comunicação podem usar e “abusar” dos conteúdos jornalísticos um dos outros desde que devidamente citados. “Se o funil fosse mais apertado para dar o mesmo número de notícias tinhas de ter, obrigatoriamente, mais gente. As agências são intermediárias, na maior parte dos casos”, refletiu.

Sónia Santos aproveitou, numa etapa final, para citar, novamente, João Paulo Menezes, referindo uma célebre frase que o profissional lhe dizia: “aqui, ninguém manda em nós”.

3.4.4 A criatividade dos sons ambiente: uma realidade ameaçada?

Tendo em conta que a rádio é um meio que vive, essencialmente, do som e que a agência Lusa além do serviço texto também disponibiliza, atualmente, serviço áudio, a grande parte dos jornalistas afirmou que em nenhuma circunstância a criatividade dos sons ambiente, que o próprio meio lhes exige, foi colocada em segundo plano.

De acordo com a jornalista Sónia Santos, no máximo, da plataforma apenas são retirados sons para a chamada “notícia breve”, não sendo nunca utilizados registos sonoros de agência para construir uma reportagem.

Da agência Lusa apenas tiramos notícias como a chamada breve, que são duas ou três linhas ou os resultados de um estudo. Agora, a chamada reportagem pura e dura não, até porque eles não têm essa sensibilidade de quem trabalha em rádio para os sons. (Sónia Santos, 2022)

Contudo, numa perspetiva mais pessimista, Cátia Barbosa questionou-se quanto ao cansaço que o ouvinte pode sentir na hora do noticiário ao ouvir um som repetido.

A partir do momento em que retiras um som de uma agência noticiosa outros órgãos também o podem fazer. Portanto, não sei até que ponto não é cansativo para o ouvinte... Provavelmente, o *zapping* que fazes numa televisão também o fazes numa rádio para procurar coisas novas. Um trabalho criativo, para mim, tem de sair de ti, daquela redação, daquela equipa. As pessoas habituaram-se de tal forma às agências que agora perderam essa criatividade. Mesmo que sejas nova e que queiras mudar essa forma de trabalho não consegues porque as próprias pessoas que já lá estavam há mais tempo cultivam-te esse hábito de recorrerem aquele recurso. (Cátia Barbosa, 2022)

Neste seguimento, a jovem estagiária considerou que a utilização da agência Lusa tem um maior impacto na rádio ou no jornal do que nos outros órgãos de comunicação.

Acho que a coisa está equilibrada entre a rádio e o jornal (...) Mas se calhar na rádio sentes mais este impacto pela questão de teres o som. Focas muita atenção no som e eu acho que quando sentes que aquilo é uma cópia de algum lado acaba por ser frustrante. É muito mais interessante quando ouves um direto e ouves uma coisa nova. (Cátia Barbosa, 2022)

Rui Araújo e Artur Carvalho vão contra esta perspetiva, ressaltando que os órgãos baseados “no online ou no papel” são, “negativamente, mais influenciados” pela agência. “A transformação do texto para rádio obriga-te a uma leitura mais fina”, anotou Artur.

3.4.5 A rádio sem as agências de notícias

Numa etapa final, pretendia-se que os jornalistas refletissem acerca de uma rádio sem agências de notícias. De uma forma generalizada, todos mostraram agrado com a hipótese da sua extinção, no entanto, a falta de profissionais e os constantes noticiários foram dois dos principais fatores de preocupação.

Tendo como base a opinião de Sónia Silva, ficar sem ou reduzir a utilização da agência Lusa condicionaria o trabalho dos jornalistas. No entanto, a jornalista admitiu que seria uma rádio “espetacular porque nos ia obrigar a ir para a rua e a vasculhar”.

Na mesma posição mostrou-se Rui Araújo evidenciando que seria uma “rádio mais próxima”, já que as notícias seriam, integralmente, produzidas pelos jornalistas, mas que também seria produzido um jornalismo, no seu cerne, “muito mais lento”. “Por exemplo, lembro-me que houve uma altura em que ficámos algumas horas sem o serviço da Lusa e, na altura, foi complicado trabalhar porque é quase como se ficássemos cegos de um olho”, recordou o jovem.

Cátia Barbosa evidenciou ainda que outro dos aspetos positivos passaria pela “aposta nos repórteres”.

Porque não ter uma ou duas pessoas só a fazer reportagem de rua ao invés de estarem na redação? Muitas vezes acontece de não estar a acontecer nada no país e as pessoas estão só ali a atualizar as agências noticiosas e não fazem mais nada. Se calhar, se essas pessoas estivessem na rua, iam descobrir histórias superinteressantes (...) Eu acho que era muito bom tanto para o órgão como para os próprios ouvintes. (Cátia Barbosa, 2022)

Num outro ponto de vista mostraram-se ainda os jornalistas Artur e Leonor ao considerarem que a rádio ficaria a perder, já que seria, certamente, um meio “mais pobre” em informação. Artur Carvalho relembrou que a principal vantagem das agências “é que elas nos alertam sempre para o que está a acontecer”, cabendo a cada jornalista, posteriormente, “procurar saber mais e buscar informação em outros locais”.

Leonor Ferreira acrescentou também que “metade das coisas” não se saberiam partindo do pressuposto de que o serviço que a agência Lusa “presta e vende” é a “base de muitas redações”.

3.5 Considerações gerais

Ao longo dos vários pontos anteriormente enunciados, foram analisados os resultados das entrevistas semiestruturadas realizadas aos cinco jornalistas, da Manhã 2 (redação do Porto), da TSF, onde ficou claro que existe uma discrepância de opiniões entre os jornalistas mais novos e os mais velhos, relativamente, àqueles que são os efeitos da dependência da agência Lusa por parte da rádio.

Entre os jornalistas mais experientes percebe-se uma certa aceitação da “dependência” em que estão inseridos, já que existe uma consciencialização de que a rádio não possui, atualmente, os recursos financeiros e humanos necessários para conseguir, apenas com a sua equipa e conteúdos próprios,

assegurar noticiários de hora em hora ou de 30 em 30 minutos sem ter por base a agência Lusa. Aliás, quando questionados sobre a possibilidade de encurtar o recurso à agência Lusa ou mesmo de a extinguir das rotinas dos jornalistas, a maioria dos profissionais mostrou-se até incapaz de imaginar tal realidade face às equipas reduzidas de que a rádio dispõe, nos vários turnos, nos dias de hoje.

Dos jornalistas estagiários, ainda com pouca experiência ou a viver a primeira experiência profissional, depreende-se um sentimento de “desilusão”, já que, contrariamente, ao que aprenderam no curso de jornalismo, “o trabalho de investigação” acaba por ficar limitado ou em segundo plano para dar primazia a um jornalismo, essencialmente, sentado, onde as suas funções acabam por ser mais de carácter técnico, de atualização constante da agência, do que propriamente jornalístico.

Apesar da heterogeneidade do perfil dos entrevistados, um aspeto curioso é que todos reconheceram que os profissionais da TSF, no dia a dia, não se limitam à informação disponível pela agência, muito menos ao formato de escrita, havendo sempre um esforço acrescido por tornar aquela notícia numa peça pequena, clara, simples e, se possível, procurando explorar novos ângulos que não os da agência.

No que toca às vantagens da utilização, a opinião também se manteve unânime. Entre as principais, identificaram o facto de a Lusa possuir uma vasta rede de correspondentes e, posteriormente, disponibilizar notícias, a nível nacional e internacional, de minuto a minuto, não sendo necessário à TSF possuir jornalistas ou correspondentes em todos os pontos do país.

Relativamente, às desvantagens, apesar de os jornalistas estagiários se mostrarem mais críticos, no que toca a este aspeto, houve uma que se destacou, de forma notória, entre todos, nomeadamente, a da uniformização do que é notícia nos vários órgãos de comunicação social e, consequentemente, a sujeição da redação à informação da agência.

Retomando a pergunta de partida deste relatório, nomeadamente, que efeitos tem a dependência da rádio relativamente à agência Lusa na produção informativa, estes foram os efeitos mais evidentes reconhecidos, sem exceção, por todos os jornalistas. Ainda assim, verificou-se uma maior dependência do serviço texto do que do serviço áudio já que em rádio os sons são sempre “os lápis de cor”, sendo que, em nenhuma circunstância para produzir uma reportagem “pura e dura”, os profissionais retiram registos sonoros da plataforma.

Outro dos aspetos identificados é que de uma forma geral, os profissionais não atribuem responsabilidade às agências pela tendência de “dependência”, nem pelas atuais dificuldades que o jornalismo enfrenta, nomeadamente, a da precarização dos profissionais ou do menor trabalho exterior, mas sim aos próprios órgãos de comunicação, principalmente, os privados, como é o caso da TSF, onde

há cada vez “menos dinheiro investido”. No fundo, tal como a jornalista Sónia Silva referia, as agências acabam por se tornar “um porto seguro” face à crise do setor e à falta de jornalistas que se regista nas redações.

No final da entrevista atrevi-me ainda a questionar todos os profissionais sobre a possibilidade de não existirem agências de notícias, mas de a rádio e os seus noticiários continuarem a acontecer. Curiosamente, na sua maioria todos mostraram agrado com a hipótese. Entre as respostas mais frequentes ouvia-se que seria uma rádio “diferente”, “diversificada”, “próxima” e “espetacular”, que os obrigaria a sair à rua e a “vasculhar” histórias próprias.

Em resumo, ao longo desta investigação ficou claro que os jornalistas da TSF estão conscientes dos efeitos “negativos” adjacentes à dependência da agência Lusa no que toca à produção informativa, da rádio, no entanto, tendo em conta a realidade de “crise” em que se encontram inseridos, atualmente, esta acaba por ser a única solução, pelo menos, por enquanto, para continuarem a cumprir com a imagem de marca da TSF, que são os noticiários de hora em hora. Rui Araújo comentava até, ao longo da entrevista, que o facto de utilizarem a Lusa é quase como se tivessem “mais um jornalista em redação”.

Ainda assim, a maioria dos profissionais acredita que a TSF continua a ser uma rádio independente, uma vez que ainda produz conteúdos próprios e se destaca da agência a partir do momento que a usa, unicamente, como uma ferramenta de trabalho.

Nesta linha de pensamento, na generalidade os jornalistas creem que a Lusa pouco ou nada influência na escolha dos conteúdos editoriais, estando essa responsabilidade atribuída aos “editores”.

4

Conclusões finais do estágio na TSF

Com o fim do relatório de estágio pretende-se neste último ponto fazer uma retrospectiva acerca da experiência de estágio interligando-a com as conclusões que a investigação proporcionou. Ao longo deste ponto, serão ainda apresentadas algumas sugestões de melhoria e pesquisa futura.

4.1 O estágio na TSF: um culminar de aprendizagens

Ao longo dos três meses de estágio curricular na TSF tive a oportunidade de aprender, crescer, tanto a nível profissional como pessoal, de pôr em prática o já aprendido ao longo do curso, mas, acima de tudo, de me confrontar com outras realidades e rotinas profissionais que até agora me eram, em parte, desconhecidas.

Durante a formação em Ciências da Comunicação e, posteriormente, no Mestrado com especialização em Informação e Jornalismo, na Universidade do Minho, sempre nos foi incutido, por parte dos docentes, a importância de um jornalista ir para o exterior e de procurar as suas próprias histórias, de forma a tornar o seu trabalho original e diferente dos outros órgãos de comunicação.

Neste sentido, a dependência pelas agências não era de todo desejável já que existia uma probabilidade acrescida de o aluno se limitar, unicamente, ao ângulo adotado pelas próprias e a acabar a não ser crítico e a não se questionar perante um determinado fenómeno ou acontecimento.

Lembro-me, quando cheguei à redação da rádio, de me aperceber, imediatamente, da “responsabilidade” e do “peso” acrescido que a Lusa exercia sobre os noticiários da rádio e sobre a rotina dos jornalistas. Aliás, na altura, este foi um dos aspetos que mais me inquietou como estudante e aspirante a jornalista. Na maioria das vezes, durante o turno, o tempo em redação era passado a atualizar, constantemente, a agência com a expectativa de que algo novo surgisse para completar o bloco informativo seguinte, sendo que o trabalho de reportagem ou de exterior era posto em segundo plano ou de lado.

Face a este panorama, rapidamente me comecei a questionar e a pensar o porquê daquela tendência e, conseqüentemente, os efeitos que a dependência pelas agências estariam a provocar na própria rádio, bem como nos próprios jornalistas. Foi a partir daí que nasceu a necessidade de me debruçar sobre este tema, procurando ouvir os cinco jornalistas da TSF, do Porto, com quem lidei, de forma mais direta, ao longo da experiência.

Concluída a investigação e feita a devida análise dos resultados, um dos aspetos clarificados é que existe, de facto, uma grande vontade, por parte destes jornalistas, de se assumirem como “independentes” face às agências. No entanto, face à “grave crise” que a rádio enfrenta essa vontade nem sempre é suficiente e a falta de jornalistas, na redação, leva-os, muitas vezes, a terem de se “conformar” e a se “basear” nos recursos que a Lusa disponibiliza. Seja o serviço áudio, em menor frequência, ou o serviço texto.

Aliás, ao longo das várias entrevistas um dos aspetos que mais os profissionais desabafavam é que, muitas vezes, acabam por ter de se limitar às questões dos jornalistas da agência já que de uma forma generalizada a Lusa é o único meio, nacional, que ainda consegue assegurar uma presença assídua na maioria dos acontecimentos, uma vez que possui um vasto leque de correspondentes, em todos os distritos, e é um órgão pago e público pelo que tem outras responsabilidades acrescidas.

Ainda assim, quando existe a oportunidade de ir além daquele produto final, os jornalistas dão preferência a novos ângulos, que não os explorados pela agência, e estabelecem eles próprios os contactos com as fontes. Ao mesmo tempo, há sempre uma transformação da notícia de agência para rádio.

Outro aspeto clarificado é que, partindo do princípio de que a rádio é um meio que vive, essencialmente, do som em nenhuma circunstância os profissionais fazem reportagem com os “sons

ambiente” disponibilizados pela agência, uma vez que os jornalistas da Lusa não têm a mesma sensibilidade que os jornalistas da TSF.

Todavia, um dos aspetos mais interessantes de se observar foi a discrepância de opiniões entre os jornalistas estagiários e os efetivos. Dos mais jovens nota-se uma vontade de mudar e um sentimento de “desilusão” associado à realidade de “forte dependência” com que se depararam aquando da entrada na TSF.

Nesta linha de raciocínio, acredito que seja nesta vertente que esteja a maior limitação desta investigação já que seria relevante continuar a ouvir mais profissionais da TSF para perceber se os efeitos da dependência são ou não constantes, por todos os jornalistas, e se se confirma uma divergência de ideias entre as duas faixas etárias. Simultaneamente, acho que esta reflexão ganharia ainda uma maior expressão se se procurasse, futuramente, alargar esta reflexão aos ouvintes da TSF de forma a compreender se há ou não uma noção desta dependência, assim como os sentimentos/limitações que lhe surgem associados, já que são os principais “prejudicados” com esta realidade.

Referências bibliográficas

- Adghirni, Z. (2004). O jornalismo entre a informação e a comunicação: como as acessórias de imprensa agendam a mídia. Comunicação apresentada no VII Colóquio Brasil-França, Porto Alegre.
- Afonso, A. (2014). *Rotinas, jornalistas e fontes na era digital. O caso da agência Lusa*. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Comunicação Social, Lisboa, Portugal. [RCIPL: Rotinas, jornalistas e fontes na era digital: o caso da agência Lusa](#)
- Aguiar, P. (2009). Marx explica a Reuters: anotações para leituras da economia política sobre agências de notícias, 1-18. https://www.academia.edu/2908486/Marx_explica_a_Reuters_anota%C3%A7%C3%B5es_para_leituras_da_economia_pol%C3%ADtica_sobre_ag%C3%AAcias_de_not%C3%ADcias
- Aroso, I. (2003). A Internet e o novo papel do jornalista, 1-6. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/aroso-ines-internet-jornalista.pdf>
- Azevedo, V., Carvalho, M., Fernandes, F., Mesquita, S., Soares, J., Teixeira, F. & Maia, A. (2017). Transcrever entrevistas: questões conceituais, orientações práticas e desafios. *Revista de Enfermagem Referência*, 4(14), 159- 172. <https://doi.org/10.12707/RIV17018>
- Barrett, O. (2000). As agências nacionais de notícias na turbulenta era da internet. *Comunicação e Sociedade*, 57, 7-54. <https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v33n57p7-56>
- Barrett, O. (2000). National and International News Agencies: Issues of Crisis and Realignment. *Gazette*, 62, 5-18. <https://doi.org/10.1177%2F0016549200062001001>
- Bastos, H. (2000). Jornalismo e Internet: O espectro da redundância. *Comunicação e Sociedade*, 2, 375-387. [https://doi.org/10.17231/comsoc.2\(2000\).1408](https://doi.org/10.17231/comsoc.2(2000).1408)
- Bastos, H. (2012). A diluição do jornalismo no ciberjornalismo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 9, 284-297. <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2012v9n2p284>
- Bianco, N. (2004, setembro). Radiojornalismo em mutação na era digital. Comunicação apresentada no XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Porto Alegre.
- Bianco, N. (2004). *Radiojornalismo em Mutação: a influência tecnológica e cultural da Internet na transforma o da noticiabilidade no rádio*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo. <https://repositorio.usp.br/item/001413162>
- Batista, E., Matos, L. & Nascimento, A. (2017). A entrevista como técnica de investiga o na pesquisa qualitativa. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, 11(3), 23-38. <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/rica/article/view/17910>
- Camargo, J. (1980). La Radio por dentro y por fuera. Colección Intiyan [ebook]. <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/53840.pdf>
- Cabello, A. (1995). Constru o do texto radiof nico: O estilo oral-auditivo. *Alfa – Revista de Linguística*, 39, 145-152. <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3976>

- Chantler, P. & Harris, S. (1998). *Radiojornalismo*. Summus.
- Cordeiro, P. (2005). Rádios temáticas: perfil da informação radiofónica em Portugal. O caso da TSF. Comunicação apresentada no II Congresso Luso Brasileiro de Estudos Jornalísticos e no IV Congresso Luso - Galego de Estudos Jornalísticos na Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Coutinho, C. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática*. Edições Almedina [ebook].
- Fidalgo, A. (2002). Percepção e experiência na Internet. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 31, 1-9. www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-antonio-percepcao-na-rede.pdf
- Filho, C. (2000). *Comunicação e Jornalismo: A saga dos cães perdidos*. Hacker Editores [ebook].
- Fortunati, L., Sarrica, M., Sullivan, J., Balcytiene, A., Loit, H., Macgregor, P., Roussou, Salaverria, R. & Luca, F. (2009). The influence of the internet on european journalism. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 14, 928-963. <https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2009.01476.x>
- Friend, C. & Singer, J. (2007). *Online Journalism Ethics*. Routledge
- Gomes, R. (2012). A queda da reportagem e os contributos da Internet para o sedentarismo da prática jornalística. Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal, Portugal. <https://run.unl.pt/handle/10362/7470>
- Gradim, A. (2005). *Manual de Jornalismo: Livro de Estilo do Urbi et Orbi*. Covilhã: Universidade da Beira Interior. <http://www.bocc.ubi.pt/~boccmirror/pag/gradim-anabela-manual-jornalismo-1.pdf>
- Johnston, J. & Forde, S. (2011). The silent partner: News agencies and 21 st century news. *International Journal of Communication*, 5, 195-214. <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/928>
- Júlia, F. (2010). *Radiojornalismo e internet: A rede virtual como fonte de notícias na rádio CBN Rio*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. <https://pantheon.ufri.br/bitstream/11422/2437/1/JFARIA.pdf>
- Júnior, Á. & Júnior, N. (2011). A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. *Evidência*, 7(7), 237-250. https://www.academia.edu/22691678/A_utiliza%C3%A7%C3%A3o_da_t%C3%A9cnica_da_entrevista_e_m_trabalhos_cient%C3%ADficos
- Lasica, J. (1997). So you want to be an online journalist? *American Journalism Review*, 19(9). <https://ajrarchive.org/article.asp?id=1786>
- Lewis, J., Williams, A. & Franklin, B. (2008). A compromised fourth estate?, *Journalism Studies*, 9(1), 1-20. <http://dx.doi.org/10.1080/14616700701767974>
- Lima, R. (2010). A Qualidade da Informação do Jornalismo Online. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-lima-webjornalismo.pdf>
- Lopes, F. (2016). Os jornalistas e os constrangimentos que atormentam a profissão: entre as pressões do mercado e a imposição das fontes de informação. *Estudos de Jornalismo*, 1(6), 70-81. https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/44197/1/FL_2016_estudos-jornalismo.pdf
- Lusa, A. (s/data). Código de Ética. <https://www.lusa.pt/Files/lusamaterial/PDFs/CodigoEtica.pdf>

- Lusa, A. (2019). Livro de Estilo. <https://www.lusa.pt/Files/lusamaterial/PDFs/LivroEstilo.pdf>
- Lusa, A. (2007). Contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público. <https://www.erc.pt/documentos/legislacaosite/ContratoPrestacaoServNoticiosoelInformativo.pdf>
- Magalhães, A. (2011). *O peso da agência noticiosa no jornalismo diário: o caso da Lusa e do Público*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga, Portugal. Retirado de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/19762>
- Marques, J. (2020). Jornais e Agências: A Relação entre o Observador e a Lusa. Tese de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal. Retirado de https://run.unl.pt/bitstream/10362/121453/1/Tese_final_Joao_Marques%20%286%29.pdf
- Marques, M. (2005). As mudanças nas rotinas de produção das agências de notícias com a consolidação da internet no Brasil. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. Retirado de <http://bocc.ubi.pt/pag/marques-marcia-mudancas-nas-rotinas-de-producao.pdf>
- Meneses, J. (2003). Tudo o que se passa na TSF... Para um “livro de estilo”. *Jornal de Notícias*.
- Millison, D. (2004). Online Journalism Faq. https://academic.udayton.edu/cmm330/Topics/9_Lectures&Guides/WebWriting/OnlineJrnFAQ.htm
- Minayo, M. (2014). O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde. Hucite Editora [ebook]. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6828626/mod_resource/content/2/Minayo.pdf
- Moreira, S. (1996). O mundo pelas agências de notícias. *Comunicação & Educação*, 5, 23-26. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i5p23-26>
- Moreira, T. (2011). *As agências noticiosas como fonte no jornalismo online generalista: Os casos do Jornal de Notícias, Correio da Manhã, Diário de Notícias, Diário Digital e Portugal Diário*. Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal. https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1978/1/DM_15642.pdf
- Moretzsohn, S. (2000). *A velocidade como fetiche: o discurso jornalístico na era do “tempo real”*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylviavelocidade-jornalismo-3.html>
- Nascimento, L. (2008). *O ethos da empresa e a atividade do jornalista de uma agência de notícias*. Dissertação de Pós-Graduação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/13996>
- Nascimento, M. & Sommer, C. (2005). Jornalistas e o acesso à informação. *Revista Em Questão*, 11(2), 425-452. <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/viewFile/128/86>
- Obercom, Investigação e saber em comunicação. (2020). Agências de Notícias em reconversão: Novas agências para novas oportunidades. <https://obercom.pt/agencias-de-noticias-em-reconversao-novas-agencia-para-novas-oportunidades/>
- Oliveira, M. & Santos, F. & Kellen, M. (2021). O som: elemento âncora da reportagem. In L. Bonixe, A. I. Reis & P. Coelho (Eds.), *Manual de Reportagem* (pp. 147 – 156). Editora LabCom. http://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/202105211432202009_manualreportagem_pcoelhoireislbonixe.pdf

- Pereira, F. (2004). O Jornalista Sentado e a Produção da Notícia on-line no Correio Web. *Revista Em Questão*, Porto Alegre, 10(1), 95-108. <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/85>
- Pereira, F. (2003). *O jornalista on-line: um novo status profissional? Uma análise sobre a produção da notícia na internet a partir da aplicação do conceito de 'jornalista sentado'*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-fabio-jornalista-on-line-novo-status.pdf>
- Pereira, H. (2017). *Jornalismo em Portugal: perigos e constrangimentos de uma nova realidade- um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga, Portugal. Retirado de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/48014>
- Perez, A. (2000). Periodistas para el siglo de la información: claves para formar a los nuevos comunicadores, 1-7. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/merayo-arturo-formacion-periodistas-XXI.pdf>
- Pinto, R. & Sousa, J. (1998). O futuro incerto da internet: intercomunicar além do comércio e da publicidade, 1-11. http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-futuro_net.pdf
- Praça, A. (2013). As Agências de Notícias e a forma como influenciam o Jornalismo Online Português. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, Porto, Portugal. Retirado de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/71929/2/28413.pdf>
- Ramonet, I. (2002). A Tirania da comunicação. Brasil: Editora Vozes [ebook].
- Reis, A. (2011). A reconfiguração da temporalidade da rádio na era da Internet. *Revista Comunicação e Sociedade*, 20, 13-28. <https://www.rcaap.pt/detail.jsp?locale=pt&id=oai:repositorio-aberto.up.pt:10216/75084>
- Ribeiro, E. (2008). A perspetiva da entrevista na investigação qualitativa. *Evidência*, 4, 129-148. <https://pt.scribd.com/document/369022789/A-Perspectiva-Da-Entrevista-Na-Investigacao-Qualitativa>
- Rosa, M. & Arnoldi, M. (2017). A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados. autêntica
- RTP (2001). RTP: Livro de Estilo. RTP Informação [ebook]. <https://pt.scribd.com/document/409927606/Livro-Estilo-RTP-pdf>
- Santi, V. J. (2010). O processo de apuração no webjornalismo de quarta geração. *Revista ECO-Pós*, 12(3), 181-191. <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v12i3.939>
- Silva, G. (2005, janeiro/junho). Para pensar critérios de noticiabilidade. *Revista Estudos em Jornalismo e Mídia*, 1, 95-103.
- Silva, S. (2002). Contributo para uma história das agências noticiosas portuguesas. Universidade da Beira Interior, 2-44. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-sonia-agencias-noticiosas-portugal.pdf>
- Soares, F. (2012). «Jornalismo de Secretária»: Reproduzir as Notícias dos Outros O Caso dos Media Internacionais. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga, Portugal. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/23247>
- Sousa, J. (1997). *Fotojornalismo performativo- O serviço de fotonotícia da Agência Lusa de Informação*. Tese de Doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, Espanha. <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-fotojornalismo-tese.html>
- Traquina, N. (1993). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega [ebook].

- Tulha, A. (2012). *O jornalismo sentado e a dependência das agências: o caso da secção de Desporto do jornal Público*. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal. <http://hdl.handle.net/10362/9391>
- Veríssimo, L. (1999, 1 de abril). Ameaçados pelo radar. *Globo*, p. 7.
- Vieira, L. (2013). A publicação de erratas no jornalismo online: parâmetros éticos para uma discussão acerca de condutas mais adequadas. *Revista Estudos de Comunicação*, 13(33), 29-42. <https://doi.org/10.7213/comunicacao.7651>
- Vieira, L. (2014). *Parâmetros éticos para uma política de correção de erros no jornalismo online*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/129258>
- Wolf, M. (2006). *Teorias da Comunicação*. Editorial Presença
- Zamora, L. (2001). Los periódicos on line: sus características, sus periodistas y sus lectores. *Sala de Prensa*, 3, 1-19. https://docshare.tips/navarro-zamora-los-perioacutedicos-on-line-caracteristicas-periodistas-y-lectores-2001_574b9201b6d87f3b438b5002.html
- Zelizer, B. (1993). Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa. *Revista Comunicação e Linguagens*, 27, 33-61.

Anexos

Anexo I – Exemplos de breves ou notícias produzidas durante o estágio

Notícia 10: Governo aprova desconto de 10 cêntimos no combustível para entrar em vigor a 10 de novembro

Foi hoje aprovado, em Conselho de Ministros, o desconto de 10 cêntimos por litro nos combustíveis. A medida entra em vigor a 10 de novembro e pretende mitigar a escalada dos preços da gasolina e do gasóleo.

Em conferência de imprensa, o secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais garantiu que o programa funcionará de forma semelhante ao IVAucher, sendo o valor transferido diretamente para a conta do contribuinte.

Os 3.800 postos aderentes junto da Entidade Nacional para o Setor Energético estão já a ser contactados. O programa termina em março de 2022.

Notícia 11: Portugal foi o segundo país da UE mais afetado por fogos florestais em 2020 - Bruxelas

Portugal foi o segundo país da União Europeia mais afetado por incêndios florestais. Em 2020, arderam cerca de 68 mil hectares na sequência de 10.000 fogos. A liderar a lista está a Roménia. Os dados foram hoje divulgados pela Comissão Europeia .

O relatório anual sobre os incêndios na Europa, no Médio Oriente e no Norte de África revela ainda que se espera um agravamento destes valores ainda este ano.

Uma outra nota avançada é que muitos destes fogos estão já relacionados com as alterações climáticas. Dois dos efeitos são as épocas mais longas e intensas dos incêndios.

Notícia 18: João Leão afirma que a crise não tem origem financeira ou orçamental

João Leão afirmou hoje que a crise provocada pelo chumbo do orçamento do Estado para 2022 não tem origem financeira, mas sim política. As declarações foram feitas na abertura da Money Conference. Um evento organizado pela Global Media, que junta vários presidentes dos bancos portugueses.

Anexo II – Exemplos de notícias com RM produzidas durante o estágio

Mesmo depois da cura, muitos são os doentes de covid-19 que continuam com sintomas ou efeitos longos da doença. A Organização Mundial de Saúde tem agora uma definição médica oficial para os casos conhecidos por covid longa. Filipe Froes admite que a realidade não é nova em Portugal e apela à vacinação. Isabel Marques

São muitos os relatos das pessoas que ainda em 2020 perceberam que, apesar de terem recuperado da covid-19, mantinham várias sequelas. Fadiga, falta de ar e disfunção cognitiva são alguns dos 200 sintomas associados à covid longa, mas a lista pode aumentar. O consenso foi alcançado por um grupo de investigadores e profissionais de saúde espanhóis e a informação avançada pelo El País.

Filipe Froes, coordenador do gabinete de crise da Ordem dos Médicos para a covid19, salienta que os efeitos pós-covid já são visíveis em Portugal.

SOM1: Filipe Froes2: Do início “na minha consulta” até 32|705 “capacidade máxima de resposta”

O pneumologista alerta para a importância da vacinação.

SOM2: Filipe Froes3: Dos 23|270 “indiscutivelmente” até ao fim “a vacina é solução”

A investigação foi conduzida pela OMS e contou com a participação de mais de 260 pessoas. Na análise não foram incluídas crianças.

De acordo com o El País, o epidemiologista que dirigiu a investigação salientou ainda que a descoberta das sequelas de covid longa permite facilitar o acelerar dos diagnósticos e das situações de baixa por doença.

Notícia 11: Obrigatoriedade da vacina

Perante uma estimativa de mais de meio milhão de mortes, na Europa, até à primavera por causa da covid-19 o diretor executivo da OMS acredita que chegou a hora de discutir a obrigatoriedade das vacinas. Por Portugal, já se pondera a imposição.

Na opinião de Luís Graça, imunologista da Comissão Técnica de Vacinação, não faz sentido debater esta questão, uma vez que considera que o país está numa situação privilegiada.

(SOM Luís Graça1: 10|553 “nós conseguimos” até final)

Já Francisco George, presidente da Cruz Vermelha e ex-diretor geral da saúde, defende que a vacina deve passar a ser obrigatória.

(SOM Francisco George2: 01|591 “sem dúvida” até fim)

De momento, pela Europa, apenas a Áustria tomou a decisão de tornar obrigatória a vacina contra a covid-19 a partir do início do próximo ano.

Anexo III – Exemplo de reportagem produzida durante o estágio

Reportagem Coliseu do Porto

SOM 1: "Bem vindos (5 seg.) até "numa versão não aprovada pelo estado novo (27 segundos)"

É assim que inicia mais uma visita guiada, no átrio principal, pelo Coliseu do Porto. Uma casa com 80 anos, inaugurada em plena ditadura, onde ficam e prolongam-se as histórias.

Guiados por Pedro Pardinhas, responsável pela Porto Secret Spots, atravessamos o corredor Ferradura onde encontramos vitrines, mobiliário antigo dos camarins ou até mesmo imagens históricas dos espectáculos.

SOM 2: "Aquele é um Bob Dylan (4'40)..." até "grandes nomes que passaram" (5'03)

A viagem prossegue para um local onde não faltam segredos. A sala de espectáculos.

SOM 3: "Aqui, a arena de círculo (5'31) até 6'09 "para facilitar a operação da sala"

Daqui seguimos para a porta 44, a entrada principal de artistas e técnicos e antiga passagem para os animais de circo.

SOM 4: "Há uma história de um dia (7'57) até "como se fosse um elemento do público (8'24)

A visita continua pelos camarins onde passaram grandes nomes como Caetano Veloso, GNR, Pedro Abrunhosa e termina no palco, onde vemos toda a dimensão da teia.

No final, é possível brindar, como bons portuenses, com um copo de chocolate e vinho do Porto.

Anexo IV – Guião da entrevista aplicada aos jornalistas da TSF

A presente entrevista surge no âmbito da Unidade Curricular de Relatório de Estágio, do 2º ano de Mestrado em Ciências da Comunicação, da Universidade do Minho, cujo tema assenta na (in)-dependência da TSF-Rádio Notícias relativamente à agência Lusa.

Pretende-se que responda às questões com base nos seus conhecimentos, experiência profissional e opinião pessoal.

1. Tendo como pressuposto que há uma utilização da agência Lusa por parte da TSF, de que forma é que se processa a transformação da notícia de agência para rádio?
 - 1.1-Neste processo de utilização, que tipo de tratamento é atribuído a essa informação? Por exemplo, procura explorar novos ângulos ou limita-se à informação disponível pela agência?
 - 1.2-Depois dessa recolha de informação, faz algum tipo de menção em antena à origem da notícia?

Todas as notícias trabalhadas a partir da agência Lusa são identificadas como tendo esta origem?
2. A seu ver quais são as principais vantagens e limitações da utilização da agência Lusa?
 - 2.1-Sente que o recurso à agência tem impacto na dinamização da redação?
 - 2.2-Qual o impacto da sua utilização? Sente que o seu uso proporciona, de certa forma, a uniformização do que é notícia nos vários órgãos de comunicação?
 - 2.3-Julga que, com a presença das agências, as suas funções são, maioritariamente, técnicas ao invés de jornalísticas?
3. Que impacto tem a agência Lusa na escolha dos conteúdos editoriais da TSF?
 - 3.1-Sente que o recurso aos conteúdos da agência representa um fator de desvalorização do jornalismo feito pela redação dos outros órgãos? O facto de a agência ser um recurso fácil aumenta ou não as atuais dificuldades que o jornalismo enfrenta? Por exemplo, na precarização dos profissionais, no emagrecimento das redações ou no menor trabalho exterior?
 - 3.2-Considera que o recurso à agência Lusa acaba por condicionar a independência da TSF?
4. Acredita que a utilização da agência Lusa tem um maior impacto negativo na rádio do que nos outros órgãos de comunicação social?
 - 4.1-Sendo a rádio um meio tão dependente de sons ambiente, sente que a utilização das agências acaba por condicionar a criatividade desses registos sonoros?

4.2-Caso existisse uma menor utilização da agência Lusa considera que a TSF ganharia?

4.3-Imaginando que não existissem agências de notícias, a seu ver que rádio escutaríamos hoje?

Anexo V – Consentimento informado



Universidade do Minho

Consentimento informado

Na sequência de um estágio curricular realizado na redação do Porto da TSF, Isabel Marques está a preparar um relatório com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho. Tendo em conta a experiência do referido estágio, a aluna está a refletir sobre a dinâmica de utilização de conteúdos da agência Lusa por jornalistas desta rádio, questionando o grau de (in)dependência da estação relativamente a este recurso e o seu impacto nas práticas profissionais. O trabalho tem como título “A (in)dependência da TSF-Rádio Notícias relativamente à agência Lusa” e é orientado por Madalena Oliveira, Professora Associada do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Com base em entrevistas a jornalistas da redação em que esteve integrada, Isabel Marques procura perceber de que modo a utilização de notícias de agência condiciona a originalidade do trabalho da rádio em matéria de informação. A mestranda quer analisar a perceção dos próprios jornalistas sobre a relação entre a agência Lusa e a criatividade editorial da rádio.

No âmbito deste trabalho foi-me ainda explicado que:

- a entrevista seria realizada por Zoom, por uma questão de comodidade e facilidade de agendamento;
- a entrevista seria gravada para facilitar a transcrição de excertos, não sendo a gravação suscetível de qualquer outro tipo de utilização (nem escrita nem com recurso ao registo audiovisual);
- alguns excertos das respostas prestadas durante a entrevista poderiam ser incorporados no texto do relatório de estágio;
- os entrevistados só seriam identificados se expressamente concedessem autorização para o efeito. Todas as informações prestadas teriam igual validade científica, independentemente da identificação dos jornalistas contactados.

Declaro, por isso, que tomei conhecimento dos termos do trabalho realizado pela estudante Isabel Marques. Reconhecendo que a minha participação neste estudo é voluntária, sem qualquer contrapartida financeira, confirmo que não identifico riscos associados à minha colaboração. Aceito, por isso, participar, concedendo a entrevista, consentindo que as minhas afirmações sejam utilizadas para efeitos académicos e autorizando a minha identificação pessoal pelo nome próprio / não autorizando a minha identificação pessoal e solicitando, por isso, o anonimato.

Data: 29/09/2022

Nome completo:

ARTUR MANUEL AZEVEDO CORVALÃO

Assinatura:



Universidade do Minho

Consentimento informado

Na sequência de um estágio curricular realizado na redação do Porto da TSF, Isabel Marques está a preparar um relatório com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho. Tendo em conta a experiência do referido estágio, a aluna está a refletir sobre a dinâmica de utilização de conteúdos da agência Lusa por jornalistas desta rádio, questionando o grau de (in)dependência da estação relativamente a este recurso e o seu impacto nas práticas profissionais. O trabalho tem como título "A (in)dependência da TSF-Rádio Notícias relativamente à agência Lusa" e é orientado por Madalena Oliveira, Professora Associada do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Com base em entrevistas a jornalistas da redação em que esteve integrada, Isabel Marques procura perceber de que modo a utilização de notícias de agência condiciona a originalidade do trabalho da rádio em matéria de informação. A mestranda quer analisar a perceção dos próprios jornalistas sobre a relação entre a agência Lusa e a criatividade editorial da rádio.

No âmbito deste trabalho foi-me ainda explicado que:

- a entrevista seria realizada por Zoom, por uma questão de comodidade e facilidade de agendamento;
- a entrevista seria gravada para facilitar a transcrição de excertos, não sendo a gravação suscetível de qualquer outro tipo de utilização (nem escrita nem com recurso ao registo audiovisual);
- alguns excertos das respostas prestadas durante a entrevista poderiam ser incorporados no texto do relatório de estágio;
- os entrevistados só seriam identificados se expressamente concedessem autorização para o efeito. Todas as informações prestadas teriam igual validade científica, independentemente da identificação dos jornalistas contactados.

Declaro, por isso, que tomei conhecimento dos termos do trabalho realizado pela estudante Isabel Marques. Reconhecendo que a minha participação neste estudo é voluntária, sem qualquer contrapartida financeira, confirmo que não identifico riscos associados à minha colaboração. Aceito, por isso, participar, concedendo a entrevista, consentindo que as minhas afirmações sejam utilizadas para efeitos académicos e autorizando a minha identificação pessoal pelo nome próprio / não autorizando a minha identificação pessoal e solicitando, por isso, o anonimato.

Data: 27/08/2022

Nome completo: Cátia Sofia da Silva Fonseca Vasconcelos Barbosa

Assinatura: Cátia Barbosa



Universidade do Minho

Consentimento informado

Na sequência de um estágio curricular realizado na redação do Porto da TSF, Isabel Marques está a preparar um relatório com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho. Tendo em conta a experiência do referido estágio, a aluna está a refletir sobre a dinâmica de utilização de conteúdos da agência Lusa por jornalistas desta rádio, questionando o grau de (in)dependência da estação relativamente a este recurso e o seu impacto nas práticas profissionais. O trabalho tem como título "A (in)dependência da TSF-Rádio Notícias relativamente à agência Lusa" e é orientado por Madalena Oliveira, Professora Associada do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Com base em entrevistas a jornalistas da redação em que esteve integrada, Isabel Marques procura perceber de que modo a utilização de notícias de agência condiciona a originalidade do trabalho da rádio em matéria de informação. A mestranda quer analisar a perceção dos próprios jornalistas sobre a relação entre a agência Lusa e a criatividade editorial da rádio.

No âmbito deste trabalho foi-me ainda explicado que:

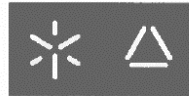
- a entrevista seria realizada por Zoom, por uma questão de comodidade e facilidade de agendamento;
- a entrevista seria gravada para facilitar a transcrição de excertos, não sendo a gravação suscetível de qualquer outro tipo de utilização (nem escrita nem com recurso ao registo audiovisual);
- alguns excertos das respostas prestadas durante a entrevista poderiam ser incorporados no texto do relatório de estágio;
- os entrevistados só seriam identificados se expressamente concedessem autorização para o efeito. Todas as informações prestadas teriam igual validade científica, independentemente da identificação dos jornalistas contactados.

Declaro, por isso, que tomei conhecimento dos termos do trabalho realizado pela estudante Isabel Marques. Reconhecendo que a minha participação neste estudo é voluntária, sem qualquer contrapartida financeira, confirmo que não identifico riscos associados à minha colaboração. Aceito, por isso, participar, concedendo a entrevista, consentindo que as minhas afirmações sejam utilizadas para efeitos académicos e autorizando a minha identificação pessoal pelo nome próprio / não autorizando a minha identificação pessoal e solicitando, por isso, o anonimato.

Data: 23 / 8 / 2022

Nome completo: Tânia Inês Tavares Ferreira

Assinatura: Tânia Inês Tavares Ferreira



Consentimento informado

Na sequência de um estágio curricular realizado na redacção do Porto da TSF, Isabel Marques está a preparar um relatório com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho. Tendo em conta a experiência do referido estágio, a aluna está a refletir sobre a dinâmica de utilização de conteúdos da agência Lusa por jornalistas desta rádio, questionando o grau de (in)dependência da estação relativamente a este recurso e o seu impacto nas práticas profissionais. O trabalho tem como título "A (in)dependência da TSF-Rádio Notícias relativamente à agência Lusa" e é orientado por Madalena Oliveira, Professora Associada do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Com base em entrevistas a jornalistas da redacção em que esteve integrada, Isabel Marques procura perceber de que modo a utilização de notícias de agência condiciona a originalidade do trabalho da rádio em matéria de informação. A mestranda quer analisar a perceção dos próprios jornalistas sobre a relação entre a agência Lusa e a criatividade editorial da rádio.

No âmbito deste trabalho foi-me ainda explicado que:

- a entrevista seria realizada por Zoom, por uma questão de comodidade e facilidade de agendamento;
- a entrevista seria gravada para facilitar a transcrição de excertos, não sendo a gravação suscetível de qualquer outro tipo de utilização (nem escrita nem com recurso ao registo audiovisual);
- alguns excertos das respostas prestadas durante a entrevista poderiam ser incorporados no texto do relatório de estágio;
- os entrevistados só seriam identificados se expressamente concedessem autorização para o efeito. Todas as informações prestadas teriam igual validade científica, independentemente da identificação dos jornalistas contactados.

Declaro, por isso, que tomei conhecimento dos termos do trabalho realizado pela estudante Isabel Marques. Reconhecendo que a minha participação neste estudo é voluntária, sem qualquer contrapartida financeira, confirmo que não identifico riscos associados à minha colaboração. Aceito, por isso, participar, concedendo a entrevista, consentindo que as minhas afirmações sejam utilizadas para efeitos académicos e autorizando a minha identificação pessoal pelo nome próprio / não autorizando a minha identificação pessoal e solicitando, por isso, o anonimato.

Data: 29 / 8 / 2022

Nome completo: *Isabel Marques*

Assinatura: *[Assinatura]*



Consentimento informado

Universidade do Minho

Na sequência de um estágio curricular realizado na redação do Porto da TSF, Isabel Marques está a preparar um relatório com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho. Tendo em conta a experiência do referido estágio, a aluna está a refletir sobre a dinâmica de utilização de conteúdos da agência Lusa por jornalistas desta rádio, questionando o grau de (in)dependência da estação relativamente a este recurso e o seu impacto nas práticas profissionais. O trabalho tem como título "A (in)dependência da TSF-Rádio Notícias relativamente à agência Lusa" e é orientado por Madalena Oliveira, Professora Associada do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Com base em entrevistas a jornalistas da redação em que esteve integrada, Isabel Marques procura perceber de que modo a utilização de notícias de agência condiciona a originalidade do trabalho da rádio em matéria de informação. A mestranda quer analisar a perceção dos próprios jornalistas sobre a relação entre a agência Lusa e a criatividade editorial da rádio.

No âmbito deste trabalho foi-me ainda explicado que:

- a entrevista seria realizada por Zoom, por uma questão de comodidade e facilidade de agendamento;
- a entrevista seria gravada para facilitar a transcrição de excertos, não sendo a gravação suscetível de qualquer outro tipo de utilização (nem escrita nem com recurso ao registo audiovisual);
- alguns excertos das respostas prestadas durante a entrevista poderiam ser incorporados no texto do relatório de estágio;
- os entrevistados só seriam identificados se expressamente concedessem autorização para o efeito. Todas as informações prestadas teriam igual validade científica, independentemente da identificação dos jornalistas contactados.

Declaro, por isso, que tomei conhecimento dos termos do trabalho realizado pela estudante Isabel Marques. Reconhecendo que a minha participação neste estudo é voluntária, sem qualquer contrapartida financeira, confirmo que não identifico riscos associados à minha colaboração. Aceito, por isso, participar, concedendo a entrevista, consentindo que as minhas afirmações sejam utilizadas para efeitos académicos e autorizando a minha identificação pessoal pelo nome próprio / ~~não autorizando a minha identificação pessoal e solicitando, por isso, o anonimato.~~

Data: 23 / 03 / 2022

Nome completo: Rui Pedro Carvalho Araújo

Assinatura: *Rui Araújo*

Anexo VI – Entrevistas aos jornalistas da TSF transcritas

Artur Carvalho

1. Tendo como pressuposto que há uma utilização da agência Lusa por parte da TSF, de que forma é que se processa a transformação da notícia de agência para rádio?

As notícias da Lusa são escritas e a rádio implica uma transformação numa linguagem de oralidade. Portanto, nós temos de transformar um texto que poderia ser de imprensa numa coisa falada. Esse é que é o topo da pirâmide da rádio bem feita... De estarmos a falar com quem nos ouve.

1.1 Neste processo de utilização, que tipo de tratamento é atribuído a essa informação? Por exemplo, procura explorar novos ângulos ou limita-se à informação disponível pela agência?

A regra é sempre a mesma. Seja para uma notícia da Lusa, seja para uma notícia vinda de outra fonte. Reconhecendo mérito à notícia da Lusa, esse é o ponto de partida. Depois, a regra e a essência do ofício é tentar desenvolver e tentar acrescentar outras reacções, contrapontos, porque a Lusa pode ainda não o ter feito. Nós não podemos ficar à espera de que a Lusa o faça, senão éramos uns meros transformadores das notícias da Lusa.

1.2 Após essa recolha de informação, faz algum tipo de menção em antena à origem da notícia? Todas as notícias trabalhadas a partir da agência Lusa são identificadas como tendo esta origem?

Sim, sendo que no caso da Lusa essa obrigatoriedade não é tão grande e depende sempre do tipo de notícia. Obviamente, se for um exclusivo ou um conteúdo a que só a agência possa ter acesso, nós somos obrigados a dar o devido crédito porque são jornalistas iguais a nós. No entanto, se for uma notícia em que se consiga obter informação

por outros meios, não temos de estar, propriamente, a citar a Lusa.

Depois, há ainda um outro ponto que é o facto de a Lusa ser um serviço pago. Portanto, a partir do momento em que eu contrato o serviço da Lusa e pago, não tenho de estar a todo o tempo a citá-la.

2. A seu ver quais são as principais vantagens e limitações da utilização da agência Lusa?

Sinceramente, não consigo ver limitações.

2.1 Sente que o recurso à agência tem impacto na dinamização da redação?

Sim. Nós, facilmente, podemos acomodar-nos, porque as redações estão despidas. Se, antigamente, as rádios tinham músculos para fazerem as suas próprias notícias, neste momento, correm o risco de não ter tempo para as fazer.

2.2 Qual o impacto da sua utilização? Sente que o seu uso proporciona, de certa forma, a uniformização do que é notícia nos vários órgãos de comunicação?

Não creio... Ainda é possível fazer trabalho próprio se pensarmos numa perspectiva positiva... Ao mesmo tempo, não precisas de te uniformizar pela Lusa quando tens todos os órgãos de comunicação online disponíveis à distância de um clique.

Existirá se calhar uniformização numa perspectiva de que apenas a Lusa detém correspondentes em todas as capitais de distrito e esse tipo de abrangência nenhum órgão de comunicação social, tirando a RTP, consegue... Portanto, coisas mais locais em que a TSF reconheça relevância, sobre esse ponto de vista, damos com base na Lusa e depois, eventualmente, tentamos contactar outras fontes.

2.2 Julga que, com a presença das agências, as suas funções são, maioritariamente, técnicas ao invés de jornalísticas?

Eu sempre trabalhei com as agências, por isso, já não sei como é trabalhar sem.

3. Que impacto tem a agência Lusa na escolha dos conteúdos editoriais da TSF?

Ela é auxiliar, não é mais do que isso. Não levamos todos os dias a agência da Lusa e fazemos daquilo a nossa bíblia.... Muito pelo contrário.

3.1 Sente que o recurso aos conteúdos da agência representa um fator de desvalorização do jornalismo feito pela redação dos outros órgãos? O facto de a agência ser um recurso fácil aumenta ou não as atuais dificuldades que o jornalismo enfrenta? Por exemplo, na precarização dos profissionais, no emagrecimento das redações ou no menor trabalho exterior?

A precarização por essa via editorial tem antes a ver com o facto de o meio se ter transformado numa selva em que tudo é de todos do que, propriamente, com as agências. Se o funil fosse mais apertado para dar o mesmo número de notícias tinhas de ter, obrigatoriamente, mais gente. As agências são intermediárias, na maior parte dos casos.

3.2 Considera que o recurso à agência Lusa acaba por condicionar a independência da TSF?

Não. Nós usamos a agência Lusa com os mesmos critérios de análise prévia que usamos tudo o resto. Há notícias da Lusa em que olhamos e nos questionamos sobre aquilo. Não comemos tudo só

porque é da Lusa, até porque a agência também faz asneiras e notícias que não têm interesse nenhum.

4. Acredita que a utilização da agência Lusa tem um maior impacto negativo na rádio do que nos outros órgãos de comunicação social?

Não. Basta ir a sites de jornais, diariamente, que encontras centenas de notícias que são apenas e exclusivamente fonte da Lusa. A rádio sobre esse ponto de vista até disfarça porque nos obriga a uma transformação. Os outros fazem *copy-paste*, mudam o título e a entrada. A transformação do texto para rádio obriga-te a uma leitura mais fina.

4.1 Sendo a rádio um meio tão dependente de sons ambiente, sente que a utilização das agências acaba por condicionar a criatividade desses registos sonoros?

Creio que não porque, normalmente, o que tiramos da Lusa são declarações de pessoas a falar. Não temos grande margem para criatividade.

4.2 Caso existisse uma menor utilização da agência Lusa, considera que a TSF ganharia?

Acho que não. Nós não fazemos noticiários inteiros com base na Lusa.

4.3 Imaginando que não existissem agências de notícias, a seu ver que rádio escutaríamos hoje?

Uma rádio mais pobre, certamente. A vantagem das agências é que elas nos alertam sempre para o que está a acontecer. Nós depois, enquanto jornalistas, é que vamos procurar saber mais e buscar informação em outros locais.

Leonor Ferreira

1. Tendo como pressuposto que há uma utilização da agência Lusa por parte da TSF, de que forma é que se processa a transformação da notícia de agência para rádio?

A agência Lusa como é um serviço público, tem a obrigação de cobrir praticamente tudo. Coisa que nos privados é impossível. Quando a notícia é feita e nos surge no ecrã da Lusa, o que nós fazemos é uma seleção do que nos interessa... Isso tem a ver com o perfil de cada rádio.

Depois, a agência Lusa tem um formato de escrita que está, perfeitamente, explícito no seu livro de estilo, com aquelas regras muito clássicas, e a rádio pode, por exemplo, pegar na notícia, começar por outro lado e no caso da TSF de uma forma mais leve. Muitas vezes até acontece a notícia só estar no fim.

O facto de uma notícia ser veiculada pela agência Lusa não significa que a TSF está totalmente dependente porque a Lusa também se engana. Por exemplo, se surge, de repente, uma notícia com a morte de alguém, mas ainda há dúvidas se é ou não oficial, a TSF ainda se dá ao trabalho de confirmar.

Há todo um trabalho de transformação da notícia para a tornar, no caso da TSF, numa notícia pequena, que seja muito clara, porque a atenção dos ouvintes é muito pequena. Esse trabalho obriga o jornalista da TSF a olhar para a notícia da Lusa, ver nela onde está a notícia e depois resumir, ao máximo, de forma clara o que lá está.

Depois, temos também cuidados quanto aos termos utilizados, não usamos estrangeirismos, ou seja, o nosso trabalho até acaba por ser muito de simplificação.

1.1 Neste processo de utilização, que tipo de tratamento é atribuído a essa informação? Por exemplo, procura explorar novos ângulos ou limita-se à informação disponível pela agência?

Normalmente, o que acontece é que quando selecionamos uma notícia da agência, aquela

informação dá-nos uma outra ideia, ou seja, tentamos sempre fazer o chamado acrescento. São ideias que se tiram e que se desenvolvem. Muitas vezes, até dão temas para reportagens.

1.2 Após essa recolha de informação, faz algum tipo de menção em antena à origem da notícia? Todas as notícias trabalhadas a partir da agência Lusa são identificadas como tendo esta origem?

A partir do momento em que pagamos por aquele serviço, não temos a obrigação de fazer referência à agência Lusa. No entanto, há exceções. Por exemplo, se for uma notícia importante em que a declaração apenas foi feita à agência Lusa, aí referimos sempre a fonte de origem. Respeitamos muito quando são assuntos importantes e que correspondem, de facto, a um trabalho individual da Lusa.

2. A seu ver quais são as principais vantagens e limitações da utilização da agência Lusa?

A principal desvantagem é ficarmos sujeitos à informação deles. Por exemplo, se eles vão cobrir uma conferência de um ministro importante e nós não temos meios para lá estar, acabamos por ficar dependentes deles... Muitas vezes, acontece querermos fazer mais uma pergunta, mas como não fomos, não pudemos...

Por outro lado, também tem outras coisas boas. A agência Lusa, como tem uma ampla cobertura, consegue dar-nos uma visão geral de tudo. Desde desporto, política, internacional, sociedade, etc. Claro que nem toda a informação serve para a TSF porque, muitas vezes, há notícias que não entram no estilo da rádio, mas é uma boa base de trabalho, desde que o jornalista saiba pegar naquela informação, encare aquilo como uma base e depois faça acrescentos à notícia.

2.1 Sente que o recurso à agência tem impacto na dinamização da redação?

Eu acho que há falta de discussão nas redações, mas sinto que isso tem mais a ver com a dinâmica das redações do que, propriamente, com a agência Lusa. A maioria das redações tem tão pouca gente que nem sequer tem tempo para estar a debater temáticas.

Na agência Lusa, eventualmente, o que pode acontecer é sair uma notícia e, às vezes, alguém perguntar se fazemos ou não notícia.

2.2 Qual o impacto da sua utilização? Sente que o seu uso proporciona, de certa forma, a uniformização do que é notícia nos vários órgãos de comunicação?

Sim, acaba por o fazer, mas essa uniformização, muitas vezes, decorre da atualidade. A agência Lusa faz notícias sobre todos os assuntos... A seleção é que depois é feita pelos diferentes órgãos de comunicação social... Nos dias de hoje, há uma tendência de os órgãos irem atrás um dos outros, mas isso não tem nada a ver com Lusa, mas sim com os próprios meios. A Lusa, como tem uma rede de correspondentes, em todo o país, é normal que consiga estar em muitos mais locais do que os jornalistas do setor privado que atravessam uma grave crise.... Claro que isto tem um grande problema porque retira ao jornalista a capacidade dele se questionar.

2.3 Julga que, com a presença das agências, as suas funções são, maioritariamente, técnicas ao invés de jornalísticas?

Mesmo com a existência das agências de notícias há todo um trabalho de transformação da notícia para a tornar pequena, clara e numa linguagem acessível que só pode ser feito por um jornalista.

3. Que impacto tem a agência Lusa na escolha dos conteúdos editoriais da TSF?

Penso que pouco ou nenhum a partir do momento em que a seleção do que é notícia é feita pelos próprios jornalistas da TSF.

3.1 Sente que o recurso aos conteúdos da agência representa um fator de desvalorização do jornalismo feito pela redação dos outros órgãos? O facto de a agência ser um recurso fácil aumenta ou não as atuais dificuldades que o jornalismo enfrenta? Por exemplo, na precarização dos profissionais, no emagrecimento das redações ou no menor trabalho exterior?

Depende da forma como utiliza a agência Lusa. Se houver uma redação em que aquilo que se faz é pegar e ler a notícia da Lusa, isso é um trabalho que fica aquém do que deve ser o jornalismo. Agora, pegar na agência Lusa, tê-la como ferramenta de trabalho e como base e avançar para outros assuntos não acho negativo.

Penso que não. O facto de termos a agência Lusa e de termos este serviço acaba até por nos ajudar um pouco face à crise e à falta de gente. Infelizmente, são outras razões que estão nesta base.

3.2 Considera que o recurso à agência Lusa acaba por condicionar a independência da TSF?

Eu acho que a independência da TSF não é pelo recurso à agência Lusa que é mais ou menos dependente. Considero que a TSF é uma rádio que faz tudo para ser independente. Ouve todas as partes, a esquerda e a direita, o preto e o branco, o alto e o baixo, ou seja, tentamos sempre fazer esse confronto que, em termos deontológicos, é fundamental para a nossa profissão. Por exemplo, quantas vezes, não sai na agência Lusa um incêndio, numa fábrica no Porto, e nós dizemos ao repórter para ir fazer o trabalho de reportagem. Portanto, não é a esse nível que a agência Lusa nos torna mais dependentes.

Aquilo que nós gostávamos era de ter mais manobra para irmos para a rua, mais vezes, fazer reportagem, mesmo com coisas que lê-mos da Lusa. No entanto, nesta altura, com a capacidade humana que temos, simplesmente, não dá. Fazemos o que podemos e quando não podemos telefonamos às pessoas, gravamos para fazermos sempre um valor acrescentado da notícia.

4. Acredita que a utilização da agência Lusa tem um maior impacto negativo na rádio do que nos outros órgãos de comunicação social?

Não sei porque não conheço como as outras redações trabalham com a agência Lusa.

4.1 Sendo a rádio um meio tão dependente de sons ambiente, sente que a utilização das agências acaba por condicionar a criatividade desses registos sonoros?

Não condicionam a criatividade. O jornalista é que acaba por ser condicionado. Acabamos por ficar

condicionados ao registo sonoro que o jornalista da Lusa mandou.

4.2 Caso existisse uma menor utilização da agência Lusa considera que a TSF ganharia?

Não. Eu acho que a TSF ganharia se tivesse uma equipa maior que permitisse ir mais para o terreno.

4.3 Imaginando que não existissem agências de notícias, a seu ver que rádio escutaríamos hoje?

Era completamente diferente. Eu acho que metade das coisas não se sabiam sequer porque há um serviço que a agência Lusa presta e vende que acaba por ser a base de muitas redações.

Sónia Silva

1. Tendo como pressuposto que há uma utilização da agência Lusa por parte da TSF, de que forma é que se processa a transformação da notícia de agência para rádio?

A agência Lusa está dividida por várias categorias, entre elas, sociedade, desporto, etc. Nós na TSF temos sempre a plataforma Dalet Team News aberta com todas as notícias, portanto, tudo o que cai sobre todos os temas nós vamos acompanhando.

Dentro do processo de transformação a primeira grande exigência é adaptar o texto porque a linguagem de agência é uma linguagem muito própria.... É quase crua, fria, que não tem de transmitir imagens, e, portanto, o grande desafio que temos é a linguagem. Por exemplo, eles podem escrever frases muito grandes e na rádio isso não pode acontecer.

No que toca à utilização da Lusa, esta é uma agência de notícias em que mais de metade das suas ações pertencem ao Estado, portanto, eles têm aqui uma função pública de informar os órgãos de comunicação. No fundo, a Lusa são quase como as formigas que andam no terreno, que nos vão buscar notícias porque têm uma rede de contactos e de correspondentes muito vasta.

Nós na TSF não temos correspondentes em todos os distritos, muito menos em todos os concelhos. Portanto, eles são quase como um polvo com muito tentáculos que chegam a todo o lado. Depois, cada meio de comunicação social seleciona as notícias que correspondem à sua matriz informativa.

1.1 Neste processo de utilização, que tipo de tratamento é atribuído a essa informação? Por exemplo, procura explorar novos ângulos ou limita-se à informação disponível pela agência?

Depende do tema porque às vezes a notícia pode estar ali completa. Por exemplo, pode sair uma notícia na agência Lusa a anunciar que a agência sabe de algo... A partir daí cabe-nos a nós decidir se queremos dar a notícia assim ou se a partir dessa

informação tentamos chegar a mais fontes ou à própria fonte para que nos confirme a notícia. No fundo, a decisão varia muito de caso para caso e do editor. Não há uma regra fixa para tratar todas as notícias porque são abordagens muito diferentes e abrangentes.

1.2 Após essa recolha de informação, faz algum tipo de menção em antena à origem da notícia? Todas as notícias trabalhadas a partir da agência Lusa são identificadas como tendo esta origem?

Sim, é obrigatório. Seja a agência Lusa ou não.

Por exemplo, no outro dia calhou-me a mim editar e fiz uma peça com base numa manchete do público e até para a credibilizar tive de dizer ao ouvinte de onde me baseei. As coisas não aparecem do nada, nem a informação cai das árvores.... Temos sempre de citar. Isto é uma questão de respeito do trabalho. Em jornalismo, não é por acaso que não existem nomes iguais registados na carteira profissional porque nós somos responsáveis por aquilo que escrevemos e dizemos. Por isso, temos de ser honestos e responsáveis.

2. A seu ver quais são as principais vantagens e limitações da utilização da agência Lusa?

Nós não podemos viver sem a agência Lusa, é tão simples quanto isso. Até podes chegar ao final do dia e nem sequer ter utilizado uma notícia de lá, mas não podes não ter a agência Lusa. Aliás, acho que isso nunca aconteceu.

Por exemplo, eu quando entrei na TSF lembro-me de o João Paulo Menezes, que era o meu coordenador, na altura, me dizer que nunca se deixa o presidente e o primeiro-ministro sozinhos na rua e que nunca devíamos vir embora de um trabalho sem que eles fossem também... Agora, já não temos meios para isso e, muitas vezes, tiramos sons da televisão ou da Lusa.

Temos todas as vantagens porque sabemos que aquilo é uma fonte inesgotável de notícias... Há dias

que tem mais, outros que tem menos, mas nós ali temos sempre um porto seguro.

Desvantagens não me lembro de nenhuma. Claro que se pudesse depender menos da agência Lusa eu gostava, mas acho que desvantagens não há desde que não haja um recurso excessivo a esta ferramenta.

2.1 Sente que o recurso à agência tem impacto na dinamização da redação?

Na TSF, pessoalmente, não sinto isso. Nós temos liberdade para propormos aquilo que nós quisermos, depois isso pode ser aceite ou não pelo editor, mas nunca senti qualquer tipo de impedimento. Eu não posso sozinha ver e achar que aquilo pode ser ou não peça. Portanto, discussão há sempre... Tens de trabalhar em grupo.

2.2 Qual o impacto da sua utilização? Sente que o seu uso proporciona, de certa forma, a uniformização do que é notícia nos vários órgãos de comunicação?

Talvez isso agora aconteça mais e por uma razão simples. As redações estão muito despidas de recursos... Por exemplo, atualmente, na TSF temos equipas com apenas três pessoas.

Eu quando entrei na TSF tínhamos equipas de sete pessoas. Com sete jornalistas dava para dois olharem para as agências e os outros procurarem notícias, motivos de reportagem, etc.

Quando os meios são muito escassos, torna-se difícil não alimentar um bocadinho mais essa dependência das agências.

2.3 Julga que, com a presença das agências, as suas funções são, maioritariamente, técnicas ao invés de jornalísticas?

Não. As agências são quase o pré-anúncio. A função da agência Lusa é dar notícias, transmitir informações e depois cada redação trabalha os temas que correspondem à sua linha editorial, adaptando a linguagem ao seu meio. No fundo, são quase como uma sementinha que nós plantamos, cada um à sua maneira, e que depois nós jornalistas as questionamos.

Aquilo é o ponto de partida. Não é a papinha feita. Nós temos de ter sempre um espírito crítico sobre aquilo que nos é apresentado. É a nossa obrigação senão não éramos jornalistas, mas sim secretários.

3. Que impacto tem a agência Lusa na escolha dos conteúdos editoriais da TSF?

Não tem influência nenhuma porque quem faz as escolhas somos nós. A agência Lusa é um banquete e nós vamos lá e servimo-nos daquilo que quisermos.

A agência Lusa não nos impõe uma agenda porque, apesar de caírem centenas de notícias, por dia, nós não pegamos em tudo.

3.1 Sente que o recurso aos conteúdos da agência representa um fator de desvalorização do jornalismo feito pela redação dos outros órgãos? O facto de a agência ser um recurso fácil aumenta ou não as atuais dificuldades que o jornalismo enfrenta? Por exemplo, na precarização dos profissionais, no emagrecimento das redações ou no menor trabalho exterior?

Todos usam. Uns mais outros menos, mas não há nenhum órgão que não a use. Por exemplo, o emagrecimento das redações é um fator transversal e havendo cada vez menos pessoas nas redações essa dependência da agência Lusa também aumenta.

Portanto, nós recorremos mais a agência Lusa porque há menos dinheiro investido nos meios de comunicação social. No fundo, a agência é um porto seguro, mas não há nada como irmos lá para fora... Como eu costumo dizer o mundo está lá fora não está na rádio, nem dentro do estúdio.

3.2 Considera que o recurso à agência Lusa acaba por condicionar a independência da TSF?

Não. Quando eu entrei para a TSF, o João Paulo Meneses disse-me uma coisa que me marcou que para sempre que foi que, aqui, ninguém manda em nós.

4. Acredita que a utilização da agência Lusa tem um maior impacto negativo na rádio do que nos outros órgãos de comunicação social?

Não. Acho que é igual porque os textos na agência Lusa são muito crus. Estão ali os condimentos, mas tu é que vais fazer a receita.

4.1 Sendo a rádio um meio tão dependente de sons ambiente, sente que a utilização das agências acaba por condicionar a criatividade desses registos sonoros?

Em rádio, os sons são sempre os nossos lápis de cor. Se tu pensares que estás a fazer rádio para invisuais é quase como se tivesses de transportar a pessoa para o cenário... A diferença da reportagem é, precisamente, essa. Os sons ambientes que tu utilizas são sempre teus. Nesse aspeto, acho que a Lusa não tem grande influência porque nós não fazemos reportagens com sons da Lusa.

Da agência Lusa apenas tiramos notícias como a chamada breve, que são duas ou três linhas ou os

resultados de um estudo. Agora, a chamada reportagem pura e dura não, até porque eles não têm essa sensibilidade de quem trabalha em rádio para os sons.

4.2 Caso existisse uma menor utilização da agência Lusa considera que a TSF ganharia?

Ficar com a agência Lusa reduzida só se os noticiários também reduzissem porque, na maioria das vezes, somos só três... Um a editar, outro a produzir e outro a escrever... Se nos reduzissem a agência Lusa não dava.... Ia-nos limitar muito.

4.3 Imaginando que não existissem agências de notícias, a seu ver que rádio escutaríamos hoje?

Era uma rádio espetacular, porque nos ia obrigar a ir para a rua e a vasculhar. Lembro-me que o Jorge Sousa, um colega meu de agenda, antigamente, à hora do almoço ia sempre dar uma volta pela cidade e encontrava sempre coisas que davam para fazer reportagem.

Cátia Barbosa

1. Tendo como pressuposto que há uma utilização da agência Lusa por parte da TSF, de que forma é que se processa a transformação da notícia de agência para rádio?

Nós temos uma plataforma, Dalet Team News, onde acedemos às notícias dos vários órgãos de comunicação, nomeadamente, às da Lusa. Sempre que víamos alguma notícia que fosse do nosso interesse o primeiro que fazíamos era tentar contactar as fontes envolvidas... Se não conseguíssemos, utilizávamos a informação da Lusa através de uma transformação do texto em nossas palavras, numa linguagem, extremamente, simples e, clara, citando sempre a Lusa.

1.1 Neste processo de utilização, que tipo de tratamento é atribuído a essa informação? Por exemplo, procura explorar novos ângulos ou limita-se à informação disponível pela agência?

Depende.... Normalmente, quando víamos algum *take* da Lusa que nos interessasse, o que nós fazíamos, em primeiro lugar, era tentar chegar às fontes. Por exemplo, partindo do princípio de que era uma notícia sobre um presidente da Câmara, de alguma localidade, o que nós tentávamos fazer era ligar para usar a voz do próprio. Depois, dependia do tipo de notícia... Se ainda tivéssemos tempo apostávamos noutros ângulos, senão baseávamo-nos na informação da Lusa.

1.2 Após essa recolha de informação, faz algum tipo de menção em antena à origem da notícia? Todas as notícias trabalhadas a partir da agência Lusa são identificadas como tendo esta origem?

Se nós citarmos o Rui Moreira, por exemplo, temos de citar sempre a Lusa porque aquela informação não nos foi dada diretamente. Eticamente e deontologicamente somos obrigados a fazê-lo.

2. A seu ver quais são as principais vantagens e limitações da utilização da agência Lusa?

Tenho uma opinião complexa em relação à Lusa porque vejo vantagens, mas também vejo algumas desvantagens. Por um lado, há a vantagem de que não precisas de ter jornalistas em todos os pontos do país. No fundo, basta atualizar a Lusa, que tens todas as informações ali e depois só tens mesmo de fazer o contacto para as fontes. Mas, por outro lado, isto origina uma cópia da notícia da Lusa... Em rádio se calhar não é tão fácil copiares porque tens sempre de dar os créditos à Lusa e precisas sempre da ajuda do som, mas em jornais é super fácil de se tornar um hábito.

O facto de usarmos a Lusa torna-te um bocado preguiçoso, no sentido em que, como já leste o trabalho do outro profissional, julgas-te no direito de já não fazer mais. Isto acaba por causar uma uniformização do que é notícia...

Por exemplo, eu quando entrei para a TSF ainda não tinha muita experiência profissional, e às vezes até pode acontecer o jornalista tornar-se mesmo preguiçoso. Estás no início, habituas-te de tal forma àquilo que depois não consegues sair dali ou ter ideias para fazer reportagens e notícias próprias porque a Lusa te dá tudo.

Ao mesmo tempo, o teu trabalho acaba por ficar limitado pela pressa da rádio. A rádio tem esta vertente de que tudo pode acontecer muito depressa e de hora em hora... Tens de estar sempre a produzir.... Então, acabas por ver uma segurança na Lusa.

2.1 Sente que o recurso à agência tem impacto na dinamização da redação?

Sim ou na falta de dinamização, neste caso. Da experiência que tenho, tu produzes para um editor e, portanto, todo o resto da redação é uma equipa que deveria funcionar como tal. Mas o que, muitas vezes, acontece é que a única informação que trocas com os teus colegas é a de que saiu um *take* na lusa e de que vais fazer peça daquilo, ou seja, acaba por não

haver sequer troca de ideias. Se calhar, se houvesse uma notícia própria, muitas vezes, trocarias ideias sobre contactos ou sobre essa pessoa...

A Lusa, na maioria das vezes, retira-te um bocado desse trabalho em equipa porque tu limitas-te aquilo que está ali.

2.2 Qual o impacto da sua utilização? Sente que o seu uso proporciona, de certa forma, a uniformização do que é notícia nos vários órgãos de comunicação?

Infelizmente, sim.... Vai ao encontro daquilo que referia há bocadinho... Como já olhas para aquilo com tanta segurança, tu próprio acabas por ficar preguiçoso e acabas a só utilizar aquela informação que todos os órgãos usam.

2.3 Julga que, com a presença das agências, as suas funções são, maioritariamente, técnicas ao invés de jornalísticas?

Sim. Aliás, essa foi das coisas que mais me desiludiu. Quando tu vais para este curso por gosto, por curiosidade, por querer descobrir coisas novas e por querer trabalhar em assuntos diferentes, acabas por te desiludir com a realidade.... Chegas a uma redação e explicam-te que tens ali a Lusa onde vão surgindo notícias e que te podes guiar por ali.... Facilmente, acabas a refletir sobre o sentido do teu trabalho. É quase como se tivéssemos um trabalho simples da escola em que te dão um texto e tinhas de tentar diminuí-lo. Às vezes parece que é muito isso. Tens aqui um *take* com três ou quatro parágrafos e agora tens de transformá-lo em três ou quatro linhas porque para a rádio tem de ser uma coisa muito curta.

Às vezes o que acontece também é que, mesmo que queiras ir além daquele tema, é-te explicado que não há tempo e, portanto, ficas muito por ali. É difícil fazeres um trabalho de uma reportagem mais alargada ou então se o fazes é sempre para fora dos noticiários.

O noticiário é muito limitado à Lusa e, nesse sentido, acho que te tira um bocado do foco do teu trabalho de investigação. E isso é um bocado triste porque para mim o jornalismo é investigar.

3. Que impacto tem a agência Lusa na escolha dos conteúdos editoriais da TSF?

Bastante. Na TSF nós tínhamos sempre uma reunião antes do nosso turno começar em que discutíamos o que já tinha sido dado pela equipa da manhã e o que nós iríamos fazer. E, muitas vezes, o que acontece é que se não há tempo para fazer uma reportagem mais alargada tens de te limitar a dar continuidade aquilo que foi feito de manhã.

Depois disso o que acontece é que só se trabalha com base na Lusa... De repente estás na redação a atualizar a Lusa, a ver o que está a acontecer, e trabalhas muito sobre isso.

3.1 Sente que o recurso aos conteúdos da agência representa um fator de desvalorização do jornalismo feito pela redação dos outros órgãos? O facto de a agência ser um recurso fácil aumenta ou não as atuais dificuldades que o jornalismo enfrenta? Por exemplo, na precarização dos profissionais, no emagrecimento das redações ou no menor trabalho exterior?

A Lusa influencia nesses aspetos. Antigamente, se calhar tinhas uma redação mais completa, porque também havia mais trabalho no terreno... Agora, claro que a responsabilidade não é inteiramente da Lusa... Os editores e os jornalistas também têm responsabilidade sobre isso ao estarem à espera de que as coisas aconteçam... Há muito o pensamento de que eu não tenho jornalistas suficientes para ir lá, mas daqui a pouco sai um take da Lusa com as declarações do Rui Moreira, por exemplo. Acaba por influenciar nesse sentido.

A redação já é pequena, mas depois os poucos jornalistas que tens não os mandas ao terreno, porque a Lusa como já lá está... aquilo vai sair na agência, ou seja, acabas por dar a entender que se calhar não precisas de mais jornalistas porque tu fazes na mesma esse trabalho. Se as agências não fizessem tanto esse trabalho, de "quase ter a papinha feita", tu eras obrigado a ter jornalistas na redação para irem lá.

Até me esqueci de referir, mas agora até a própria Lusa te dá os sons, por exemplo, das conferências de imprensa. Já não é só a escrita, ou seja, tu só tens de chegar e cortar o som do que te interessa. Portanto, até nisso influencia o facto de o jornalista não precisar de ir porque mais tarde ou mais cedo aquilo vai chegar. Para mim não é discutível que seja importante ir ao local e ao terreno na mesma porque nós hoje falamos muito em ser os primeiros, em dar em primeiro lugar, infelizmente, até demais e dás informação ainda sem confirmação. E, realmente, se tu fores ao local tu tens a informação, praticamente, em primeira mão.

Eu acho que agora se chegou até ao ponto de haver essa preguiça de se dermos um bocado mais tarde não tem mal. É preferível ter as pessoas na redação porque nunca se sabe o que vai acontecer.

3.2 Considera que o recurso à agência Lusa acaba por condicionar a independência da TSF?

Sim porque acaba por estar relacionado. Eu acho que o que demarca cada órgão é, precisamente, os trabalhos que tu fazes. Se fazes os trabalhos todos iguais aos outros acho que não posso considerar que trabalho num órgão... E, hoje em dia, vê-se isto em rádios ou em jornais...

Para mim, um órgão independente é um meio que produz uma história e que te dá algo de novo. Das opiniões que tenho mesmo trabalhando na área, por parte das pessoas, é que sentem que leem tudo igual em todos os lados e já detetam essa cópia das agências. Isso é um bocado mal porque acaba por denegrir a nossa profissão.

4. Acredita que a utilização da agência Lusa tem um maior impacto negativo na rádio do que nos outros órgãos de comunicação social?

Talvez. Se calhar na rádio tem um impacto mais negativo no sentido em que a rádio vive muito do som e eu acho que é muito interessante, até como ouvinte, tu ouvires declarações diferentes. Por exemplo, eu gosto muito de ouvir emissões em que há algo de novo e se tu te guias pelas agências,

mesmo a nível de som, tu vais ouvir um som que já ouviste na televisão, que está escrito num jornal, etc. Portanto, eu não digo que seja a 100% na rádio, se calhar até acho que a coisa está equilibrada entre a rádio e o jornal... Também é frustrante tu leres, exactamente, a mesma coisa que lês num Expresso e num Público. Mas se calhar na rádio sentes mais este impacto pela questão de teres o som. Focas muita atenção no som e eu acho que quando sentes que aquilo é uma cópia de algum lado acaba por ser frustrante.

É muito mais interessante quando ouves um direto e ouves uma coisa nova.

4.1 Sendo a rádio um meio tão dependente de sons ambiente, sente que a utilização das agências acaba por condicionar a criatividade desses registos sonoros?

Sim. Acho que a criatividade também tem muita a ver com aquilo que produzes de novo. A partir do momento em que retiras um som de uma agência noticiosa outros órgãos também o podem fazer. Portanto, não sei até que ponto não é cansativo para o ouvinte... Provavelmente, o *zapping* que fazes numa televisão também o fazes numa rádio para procurar coisas novas. Um trabalho criativo, para mim, tem de sair de ti, daquela redação, daquela equipa. As pessoas habituaram-se de tal forma às agências que agora perderam essa criatividade. Mesmo que sejas nova e que queiras mudar essa forma de trabalho não consegues porque as próprias pessoas que já lá estavam há mais tempo cultivam-te esse hábito de recorrerem aquele recurso.

4.2 Caso existisse uma menor utilização da agência Lusa considera que a TSF ganharia?

Eu acho que só essa obrigação de produzir coisas novas já era uma coisa positiva. Eu acho que falta apostar nos repórteres. Porque não ter uma ou duas pessoas só a fazer reportagem de rua ao invés de estarem na redação? Muitas vezes, acontece de não estar a acontecer nada no país e as pessoas estão só ali a atualizar as agências noticiosas e não fazem mais nada... Se calhar se essas pessoas estivessem na rua iam descobrir histórias superinteressantes.

4.3 Imaginando que não existissem agências de notícias, a seu ver que rádio escutaríamos hoje?

Íamos escutar uma rádio não tão focada na política, na economia.... Claro que essas notícias iam continuar a existir, mas tu, hoje em dia, assistes

muito a sucessivas repetições. Ou seja, acho que ias ouvir uma rádio mais diversificada. Continuava-se a dar as notícias importantes, mas aliado a isso também ias contar histórias próprias, conhecer histórias de pessoas, etc. Eu acho que era muito bom tanto para o órgão como para os próprios ouvintes.

Rui Araújo

1. Tendo como pressuposto que há uma utilização da agência Lusa por parte da TSF, de que forma é que se processa a transformação da notícia de agência para rádio?

As transformações até são grandes porque a escrita da Lusa em nada se identifica com a linguagem de rádio. Lembro-me de que, quando comecei a estagiar na TSF, essa era uma das minhas grandes dificuldades porque estava demasiado colado àquilo que eles escreviam e tinha de ser uma coisa completamente diferente. A escrita de rádio tem de ser muito mais direta, com uma linguagem mais perceptível, enquanto a Lusa, como tem de cumprir com determinados parâmetros, às vezes, vai por caminhos que não podemos seguir. Ainda assim, é uma grande ajuda.

1.1 Neste processo de utilização, que tipo de tratamento é atribuído a essa informação? Por exemplo, procura explorar novos ângulos ou limita-se à informação disponível pela agência?

Normalmente, partimos da agência e tentamos sempre fazer com que aquilo cresça mais para darmos outra identidade à notícia. Os *takes* da Lusa caem em todos os órgãos, portanto se nos limitarmos a fazer o que lá está, por vezes, torna-se muito redutor.

1.2 Após essa recolha de informação, faz algum tipo de menção em antena à origem da notícia? Todas as notícias trabalhadas a partir da agência Lusa são identificadas como tendo esta origem?

Depende. Se for um exclusivo da Lusa referimos sempre a origem da fonte. Se for um comunicado que foi enviado às redações, nesse caso, não o citamos.

2. A seu ver quais são as principais vantagens e limitações da utilização da agência Lusa?

Uma vantagem é que através da agência Lusa conseguimos esclarecer dúvidas de informações que encontramos, outra é que conseguimos chegar a notícias tanto do estrangeiro como de Portugal, facilmente, e por último o serviço de áudio oferece-nos alguma segurança quando não conseguimos chegar a determinadas pessoas.

Delimitações diria talvez a uniformização da linguagem, ou seja, de apostarmos sempre no ângulo da Lusa e de basearmo-nos demasiado no tipo de escrita da Lusa.

2.1 Sente que o recurso à agência tem impacto na dinamização da redação?

Sim. Como partimos, muitas vezes, da Lusa essa influência já é notória. Muitas vezes, o nosso dia faz-se do que a Lusa publicou ou do que tem vindo a publicar ao longo dos nossos turnos.

Se não tivéssemos Lusa, talvez discutíssemos mais os temas, o que poderíamos fazer e que fontes poderíamos contactar. Às vezes, a solução é tão simples de se ir ver à Lusa que nos facilita e limita-nos e talvez isso não nos permita ter criatividade para fazer coisas diferentes.

2.2 Qual o impacto da sua utilização? Sente que o seu uso proporciona, de certa forma, a uniformização do que é notícia nos vários órgãos de comunicação?

Sim, porque, mesmo tentando fazer crescer alguns assuntos, nós olhamos sempre para o que a Lusa escreveu e é fácil voltar a pegar naquele ângulo.

2.3 Julga que, com a presença das agências, as suas funções são, maioritariamente, técnicas ao invés de jornalísticas?

Sim. Como a TSF tem noticiários de 30 em 30 minutos, nós, às vezes, temos de estar a produzir tipo fábrica. Como caem notícias com muita frequência, nós temos de olhar para o que está na Lusa e escrever quase de forma automática.

Por isso, por vezes, as funções jornalísticas de entrevistar, fazer reportagem, de fazer diretos, são postas de lado porque somos poucos, temos muita coisa para fazer e como temos a Lusa ali ao lado para nos ajudar, muitas vezes, transformámo-nos em operários de notícias ao invés de jornalistas.

É muito difícil de se fazer esse trabalho quando somos tão poucos em redação e temos muitos noticiários por dia.

3. Que impacto tem a agência Lusa na escolha dos conteúdos editoriais da TSF?

Não tem grande influência, porque as chaves mestras dos conteúdos editoriais são decididas com mais ponderação e não tanto com aquilo que cai na Lusa. No entanto, claro que se aparecer alguma notícia de última hora, na agência, isso pode-nos causar alguma discussão sobre o que poderemos fazer, em termos editoriais.

3.1 Sente que o recurso aos conteúdos da agência representa um fator de desvalorização do jornalismo feito pela redação dos outros órgãos? O facto de a agência ser um recurso fácil aumenta ou não as atuais dificuldades que o jornalismo enfrenta? Por exemplo, na precarização dos profissionais, no emagrecimento das redações ou no menor trabalho exterior?

Ao ter a Lusa, ao lado, muitas vezes, é como se tivéssemos mais um jornalista em redação, mas, na rádio, diria que não tem grande influência, porque, mesmo olhando para aquilo que sai na Lusa, nós acabamos sempre por ter o trabalho de transformar aquilo em algo radiofónico. Portanto, talvez não haja tanta influência dessa precarização da redação.

3.2 Considera que o recurso à agência Lusa acaba por condicionar a independência da TSF?

Existe uma certa dependência do nosso trabalho, relativamente, às agências, mas do aspeto editorial até não considero que tenha grande influência. Acho que influencia mais as escolhas dos editores e dos diretores.

4. Acredita que a utilização da agência Lusa tem um maior impacto negativo na rádio do que nos outros órgãos de comunicação social?

Acho que não. Acho que os outros órgãos que são baseados no online e no papel são, negativamente, mais influenciados pela Lusa porque precisam de encher conteúdo quase até à exaustão.

4.1 Sendo a rádio um meio tão dependente de sons ambiente, sente que a utilização das agências acaba por condicionar a criatividade desses registos sonoros?

Nós quando usamos as agências, normalmente, é para fazer notícias cruas e duras em que não dá para ter este tipo de sonorização mais criativo de reportagens. Portanto, nesse aspeto acho que não nos influencia muito. Quando fazemos reportagem saímos à rua e tentamos fazer o nosso trabalho também nesse aspeto da sonoplastia.

4.2 Caso existisse uma menor utilização da agência Lusa considera que a TSF ganharia?

Neste momento, não iríamos beneficiar, porque temos pouca gente a trabalhar e precisamos da Lusa para nos dar algumas informações e para construirmos os nossos noticiários. Se tivéssemos uma equipa maior talvez não precisássemos tanto da Lusa...

4.3 Imaginando que não existissem agências de notícias, a seu ver que rádio escutaríamos hoje?

Uma rádio mais próxima em que as notícias seriam todas elas feitas pelos jornalistas que a integram. Ao mesmo tempo, seria também um jornalismo muito mais lento porque não era tão fácil dar notícias de última hora. Por exemplo, lembro-me que houve uma altura em que ficámos algumas horas sem o serviço da Lusa e, na altura, foi complicado trabalhar porque é quase como se ficássemos cegos de um olho.